

GESTÃO SOCIAL • RESPONSABILIDADE SOCIAL • VOLUNTARIADO • TERCEIRO SETOR

# FILANTROPIA

#71



INSTITUTO  
FILANTROPIA

**COMUNICAÇÃO**  
IDENTIDADE VISUAL  
E COERÊNCIA SÃO  
PONTOS CHAVE  
PARA A BOA  
COMUNICAÇÃO DA  
SUA CAUSA

**PONTO  
DE VISTA**  
INTERNATIONAL  
SOCIETY FOR  
THIRD-SECTOR  
RESEARCH AVALIA  
IMPORTÂNCIA DA  
PESQUISA PARA A  
ÁREA SOCIAL

A POUCOS  
PASSOS DO

# SUCESSO

REVISTA FILANTROPIA LISTA 18 DICAS INDISPENSÁVEIS PARA  
A ATUAÇÃO BEM-SUCEDIDA DE UMA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

**ENTREVISTA** • Ator Thiago Lacerda fala sobre sua atuação  
no Médicos Sem Fronteiras e sobre a cultura de doação no Brasil



# FINGERS:

## Formação Intensiva de Gestores Sociais



Programa de imersão para capacitação e aperfeiçoamento  
estratégico de administradores de Organizações Sociais

**Carga Horária: 40 horas**

**8 a 12 de junho em Atibaia**

---

## PROGRAMAÇÃO

Administrar uma organização social não é fácil, especialmente porque os gestores costumam ser multifuncionais, e nem sempre têm especialização em todas as áreas em que atua. Ele contrata e demite, trabalha com o financeiro, opina no marketing e na captação de recursos, faz reuniões e gerencia crises.

Cuida de processos burocráticos, negocia com o banco, contrata fornecedores, recebe parceiros! Essas e tantas outras atividades fazem do principal líder de uma organização um profissional de '1.001 utilidades'.

Esta imersão foi preparada para orientar e profissionalizar gerentes, secretários executivos, supervisores, coordenadores e diretores de organizações sociais, culturais, ambientais e científicas.

A coordenação pedagógica é de Marcio Zeppelini, presidente do Instituto Filantropia, com quase 20 anos de experiência no Terceiro Setor. Ele e mais 15 palestrantes, todos com larga experiência em programas sociais, abordarão assuntos atuais e um panorama geral sobre as diversas áreas que envolvem o dia a dia de organizações sem fins lucrativos.

---



## COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

### Marcio Zeppelini

Empreendedor social e empresário, Presidente do Instituto Filantropia, Produtor editorial e jornalista. É editor da Revista Filantropia e diretor executivo da Zeppelini Editorial. Idealizou a Diálogo Social, a Diálogo Digital e a Rádio Tom Social. É palestrante motivacional e de temas relacionados a Comunicação, Desenvolvimento Pessoal, Terceiro Setor e Sustentabilidade. Autor do livro "Comunicação e Marketing para Projetos Sociais". Criador do Programa "Ser Sustentável" de sustentabilidade humana.

## PALESTRANTES

Marcio Zeppelini, Marcelo Estraviz, Alexandre Chiaratti, Rogério Martir, Roberto Ravagnani, Michel Freller, Danilo Tiisel, William Ferraz, Andrea Medina, Fabiana Dias, Marcos Gross, Lucimar Ferreira, Rebeca Toyama, Patrícia Pantaleão, Flávia Mendes, Tiemi Yamashita

---

Para outras informações sobre o treinamento:  
(11) 2626-4019 • [eventos@institutofilantropia.org.br](mailto:eventos@institutofilantropia.org.br) • [www.dialogosocial.com.br](http://www.dialogosocial.com.br)

## SER SUSTENTÁVEL



6

Como você recebe o que lhe dão?

## ENTREVISTA



8

Thiago Lacerda

## VOLUNTARIADO



39

Voluntariado Empresarial:  
Comece pelo Diagnóstico

## DATA FILANTROPIA



87

Questões globais

## GESTÃO SOCIAL

### Ponto de Vista

18 Pesquisa alinhada à prática

### Crowdfunding

24 Crescimento e tendências do *crowdfunding* para 2015

### Assistência Social

26 O idoso cidadão de direitos

### Captação de Recursos

32 Doando e captando, captando e doando

### Voluntariado

34 Voluntariado Internacional: além das fronteiras

### Recursos Humanos

42 Sem perder a essência

### Contabilidade

45 A organização religiosa, sua tipificação jurídica e suas atividades

### Legislação

48 Novo Marco Regulatório das organizações da sociedade civil

50 Reforma na educação

## 12 RADAR SOCIAL

## 16 TOM SOCIAL

## 54 PAINEL DE CONTROLE

## 92 FIQUE LIGADO!

## 94 GERAÇÃO DE RENDA

## 96 REFLEXÃO

## MULTIPLICANDO O SUAS

### Opinião

59 Bola de *que tais...*

### Cidadania

60 Cidadania como conquista

### Serviço Social

63 Adolescente autor de ato infracional

### SUAS Brasil Afora

66 Centro de Referência de Assistência Social 40 horas -  
como funciona?

### Conselhos e conselheiros

68 Sistema Único de Assistência Social...

### Ficção

71 João e Maria em: desconvivência contemporânea





72 **CAPA**

# A POUCOS PASSOS DO SUCESSO

CONFIRA 18 DICAS DE GESTÃO ESSENCIAIS  
PARA O SUCESSO DE SUA ORGANIZAÇÃO

20



**ESPECIAL**

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER



84

**Responsabilidade Social**  
A PME mais sustentável e o  
meio ambiente

**SUSTENTABILIDADE**



Criação de Identidade

29

**COMUNICAÇÃO**

## **PRESIDENTE**

Marcio Zeppelini

## **DIRETORA EXECUTIVA**

Thaís Iannarelli

## **ATENDIMENTO**

Daniel Ivo

Edinete Azevedo

Leila Souza

Sandra Campos

## **COMUNICAÇÃO**

Fernanda Tudela

## **EVENTOS**

Rogério Costa

## **PROJETOS**

Mauricio Dias Lopes

Tamara Zeppelini

## **CONSELHO CONSULTIVO**

Aron Belinky

Cleber Almeida da Silva

Dal Marcondes

Fagna Freitas

Fernanda Lyra

Joris Van Wijk

José Chapina

Livio Giosa

Mara Gabrielli

Marcus Nakagawa

Marianne Pinotti

Michel Freller

René Steuer

Rilder Campos

Tomaz de Aquino

## **CONSELHO DIRETOR**

Danilo Tiisel

Felipe Mello

Marcelo Estraviz

Ricardo Oliveira

Rogério Martir

Rogério Paganatto

## **CONSELHO HONORIS CAUSA**

Alfredo Norberto Fernandes

André da Silva

Cristina Zeppelini

José Mariano Zeppelini

Júlio Leme

Maria Helena Zeppelini

Rafael Baltresca

Reinaldo Oliveira

Roberto Carlos Latini

Silvia Wiedman

## **INCENTIVADORES**



PAULUS



kickante.com.br

## **APOIO INSTITUCIONAL**



ZEPPELIN  
editorial



Quality  
Associados



NaMosca  
PRODUÇÕES

AUDISA  
AUDITORES ASSOCIADOS

## **PARCEIROS ESTRATÉGICOS**



mam

centro de  
voluntariado  
de São Paulo

MONELLO  
CONTADORES  
CONSULTORIA CONTÁBIL E FISCAL PARA O 3º SETOR



CONSELTORIA PARA O TERCEIRO SETOR



INSTITUTO DA  
OPORTUNIDADE  
SOCIAL

M. BIASIOLI  
ADVOGADOS



INSTITUTO  
APAE  
DE SÃO PAULO



CANTADA



FUNDAÇÃO  
ABRIGO



bybaboo

## REVISTA **FILANTROPIA**

ISSN 1677-1362

IDEALIZADORES



ECONÔMICA  
Distribuição Especial



MONELLO  
CONTADORES  
CONSULTORIA CONTÁBIL E FISCAL PARA O 3º SETOR



ZEPPELIN  
editorial

IMPRESSÃO



PAULUS

AUDITORIA DE TIRAGEM



AUDISA  
AUDITORES ASSOCIADOS

• TIRAGEM AUDITADA: 15.000 exemplares

**EDITOR GERAL:** Marcio Zeppelini (43.722/SP) • **EDITORA-CHEFE:** Thaís Iannarelli (MTB 46.415/SP)

**REDAÇÃO:** Fernanda Tudela | Paula Craveiro | Luciano Guimarães • **EDIÇÃO:** Alexandre José de Assis | Ana Luisa Morais | Karina Watanabe • **IMAGENS ILUSTRATIVAS:** shutterstock.com

**CONSELHO EDITORIAL DELIBERATIVO:** Marcelo Monello | Marcio Zeppelini | Marcos Biasioli | Mauro Zeppelini | Ricardo Monello

# EXCELÊNCIA NA GESTÃO



**THAÍS IANNARELLI**  
Diretora-executiva  
do Instituto Filantropia

Há 13 anos, a Revista Filantropia surgiu com o propósito que defende até hoje: o de levar informações de gestão para organizações sem fins lucrativos. Com o passar dos anos e das edições, o Terceiro Setor foi se desenvolvendo no país e ganhando novas demandas, relacionadas à nova conjuntura do país.

Novas ferramentas de captação de recursos, mudanças profundas no cenário econômico, novas leis e decretos, mais participação da sociedade civil em demandas sociais, além das inúmeras mudanças no mundo da comunicação, hoje fazem parte da realidade da gestão das instituições, que devem estar preparadas para se adaptar à evolução dos tempos.

Nós, do Instituto Filantropia, sempre defendemos e continuamos defendendo a capacitação dos colaboradores, voluntários e gestores das instituições. Procuramos promover este objetivo por meio não só da Revista Filantropia, mas de todos os outros canais – treinamentos da Diálogo Social, o Fórum interamericano de Filantropia Estratégica, livros, Rádio Tom Social, Diálogo Digital, entre outros.

Nesta edição, reunimos as dicas que consideramos ser as mais importantes para uma boa gestão – passando pela captação de recursos, pela comunicação, pelos recursos humanos, pela contabilidade, pela administração e pela tecnologia.

É como sempre dissemos: “não basta fazer o bem – é preciso fazer bem feito”. O caminho da profissionalização dos projetos sociais deve ser fundamentado com ferramentas e técnicas planejadas e implantadas por pessoas aptas àquilo. O amadorismo no Terceiro Setor vem perdendo espaço, e tanto pessoas físicas quanto jurídicas estão, cada vez mais, buscando organizações que demonstrem organização, clareza nos ideais, idoneidade, saúde administrativa e financeira e, sobretudo, transparência.

Mudanças continuarão a existir em todas as áreas, e o trabalho do gestor não pode deixar de levá-las em consideração. Como diria Gustave Flaubert, o “sucesso é uma consequência, e não um objetivo”; trabalhe pela boa administração e os resultados virão!



**MARCIO ZEPPELINI**  
Presidente  
do Instituto Filantropia

Boa leitura!



◀ **MARCIO ZEPPELINI** é presidente do Instituto Filantropia, produtor editorial, jornalista e empreendedor. É editor da Revista Filantropia e diretor executivo da Zeppelini Editorial. Idealizou a Diálogo Social, a Diálogo Digital e a Rádio Tom Social. É palestrante motivacional e de temas relacionados à Comunicação, Desenvolvimento Pessoal, Terceiro Setor e Sustentabilidade.

# COMO VOCÊ RECEBE O QUE LHE DÃO?



## O VELHO SAMURAI

Perto de Tóquio vivia um grande samurai, já idoso, que se dedicava a ensinar zen aos jovens. Apesar de sua idade, corria a lenda de que ainda era capaz de derrotar qualquer adversário.

Certa tarde, um guerreiro conhecido por sua total falta de escrúpulos apareceu por ali. Queria derrotar o samurai e aumentar sua fama.

O velho aceitou o desafio e o jovem começou a insultá-lo. Chutou algumas pedras em sua direção, cuspiu em seu rosto, gritou insultos, ofendeu seus ancestrais. Durante horas fez tudo para provocá-lo, mas o velho permaneceu impassível.

No final da tarde, sentindo-se já exausto e humilhado, o impetuoso guerreiro retirou-se. Desapontados, os alunos perguntaram ao mestre como ele pudera suportar tanta indignidade.

- Se alguém chega até você com um presente e você não o aceita, a quem pertence o presente?

- A quem tentou entregá-lo – respondeu um dos discípulos.
- O mesmo vale para a inveja, a raiva e os insultos. Quando não são aceitos, continuam pertencendo a quem os carregava consigo.

## RECEBA SOMENTE AQUILO QUE VOCÊ DESEJA

É comum “aceitarmos” aquilo que não queremos. E esse é um dos pilares da infelicidade: a incapacidade de falar NÃO.

Quando algo não lhe pertence, não lhe agrada ou não faz parte daquilo que deseja, simplesmente não receba. Não pegue para você algo que você não quer.

Se lhe oferecerem um vaso quebrado, uma taça vazia ou uma roupa rasgada, você vai querer? Então, por que aceitará um insulto inoportuno, uma provocação marrenta ou uma cara feia sem fundamento?

A sua paz interior depende exclusivamente de você. As pessoas não podem lhe tirar a calma. A não ser que você permita...  
Pense nisso!





I N S T I T U T O  
**FILANTROPIA**

FAÇA PARTE DA  
MAIOR REDE DE  
**CONHECIMENTO**  
**TÉCNICO E DE GESTÃO**  
DE ORGANIZAÇÕES  
SOCIAIS!

AFILIE-SE:

[www.institutofilantropia.org.br](http://www.institutofilantropia.org.br)



ENTREVISTA



**MEDECINS SANS FRONTIERES**  
**MÉDICOS SEM FRONTEIRAS**

---

# SOLIDARIEDADE EM CENA

EM CENA E NOS BASTIDORES,  
ATOR THIAGO LACERDA APOIA A ORGANIZAÇÃO  
MÉDICOS SEM FRONTEIRAS

*Por* *Thaís Iannarelli*

Conhecido por seu trabalho como ator, **Thiago Lacerda** estreou na televisão em 1997, e depois participou de diversos seriados e novelas, como *Hilda Furacão*, *Terra Nostra* e *Páginas da Vida*, na Rede Globo.

Após conhecer de perto o trabalho da organização **Médicos Sem Fronteiras (MSF)**, enquanto se preparava para interpretar um médico na televisão, Thiago passou a apreciar ainda mais a instituição e a colaborar não só como doador, mas também com sua imagem, veiculada nos vídeos institucionais da organização.

Em entrevista à **Revista Filantropia**, Thiago conta sobre sua experiência e fala sobre a solidariedade do brasileiro. ►



### Revista Filantropia: O que despertou sua atenção para começar a atuar na área social?

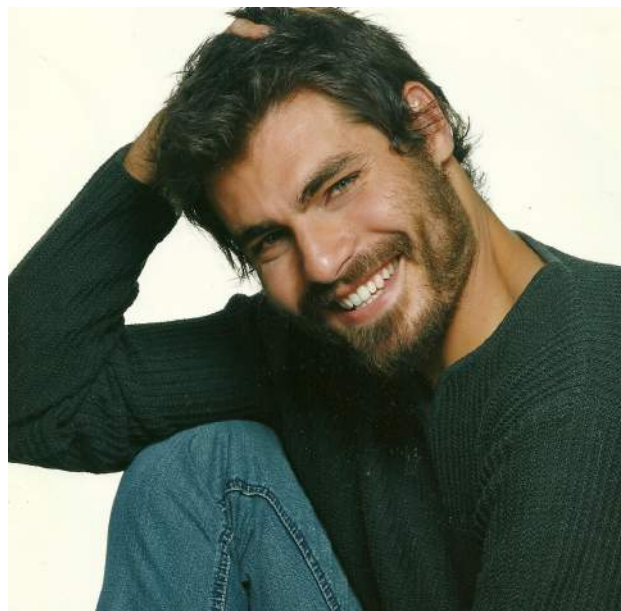
**Thiago Lacerda:** Eu acho que todo cidadão tem um compromisso. Minha disponibilidade para as questões sociais e humanas é uma disponibilidade de cidadão do Brasil, do planeta. Tenho prazer em utilizar o espaço que eu conquistei com meu trabalho, com meu amor, e devolver isso para as pessoas de alguma forma mais concreta. Acredito que algumas ações sociais e humanitárias, no caso do MSF, valem muito a pena pela estrutura que a organização tem, pela seriedade que a instituição imprime nas suas ações. Então, é um prazer enorme e muito gratificante poder devolver para as pessoas um pouquinho do espaço e da credibilidade que eu conquistei com meu trabalho. Fico muito feliz de me sentir parte deste processo que o MSF significa e representa.

### RF: Como começou seu envolvimento com o MSF?

**TL:** Eu já conhecia a organização por outros meios, por ler muito sobre a instituição e por ouvir falar do trabalho que eles fazem, principalmente na África. Em uma ocasião recente fiz um trabalho, e o briefing do personagem passava pela questão humanitária. Era um médico que ficou expatriado durante um período da sua carreira, e então eu me lembrei da organização. Cheguei ao MSF muito com a intenção de trabalhar, de investigar, de fazer um laboratório específico para o papel. Lá dentro me deparei com a estrutura que eles têm, com a seriedade com a qual eles encaram a questão humanitária, com a história de ação ao longo do planeta, mais de 40 anos de dedicação à ideia de ajudar comunidades inteiras de pessoas que passam por dificuldade humana, social, ambiental, de saúde e tudo mais. E passei a perceber a importância de uma ação direta e efetiva como a deles. Assim, acabei me tornando doador sem fronteiras, e virei parceiro da organização com os filmes e com tudo o que a gente tem da campanha. É um prazer enorme, hoje sou um doador sem fronteira com muito orgulho e faço parte, de alguma forma, fazendo com que as pessoas ouçam falar um pouco mais, que se interessem um pouco mais pela organização. E de alguma forma eu tenho também um retorno da própria organização. As pessoas percebem no movimento uma via de duas mãos, e a questão humanitária tem me devolvido muita coisa ao longo desses anos. A gente doa e recebe em dobro, com certeza.

### RF: A cultura de doação vem se intensificando no Brasil, nos últimos anos. A que você atribui isso?

**TL:** Acho que o que é determinante para esta questão do interesse é, na verdade, a possibilidade de as pessoas ajudarem. A economia do país evoluiu e melhorou bastante nos últimos 14 anos. Recentemente, nos últimos dois anos talvez a coisa tenha ficado mais difícil, ou mais instável, mas a verdade é que nos últimos anos a economia melhorou bastante. As pessoas conseguiram ter mais segurança em consumir e em ajudar. E a questão toda no Brasil é a confiança que a gente tem nas instituições. Eu mesmo



tenho muito receio em doar dinheiro, por exemplo. Mas no caso do MSF, que tive a chance de ver o resultado, de estar lá dentro e conferir a seriedade com que eles trabalham, tive segurança em ajudar. Obviamente que o determinante para as pessoas se interessarem mais é a condição, a possibilidade financeira de pensar nisso.

### RF: Você acha que o engajamento cada vez maior de famosos com interesses na área social pode ter contribuído para este avanço?

**TL:** Acho que a participação dos artistas sempre ocorreu, com as causas defendidas pela classe. É um fator importante para que as pessoas tomem conhecimento das causas, de certa forma, porque, afinal, temos acesso maior, por sermos públicos às pessoas. Mas o que determina mesmo é a questão econômica, a estabilidade, a segurança econômica do país e da população. Isso sem falar na natureza altruísta do brasileiro, que é um povo muito solidário. Então tem muita vocação para isso.

### RF: Em um panorama geral, como você avalia o trabalho das instituições humanitárias ao redor do mundo?

**TL:** Os aspectos mais difíceis do planeta hoje em dia são os humanos. As questões humanitárias são as mais preocupantes, em minha opinião. A partir delas, desdobramos em todas as outras questões, inclusive a ambiental. Talvez as duas grandes questões do planeta hoje em dia: a humanitária e a ambiental. Então acho que o trabalho dessas organizações, como o MSF e outras, é fundamental, porque leva para realmente quem não tem condição de acesso coisas absolutamente fundamentais, como oportunidade, saúde, alimento e água. Ou seja, são milhares de vidas que dependem de movimentos como esses. 🇧🇷



# MONELLO CONTADORES

CONSULTORIA CONTÁBIL E FISCAL PARA O 3º SETOR

*Mais de 45 anos de  
Compromisso com  
as Entidades do  
Terceiro Setor*

A Monello Contadores traz inovação e técnica contábil para as empresas do Terceiro Setor, Sua missão é promover segurança, transparência, planejamento e os melhores resultados, visando assim o desenvolvimento social de seus parceiros.

Nossa visão é prestar serviços contábeis, fiscais e de assessoria, sempre pautados pela ética, responsabilidade social e ambiental, características essenciais do Terceiro Setor.

O principal intuito da Monello Contadores é oferecer os melhores serviços àqueles que têm o interesse em se tornar parceiro na construções de um País mais justo e solidário.



CONSULTORIA CONTÁBIL E FISCAL PARA O 3º SETOR

Escritório Contábil Dom Bosco

SÃO PAULO/SP:

Av. Gal. Olímpio da Silveira, 655 - 1º e 2º Andar

Perdizes - CEP 01150-001

Fone/Fax: (11) 3868.6333

[www.monellocontadores.com.br](http://www.monellocontadores.com.br)



## ONU: 121 MILHÕES DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ESTÃO FORA DA ESCOLA

Um relatório lançado em Londres mostra que 121 milhões de crianças e adolescentes, de 6 a 15 anos, no mundo inteiro, desistiram de frequentar a escola ou sequer começaram a fazê-lo. O documento foi feito pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), e contrasta com a promessa da comunidade internacional de alcançar a Educação para Todos até 2015. O relatório, intitulado *Reparação da promessa quebrada de Educação para Todos: resultados da Iniciativa Global Crianças Fora da Escola*, mostra que houve pouco progresso na melhora desse cenário desde 2007. Além disso, o documento revela que 63 milhões de adolescentes com idade entre 12 e 15 anos não estão na escola, e que as crianças mais afetadas são as que vivem em áreas de conflito, as que trabalham e as que enfrentam discriminação baseada em etnia, gênero ou deficiência. A pobreza, contudo, é o maior vilão da educação.

 [www.uis.unesco.org](http://www.uis.unesco.org)

## DILMA SANCIONA O ESTATUTO DA METRÓPOLE

A presidenta Dilma Rousseff sancionou a Lei nº 13.089, que institui o Estatuto da Metrópole. A lei fixa normas gerais sobre o plano de desenvolvimento urbano integrado e critérios para o apoio da União a ações que envolvam governança interfederativa – compartilhamento de responsabilidades e ações entre entes da Federação – no campo do desenvolvimento urbano. A norma prevê planos de desenvolvimento urbano integrado, consórcios públicos, convênios de cooperação, contratos de gestão, parcerias público-privadas interfederativas e compensação por serviços ambientais.

 [www.agenciabrasil.etc.com.br](http://www.agenciabrasil.etc.com.br)

## AMÉRICA LATINA SE COMPROMETE A REFLORESTAR 20 MILHÕES DE HECTARES

Sete países da América Latina se comprometeram a replantar 20 milhões de hectares de terras degradadas até 2020, durante a Conferência Climática das Nações Unidas (COP20), celebrada em Lima. Em um ato paralelo à cúpula da ONU, ministros da Agricultura e do Meio Ambiente do México, Peru, Guatemala, Colômbia, Equador, Chile e Costa Rica apresentaram o plano de recuperação de solos de seus respectivos países. O México comprometeu-se a recuperar 8,5 milhões de hectares; o Peru, 3,2 milhões; a Guatemala, 1,2 milhão, e a Colômbia, 1 milhão. O Equador se propõe a reflorestar 500.000 hectares; o Chile, 100.000 e a Costa Rica, 50.000. Estima-se que haja na América Latina 200 milhões de hectares de terras degradadas, segundo o Centro Internacional de Agricultura Tropical, sediado na Colômbia.

 [www.cop20lima.org](http://www.cop20lima.org)





## ONU PROMOVE DIREITOS DE PESSOAS LGBT NO MERCADO DE TRABALHO

**E**laborado em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o programa das Nações Unidas sobre Aids e HIV (Unaid), o manual tem 80 páginas e apresenta dez compromissos e desdobramentos que as empresas e empregadores podem desenvolver para enfrentar o preconceito contra lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e transgêneros (LGBT). De acordo com um dos autores do manual, Beto de Jesus, a ideia é estimular corporações a criar processos contra a discriminação. Todas as medidas visam a promover interações respeitadas, potencialmente criativas e inovadoras e tornar as empresas mais produtivas.

[nacoesunidas.org](http://nacoesunidas.org)

## SECRETARIA LANÇA PRIMEIRA PESQUISA DE INDICADORES EM DIREITOS HUMANOS

A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República divulgou a primeira publicação do Sistema Nacional de Indicadores da área, que trata do direito humano ao trabalho. A pesquisa apresenta 11 indicadores que abordam temas diversos, como taxa de desemprego, formalização no emprego, situação de empregados domésticos, jornada de trabalho e rendimento médio. Além de apresentar dados desagregados por raça/cor, sexo e região, a publicação incluiu dados inéditos sobre a proporção da população ocupada de 5 a 15 anos e sobre o tempo médio gasto em deslocamentos para o trabalho. Pela primeira vez, o trabalho infantil foi mapeado conforme os parâmetros das conferências internacionais de Estatísticos do Trabalho.

[www.brasil.gov.br](http://www.brasil.gov.br)

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DISCIPLINA USO SIMULTÂNEO DE PROUNI E FIES

O Ministério da Educação disciplinou o uso simultâneo de recursos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e do Programa Universidade para Todos (ProUni). Um estudante só poderá usar os dois programas quando tiver bolsa parcial do ProUni e o complemento do Fies for para o mesmo curso e na mesma instituição de ensino superior. O estudante que não se enquadrar nas normas poderá optar por um dos programas, e também será permitido transferir o financiamento do Fies para o mesmo curso onde tem a bolsa parcial do ProUni e vice-versa.

[www.agenciabrasil.ebc.com.br](http://www.agenciabrasil.ebc.com.br)

## MEC PREMIA PROFESSORES DA REDE PÚBLICA POR BOAS INICIATIVAS

O Ministério da Educação premiou 39 professores da rede pública de ensino por iniciativas que contribuíram para a melhoria da educação básica no país. O 8º Prêmio Professores do Brasil, que contou com 6.808 projetos de mais de 2 mil municípios, selecionou trabalhos desenvolvidos em diferentes etapas da educação básica. Entre as iniciativas premiadas estão a abordagem com a terceira idade, educação no trânsito e valorização da mulher e a igualdade de gênero.

[www.premioprofessoresdobrasil.mec.gov.br](http://www.premioprofessoresdobrasil.mec.gov.br)



## BRASIL CONTRIBUI PARA ERRADICAÇÃO DA FOME

**O** Brasil ofereceu um aporte adicional de US\$ 17 milhões para projetos em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), reforçando o papel do país como ator-chave na luta contra a fome na região e em outras partes do mundo. Os novos recursos elevam para mais de US\$ 100 milhões o total do financiamento brasileiro a projetos conduzidos pela FAO. Projetos recentes, aprovados durante o mês de dezembro, incluem desde programas de alimentação escolar até políticas de consultoria de agricultura familiar ao setor pesqueiro na América Latina e África. A FAO ainda pretende assinar um novo memorando de entendimento com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), que tem sido fundamental para o país em sua transição de importador de alimentos para grande produtor agrícola. O acordo impulsionará a participação da FAO na Cooperação Sul-Sul.

[www.nacoesunidas.org](http://www.nacoesunidas.org)

## POR ANO, DOENÇAS CRÔNICAS CAUSAM 16 MILHÕES DE MORTES PREMATURAS

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), 32 milhões de pessoas morrem por ano devido a doenças crônicas como câncer, diabetes, doenças do coração e do pulmão. Deste total, 16 milhões de mortes são prematuras, ou seja, ocorrem antes dos 70 anos de idade. Um novo relatório da agência destaca que os governos precisam tomar, com urgência, medidas para evitar essas mortes. A OMS calcula que investir entre US\$ 1 e US\$ 3 por pessoa, por ano, seria suficiente para reduzir os casos dessas doenças e, conseqüentemente, as mortes de pacientes. Por ano, o custo global para reduzir os prejuízos das doenças crônicas seria de US\$ 11 bilhões, mas calcula-se que até 2015 países de rendas baixa e média poderão ter acumulado prejuízos de US\$ 7 trilhões se mais medidas não forem tomadas.

[www.who.int/eportuguese/pt/](http://www.who.int/eportuguese/pt/)

## RECURSOS CONTRA AQUECIMENTO GLOBAL BENEFICIARAM POUCOS PAÍSES

Metade dos quase US\$ 8 bilhões (cerca de R\$ 20,7 bilhões) repassados para combater o aquecimento global no mundo em desenvolvimento foram destinados para apenas dez países, prejudicando nações em maior risco, aponta relatório do Instituto de Desenvolvimento no Exterior Britânico. Marrocos, México e Brasil foram os países que receberam mais recursos desde 2003 - mais de US\$ 500 milhões cada (R\$ 1,3 bilhão), de um total de US\$ 7,6 bilhões (R\$ 19,67 bilhões), de acordo com a análise de gastos na última década em 135 países. No entanto, em relação ao apoio financeiro, muitos dos países mais pobres ficaram para trás. "Estados frágeis e afetados por conflitos, como a Costa do Marfim e o Sudão do Sul, onde é normalmente difícil aplicar financiamento, receberam menos de US\$ 350 mil [R\$ 905 mil] e US\$ 700 mil [R\$ 1,8 bilhão], respectivamente", informou o instituto.

[www.agenciabrasil.ebc.com.br](http://www.agenciabrasil.ebc.com.br)







## OCDE DIZ QUE EDUCAÇÃO É A SAÍDA PARA O CRESCIMENTO DA ECONOMIA

O crescimento econômico da América Latina em 2014 foi o menor dos últimos cinco anos, e a solução para essa desaceleração está no incentivo à educação e à formação de mão de obra. A conclusão é do relatório *Perspectivas Econômicas para a América Latina 2015*, divulgado pelo Centro de Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e

Desenvolvimento Econômico (OCDE), em parceria com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF). O relatório observa que a diferença na performance educacional de um aluno de ensino médio na América Latina, em comparação à de estudantes dos países-membros da OCDE, é alta.

Equivale a 2,4 anos adicionais de educação. Além disso, desigualdades socioeconômicas influenciam fortemente no acesso à educação entre os países latino-americanos. Conforme o levantamento, apenas 56% dos estudantes mais pobres frequentam o ensino médio, contra 87% dos mais ricos.

[www.agenciabrasil.ebc.com.br](http://www.agenciabrasil.ebc.com.br)



## FALTA DE ÁGUA JÁ AFETA MILHÕES DE PESSOAS NO MUNDO TODO

A escassez de água já afeta 748 milhões de pessoas em todo o mundo, sendo 36 milhões só na América Latina, o que faz com que, diariamente, essas pessoas precisem escolher entre preparar comida ou lavar a louça, tomar banho ou regar a horta. Com as mudanças climáticas, o problema da falta de chuvas – e de abastecimento – tende a piorar nas regiões mais áridas do mundo. “O nordeste brasileiro sofre, particularmente, os impactos das secas relacionadas com o fenômeno El Niño, que podem se tornar mais frequentes em um planeta 4°C mais quente”, informa a versão latino-americana do relatório *Diminuir o Calor*, do Banco Mundial.

[www.nacoesunidas.org](http://www.nacoesunidas.org)

## BRASILEIROS E AÇÕES VOLUNTÁRIAS

Uma pesquisa da Fundação Itaú Social, realizada pelo Instituto DataFolha, apresentou que 28% dos brasileiros declararam já ter participado de trabalhos voluntários, sendo que 11% continuam atuando voluntariamente, o que equivale a aproximadamente 16,4 milhões de pessoas. Quanto aos 72% que nunca atuaram voluntariamente, a principal dificuldade declarada é a falta de tempo. Entre aqueles que deixaram de atuar, 42% alegam o mesmo motivo. Os entrevistados também apontam outras razões para justificar o distanciamento do tema: nunca foram convidados (29%) para participar de uma ação voluntária, nunca pensaram nessa possibilidade (18%) e não sabem onde obter informações a respeito (12%).

[www.fundacaosocial.org.br](http://www.fundacaosocial.org.br)



## PROJETO SOCIAL LEVA ESTÚDIOS MÚSICAIS À PERIFERIA DE SÃO PAULO

Desde outubro de 2014, um projeto em parceria entre as Fábricas de Cultura e a empresa Marins Arquitetura anunciou a construção de CINCO estúdios em cinco bairros da periferia paulistana, das Zonas Norte a Sul, começando pela Brasilândia, Jaçanã e Vila Nova Cachoeirinha e indo até o Jardim São Luís e Capão Redondo. O projeto foi criado com o objetivo de ampliar o conhecimento cultural do jovem por meio da interação com a sua própria comunidade e da participação em oficinas e atividades artísticas diversificadas.

[www.catracalivre.com.br](http://www.catracalivre.com.br)

## COMPETIÇÃO INTERNACIONAL DE MÚSICA ABRE INSCRIÇÕES

Com o nome de Imagine Brazil, o festival é realizado pela Organização Social de Cultura Amigos do Guri - gestora do Projeto Guri, programa de educação musical da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo no interior e litoral do Estado - e acontece em três etapas, entre fevereiro e julho: inscrições e pré-seleção dos materiais recebidos, semifinais regionais (no interior paulista) e final (na capital paulista). Criado pela Jeunesses Musicales International (JMI) - maior ONG de música para jovens do mundo todo, da qual a Amigos do Guri é membro -, o Imagine já acontece em cerca de 10 países ao redor do mundo. Este ano, além do Brasil, França e Bélgica também sediarão o festival, entre outras localidades.

[br.imaginefestival.net/](http://br.imaginefestival.net/)

## FEIRA DA MÚSICA 2015 ABRE INSCRIÇÕES PARA BANDAS

O festival chega em 2015 lançando as inscrições para bandas, de 7 de fevereiro a 1º de abril. Bandas nacionais poderão inscrever-se para compor a programação musical da 14ª edição da Feira da Música em Fortaleza. Consolidada no cenário da música independente brasileira, o objetivo da Feira é romper barreiras utilizando cada vez mais tecnologias livres para a construção colaborativa entre agentes de todo o Brasil. A ideia é que os selecionados façam parte da construção do evento diretamente, apresentando propostas que influenciem o formato e a programação em 2015.

[www.tnb.art.br/opportunidades/feira-da-musica-2015/](http://www.tnb.art.br/opportunidades/feira-da-musica-2015/)

## MPB NAS ESCOLAS

O projeto "Música Popular Brasileira nas Escolas" é acalentado pelo Instituto Cultural Cravo Albin e pela FAPERJ. Tem como objetivo aguçá-lo o gosto das crianças brasileiras pela história da MPB e estimular o processo educativo por meio da música como mais uma alternativa para o desenvolvimento das crianças e adolescentes. Distribuindo "Kits MPB", o projeto está em vigor desde 2007 e é permanente e constante nas escolas do Rio de Janeiro.

[www.institutocravoalbin.com.br](http://www.institutocravoalbin.com.br)

## PLAYING FOR CHANGE ABRE NOVA ESCOLA DE MÚSICA NO BRASIL

A Fundação Playing For Change (PFC) lançou seu primeiro programa de música na América do Sul, em Curitiba, Brasil. Este trabalho será instalado na comunidade de Cajuru e será possível graças ao Playing for Change Day 2014, realizado na cidade de Curitiba. Na ocasião, bateu recordes de mais de 100 apresentações por toda a cidade. O projeto ainda está em fase de finalização e, em breve, a escola estará em funcionamento.

[www.pfcbrasil.com.br](http://www.pfcbrasil.com.br)

## FOO FIGHTERS DOA DOIS DIAS DE GRAVAÇÃO EM SEU ESTÚDIO POR CAUSA BENEFICENTE

O estúdio 606, em Los Angeles, é um espaço particular que pertence ao Foo Fighters. Lá já gravaram nomes como Nirvana, Fleetwood Mac, Queens Of The Stone Age, Weezer e o próprio Foo Fighters. A banda fez uma doação de dois dias na agenda do estúdio para que fossem leiloados no eBay. O dinheiro foi revertido para o tratamento de câncer da mãe de Mike Squires (Loaded, Harvey Danger).

[www.foofighters.com](http://www.foofighters.com)



**SP-05 A 07 DE MAIO**  
**CENTRO DE CONVENÇÕES REBOUÇAS**

O Festival ABCR oferece uma oportunidade imperdível para educação intensiva para capacitadores, do iniciante ao profissional experiente.

Mega formação - 50 sessões, 700 participantes de todo o país, palestrantes internacionais de primeira linha e uma feira de expositores com ferramentas e produtos para os profissionais de desenvolvimento de todos os níveis.

E membros ABCR economizam até 320 reais na inscrição!

[www.festivalabcr.org.br](http://www.festivalabcr.org.br)

Realização



Parceiro Estratégico



Apoio





# PESQUISA ALINHADA À PRÁTICA

INTERNATIONAL SOCIETY FOR THIRD-SECTOR  
RESEARCH PROMOVE A PESQUISA E A EDUCAÇÃO NO TERCEIRO SETOR

*Por* **Thaís Iannarelli**

Fundada em 1992, a *International Society for Third-Sector Research* (ISTR) é uma associação internacional que tem como objetivo promover a pesquisa e a educação nas áreas que envolvem a sociedade civil, a filantropia e o setor social. A ideia é construir uma comunidade global de acadêmicos e pessoas dedicadas à

criação, discussão e desenvolvimento de conhecimento relativo ao Terceiro Setor, assim como seu impacto no bem-estar humano e do planeta. Em entrevista à **Revista Filantropia**, Margery Daniels, diretora-executiva da ISTR, fala sobre a atuação da sociedade e sobre a importância da pesquisa para a prática do Terceiro Setor.

A pesquisa é importante porque acreditamos que cria políticas. Quando o governo, por exemplo, precisa analisar uma questão, é bom ter fatos que deem base à forma como a política será implantada

**Margery Daniels**  
Diretora-executiva da ISTR

**Revista Filantropia: Qual é o objetivo da atuação da ISTR?**

**Margery Daniels:** A ISTR foi fundada em 1992, então é uma instituição nova ainda. A ideia sempre foi a de constituir um ponto de encontro para pesquisadores de todo o mundo que estudam o setor social, a filantropia e a sociedade civil. Então, um grupo de pessoas de várias partes do mundo se reuniu e criou a sociedade. O objetivo era criar um lar acadêmico para uma associação voltada à pesquisa, e é isso o que somos. As pessoas podem fazer parte e apresentar suas pesquisas, receberem feedback e publicá-las. Estou na ISTR há 22 anos, e começamos sem membros nem publicações. Hoje, temos 800 membros em 84 países, compostos principalmente de acadêmicos, pesquisadores e pessoas atuantes no setor.

**RF: Como você descreveria a importância da pesquisa para a prática do Terceiro Setor?**

**MD:** A pesquisa é importante porque acreditamos que cria políticas. Quando o governo, por exemplo, precisa analisar uma questão, é bom ter fatos que deem base à forma como a política será implantada. Nosso objetivo é que a pesquisa possa ser vista por quem cria as políticas públicas e por atuantes da área social. E não é fácil fazer isso, mas a meta é que a pesquisa de fato dê informações para a prática. Então, por exemplo, se alguém quer saber quantos voluntários existem em determinado local, onde são voluntários e quais são suas necessidades, é possível obter esta informação, é possível criar políticas para os voluntários.

**RF: Quais são os principais meios de atuação da ISTR?**

**MD:** Trabalhamos principalmente com uma publicação científica chamada VOLUNTAS, que é bem reconhecida e abrange todo o campo de pesquisa do Terceiro Setor. É uma publicação indexada ao Social Sciences Citation Index. Sabemos que nem todos os artigos são publicados, então também publicamos artigos das conferências regionais e internacionais que realizamos no site.

**RF: Estando no campo da pesquisa há 22 anos, qual análise você faz do cenário atual em relação há alguns anos atrás? Quais foram as mudanças?**

**MD:** Acho que melhorou porque há muito mais gente trabalhando no setor. Há um número crescente de pessoas com PhD nesses tópicos. Nos últimos quatro anos, realizamos dois seminários voltados a estudantes de doutorado de todo o mundo, e a experiência foi ótima. Então, é animador porque há cada vez mais pessoas estudando esta área. Ao mesmo tempo é um desafio, e o principal é que continua sendo difícil captar recursos para pesquisa. Como captar recursos para pesquisa? Como as universidades podem transformar o ato de apoiar os pesquisadores em uma prioridade? Isso sempre foi um desafio, e continuará sendo.

**RF: Quais são as diferenças no campo da pesquisa ao redor do mundo?**

**MD:** Eu diria que a academia é mais desenvolvida na Europa e nos Estados Unidos, e há mais centros de pesquisa nesses locais. Claro que estão crescendo e se desenvolvendo em outras partes do mundo, como no México, na Argentina e no Brasil, quando se trata da América Latina. Porém, outras partes da América Latina e a África ainda são mais fracas neste ponto. Sobre a África, há muitos pesquisadores, porém, a maioria não reside no país. Outro problema que encontramos para incentivar a pesquisa e as publicações é a língua, que acaba sendo um obstáculo. Ao submeter um artigo em espanhol ou português, as chances de publicação diminuem, esta é a realidade.

**RF: E quais são as perspectivas para o futuro da ISTR e do setor?**

**MD:** Os desafios continuam envolvendo a captação de recursos para dar continuidade ao trabalho, e poder ajudar os doutorandos. Queremos ampliar a rede e ter recursos para ajudá-los a participar mais dos eventos voltados a este público. 📖



# VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

ENTENDA COMO É POSSÍVEL  
AJUDAR A COMBATER ESSE TIPO DE CRIME QUE AINDA ASSOLO O MUNDO

*Por Felipe William*

Nos últimos anos, a taxa de criminalidade no Brasil cresceu de forma assustadora; mais do que isso, cresceu a indignação das pessoas com relação à impunidade sobre crimes hediondos, como homicídios, latrocínios e chacinas. Não bastasse isso, atos escandalosos de corrupção abalam as bases da política no país. Porém, um tipo de crime silencioso, covarde e, ao mesmo tempo, bárbaro, também cresce a uma velocidade incrível: a violência contra a mulher.

A prática da violência contra a mulher está relacionada a atos divergentes entre homens e mulheres, podendo variar desde a discriminação até agressões verbais e físicas. O termo é utilizado para designar qualquer tipo de violência contra o gênero, podendo ou não levar a morte. Em todo o mundo, o número de mulheres jovens e adultas que sofrem mutilações genitais varia entre 100 e 140 milhões, sendo que 70 milhões fazem parte das meninas que se casaram antes dos 18 anos, normalmente contra sua vontade.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) garante que a violência “acentuada durante os conflitos e as crises humanitárias” tem consequências traumáticas para a saúde mental e física das vítimas. Nada é capaz de suprimir a violência que é cometida contra as mulheres, entretanto, há provas de que mudanças na mentalidade e no comportamento da sociedade são possíveis. Há muito tempo, a Organização das Nações Unidas (ONU) reivindica um investimento maior por parte dos países no combate à discriminação feminina, enfatizando que não se trata apenas de um problema social e criminal, mas também de saúde pública. Também já está comprovado que 7 em cada 10 mulheres no mundo já foram ou serão violentadas em algum momento da vida.

## **VIOLÊNCIAS E SUAS CONSEQUÊNCIAS**

Nos casos em que a violência praticada ocasiona a morte da vítima, a ocorrência se classifica como ‘feminicídio’. Geralmente é cometido por homens, mas algumas vezes também pode envolver parentes. A diferença em relação ao homicídio masculino se dá pelo fato de que a maioria dos casos de feminicídio é cometida por parceiros ou ex-parceiros, e muitas vezes envolve o abuso contínuo em casa, seja por meio de ameaças, violência sexual ou situações em que a mulher possua menos poder ou recursos que o homem.

Nos casos do feminicídio íntimo, o crime é executado pelo marido ou namorado da vítima. Segundo dados da OMS e da Escola de Higiene e Medicina Tropical de Londres, mais de 35% dos assassinatos envolvendo mulheres no mundo são cometidos por parceiros íntimos. Existem também casos de crime em nome da “honra”: os assassinatos são consumados a mando da própria família, quando há a suspeita de alguma forma de transgressão

*Há muito tempo, a Organização das Nações Unidas (ONU) reivindica um investimento maior por parte dos países no combate à discriminação feminina, enfatizando que não se trata apenas de um problema social e criminal, mas também de saúde pública*

por parte da vítima (adultério, quebra de regras, gravidez fora do casamento, ou até mesmo se a mulher foi estuprada). O crime é praticado para “não manchar o nome da família”. Estima-se que pelo menos 5 mil mulheres são assassinadas por crimes de honra no mundo todos os anos. Tais crimes ocorrem de variadas formas, como por armas de fogo, armas brancas (facas, canivetes) e estrangulamentos.

Outro tipo de violência contra a mulher que mais cresce no Brasil e em toda a América Latina é o “feminicídio não-íntimo”. Trata-se de um crime cometido por alguém desconhecido ou que não possua relacionamento íntimo com a mulher. Alguns exemplos são estupro, assédios e assassinatos.

Existem muitas outras formas de violência contra mulheres, e a mutilação genital é uma delas. Praticada em vários países, esse tipo de crime é comum no Egito e é realizado por meio de grupos que seguem determinadas religiões e culturas. Muitas vezes, esse tipo de prática é exercido pela própria família (mães e avós).

## **COMO COMBATER?**

Os crescentes casos de violência contra a mulher chamaram a atenção de autoridades de todo o mundo. Segundo a ONU, esse tipo de prática é considerado uma das violações de direitos humanos predominantes no planeta. A organização inclusive dispõe de uma campanha chamada “Una-se pelo fim da violência contra as mulheres”. O programa foi organizado e concebido pelo secretário geral das Nações Unidas, Ban Kim Moon, e agrega diversas agências e escritórios da ONU para alavancar ações em todo o sistema ONU, com o intuito de prevenir, combater e eliminar todo tipo de violência praticada contra mulheres e meninas do mundo.

Além de organizações relacionadas à defesa dos direitos humanos e da educação, a OMS faz referência a seis maneiras de combater ao feminicídio:

- Fortalecer a vigilância e o rastreamento de violência por parceiros íntimos. Esse tipo de combate é realizado em cooperação com a polícia, agências e médicos.



Ministros do STF durante sessão de julgamento de artigos da Lei Maria da Penha

- Tornar os profissionais de saúde mais capacitados e sensíveis, uma vez que nos EUA estudos mostram que grande parte das mulheres acessa os serviços de saúde no ano anterior ao de ser vitimada por seus parceiros.
- Capacitar policiais, pois junto com entidades de proteção a crianças e adolescentes, a polícia é o principal meio de suporte às menores que sofrem violência.
- Ampliar a prevenção e pesquisa de intervenção. Entender como os crimes acontecem torna o trabalho de prevenção mais fácil.
- Limitar a posse de armas, junto com o fortalecimento das leis sobre porte. O risco de um crime contra a mulher aumenta em cerca de três vezes quando há uma arma em casa.
- Acentuar a vigilância, as leis e a consciência em relação a assassinatos “em nome da honra”. Muitos advogados têm alegado sucesso na sensibilização desses crimes por meio da análise de dados, processos e decisões judiciais.

## LEI MARIA DA PENHA

Com o objetivo de aumentar o rigor no combate à violência contra a mulher, foi sancionada em agosto de 2006, e vigorada

em setembro do mesmo ano, a Lei Maria da Penha (Lei nº 11,340). No dia seguinte de seu funcionamento, o primeiro agressor foi preso no Rio de Janeiro, sob a acusação de tentar estrangular sua ex-esposa. Esse dispositivo ganhou o nome em homenagem à Maria da Penha Maia Fernandes, que permaneceu por 20 anos lutando para ver seu agressor preso.

Maria da Penha é uma biofarmacêutica cearense e, em 1983, sofreu sua primeira tentativa de assassinato por parte de seu ex-marido, Marco Antonio Herredia Viveros. Na ocasião, Maria levou um tiro nas costas enquanto dormia. Seu ex-marido alegou que a casa tinha sido invadida por assaltantes. Tal ato resultou na paraplegia de Maria. Meses depois, Viveros cometeu a segunda tentativa de assassinato, quando empurrou Maria da cadeira de rodas e tentou eletrocutá-la no chuveiro.

Mesmo com o início da investigação, em junho do mesmo ano, a denúncia só foi apresentada ao Ministério Público no ano seguinte. Em 1991, Viveros conseguiu, por meio de seus advogados, a anulação do julgamento. Entretanto, em 1996 o agressor foi julgado culpado e sentenciado a dez anos de prisão; porém, conseguiu recorrer.





Autoridades, como a ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci, o presidente do Supremo Tribunal Federal e do CNJ, Carlos Ayres Britto, participam da 6ª Jornada da Lei Maria da Penha, no plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

Após nada menos que 15 anos de luta e pressões internacionais, a justiça brasileira ainda não possuía um veredito para o caso, muito menos justificativa para a demora. Auxiliada por ONGs, Maria da Penha conseguiu enviar o caso para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (OEA), que pela primeira vez observou uma denúncia de violência doméstica. O agressor só foi preso em 2002, quando cumpriu apenas dois anos de reclusão.

Além disso, o processo da OEA condenou o Brasil por negligenciar e omitir casos relacionados à violência doméstica. Uma das punições foi a recomendação para que fosse criada uma legislação apropriada para esse tipo de caso. Uma série de entidades, então, reuniu-se para formalizar um projeto de lei que definiu formas de violência doméstica e familiar contra as mulheres e estipulou mecanismos para a prevenção e redução desse tipo de violência, assim como a prestação de atendimento às vítimas.

Em setembro de 2006 a lei entrou em vigor, tornando a violência contra a mulher um crime com real potencial ofensivo. Mais do que isso, a lei também finda as penas pagas por meio de cestas básicas ou multas, e abrange não só a violência física e sexual, mas também a violência psicológica, patrimonial e o assédio moral.

## UMA SOCIEDADE CONSCIENTE

Muito mais do que a criação de leis que protejam as mulheres, são necessários programas por parte do governo que conscientizem as pessoas, e principalmente as novas gerações, sobre a importância da construção de uma sociedade igualitária. Os direitos de cada ser humano devem ser respeitados sem distinção de raça, credo ou gênero.

A educação para a cidadania exige o envolvimento cognitivo e afetivo do indivíduo, ou seja, o simples repasse de conhecimento e informação não é o bastante para conscientizar as crianças e os jovens sobre seu papel na sociedade. A verdadeira cidadania se caracteriza pela participação racional dos cidadãos e pelo cumprimento das leis.

Enquanto a caminhada continua, vale lembrar que existem canais de atendimento às vítimas, e a Central de Atendimento à Mulher é a principal defesa contra esse tipo de crime. Para entrar em contato, basta ligar para o número 180. A central funciona 24 horas por dia, inclusive aos domingos e feriados. A ligação é gratuita e o atendimento funciona em todo o território nacional. 📞



## CRESCIMENTO E TENDÊNCIAS DO *CROWDFUNDING* PARA 2015

**E**m 2014, o mercado de crowdfunding teve um grande crescimento. Nos últimos 3 anos, de acordo com a Clarity, o mercado de financiamento coletivo triplicou. Ainda em 2014, o Tab Group avaliou que o mercado alcançaria US\$ 10 bilhões, com mais de mil novas plataformas criadas no mundo todo, e que, em 2015, o mercado de *crowdfunding* chegará em \$ 17 bilhões.

2014 foi um ótimo ano para o *crowdfunding* no Brasil. As campanhas tiveram muita exposição na mídia, como no caso da atleta Maurren Maggi e da empreendedora Bel Pesce, além de novos recordes de arrecadação para campanhas de

ONGs e causas, fazendo com que muitos brasileiros passassem a conhecer e a se interessar não só em contribuir, mas também em tirar seus projetos do papel com a ajuda desta ferramenta.

O *crowdfunding*, traduzido ao pé da letra, significa financiamento feito por uma multidão. É quando várias pessoas resolvem se engajar em um projeto com o qual se identificam, ajudando a financiá-lo com seu próprio dinheiro. Não existe uma quantia fechada; cada um colabora com a quantia que quiser. Baseado na economia colaborativa, tem como fundamento a premissa de que juntos todos podem conquistar seus objetivos.



**Através da divulgação da campanha de crowdfunding, a ONG se torna mais conhecida e arrecada doações dos mais diversos estados do Brasil, e até do mundo. Esses doadores tornam-se fiéis à ONG com muita frequência, e passam a contribuir de forma recorrente**

### BENEFÍCIOS PARA O TERCEIRO SETOR

A maior dificuldade das organizações do Terceiro Setor é arrecadação de recursos – o foco principal deveria ser resolver os problemas mundiais, mas infelizmente, não é. O *crowdfunding* vem como uma solução de custo baixíssimo para esse problema. E o melhor, é uma forma rápida e desburocratizada de receber doações.

Uma grande vantagem para o Terceiro Setor foi o surgimento da opção de campanha flexível, trazida para o Brasil pela plataforma da Kickante; ou seja, a instituição leva o que arrecadar, independentemente de atingir a meta mínima da campanha. Esta nova modalidade de arrecadação impulsionou o número de campanhas de *crowdfunding* criadas, assim como o valor total das doações. Muitas ONGs criaram sua primeira campanha em 2014, e muitas outras o farão em 2015.

A campanha #Torcida MSF, feita para o Médicos sem Fronteiras, foi a maior arrecadação em financiamento coletivo para entidades de Terceiro Setor no país, e ocorreu em 2014, arrecadando um total de R\$ 143.263,00 por meio de 2.698 contribuições. Segundo a organização, “escolhemos a plataforma da Kickante pois é mais focada em *fundraising* (captação de recursos) do que as plataformas de *crowdfunding* tradicionais, em que só há o processo de ‘tudo ou nada’. Qualquer valor é bem vindo, não podemos perder as doações!”

Através da divulgação da campanha de *crowdfunding*, a ONG se torna mais conhecida e arrecada doações dos mais diversos estados do Brasil, e até do mundo. Esses doadores tornam-se fiéis à ONG com muita frequência, e passam a contribuir de forma recorrente. E mais, o *crowdfunding* é uma das poucas ferramentas com as quais organizações com menos de dois anos de existência podem arrecadar doações para seus projetos sociais (dois anos é o período de maturação exigido pelo Governo).

### EQUITY CROWDFUNDING

Uma grande tendência para o mercado do Brasil em 2015 é o *equity crowdfunding*, que caracteriza-se como investimento no capital de uma empresa. É uma nova possibilidade para as empresas adquirirem um capital que antes, talvez, não pudessem alcançar sem o *crowdfunding*.

Diferentemente do *crowdfunding* tradicional, em que os usuários contribuem com um determinado projeto sem a expectativa

de lucrar, no *equity crowdfunding* o contribuidor está em busca de retorno financeiro. Só que, em vez de ações na bolsa, o contribuidor (neste caso, o investidor) compra títulos da empresa iniciante. “Se tudo der certo, no terceiro ano teremos, provavelmente, 200 lançamentos anuais arrecadando R\$ 250.000,00, em média, e gerando um investimento total de R\$ 50 milhões” estima Adolfo Melito, Presidente da Associação Brasileira de *Equity Crowdfunding*. “Se a multidão acredita na ideia, no produto e no empreendedor, ela pode apoiar esse empreendimento, pré-adquirir o produto, prover fundos ou agir meramente como coautora”, conclui.

Esse novo mercado deve ficar de fora das influências negativas do governo. Com isso, a expectativa é de um crescimento expressivo para os próximos anos, desde que passe pelo passo inicial de regulamentação, que ainda está em andamento.

### CROWDFUNDING IMOBILIÁRIO

Este é um mercado que tem ganhado força no exterior e que, nos próximos anos, deve crescer também no Brasil. A ideia do *crowdfunding* imobiliário é permitir que pequenos contribuidores (no caso, investidores) possam se reunir para comprar um imóvel, ou até prédios (como é o caso na Colômbia), por meio de cotas. Depois, pode lucrar com o aluguel, a venda e a valorização da sua parte.

Segundo estimativas, em 2013 o mercado de *crowdfunding* imobiliário arrecadou R\$ 105 milhões. Ainda é um valor pequeno, porém, com grande potencial. No Brasil, assim como aconteceu (e ainda acontece) com o *crowdfunding* tradicional, ainda é preciso quebrar a barreira do conhecimento. É preciso haver mais divulgação, eventos e muita informação sobre o *crowdfunding* imobiliário para que todos possam entender os benefícios – e também os riscos – de se comprar um imóvel desta forma. Por isso, há uma grande expectativa de crescimento e amadurecimento do mercado brasileiro.

### 2015 É O ANO DO CRESCIMENTO DO CROWDFUNDING NO BRASIL

2014 foi um ano de quebra de recordes em arrecadações por meio do *crowdfunding*. Quem diria que uma única campanha poderia arrecadar mais de R\$ 880 mil? Quem diria que teríamos filmes e séries sendo lançados através do *crowdfunding*?

Para 2015, estima-se um mercado mais maduro, com mais disseminação sobre o tema. O Brasil precisa se preparar para as inovações, seja por meio de novas leis e/ou por conhecimento de cultura. Será que em 2015, por exemplo, os políticos poderão arrecadar fundos para as campanhas via *crowdfunding*, como já acontece nos EUA?

São muitas as possibilidades de crescimento e o mercado vem amadurecendo cada vez mais. Nossa projeção é que ainda mais organizações e projetos sociais como um todo passem por um processo de experimentação com o financiamento coletivo ainda no início de 2015, montando seus planos anuais de arrecadação já contando com esta incrível ferramenta. 📈



# O IDOSO CIDADÃO DE DIRETOS

## AS MÚLTIPLAS FACES DO ENVELHECIMENTO

*Fiz um acordo de coexistência pacífica com o tempo:  
Nem ele me persegue, nem eu fujo dele, um dia a gente se encontra*

**Mario Lago**

O envelhecimento da população está acontecendo em todos os países, embora cada um esteja em uma fase diferente desta transição. O resultado é que, “em questão de anos”, haverá mais idosos acima de 60 anos do que crianças com menos de 5, segundo um relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS) divulgado em 2012. A estimativa de que, em 2050, haverá no mundo cerca de 400 milhões de idosos com mais de 80 anos, frente aos 14 milhões que havia em meados do século 20, preocupa a OMS.

### O ENVELHECIMENTO E AS VÁRIAS FORMAS DE ENVELHECER NO BRASIL

O envelhecimento e as várias formas de envelhecer no Brasil, neste início de século 21, no contexto do mundo globalizado, é um assunto atraente. Somos um país de contrastes. O Brasil de múltiplas raças, variadas condições socioeconômicas, vários tipos de arranjos familiares e comunitários, com características marcantes em cada região do país, envelhece de múltiplas formas. O número de brasileiros com 60 anos de idade ou mais já ultrapassou as

21.7 milhões de pessoas, ou 11% da população, devendo dobrar em termos absolutos por volta de 2030. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Censo de 2010, apresentam a realidade do processo de envelhecimento da população.

O Censo de 2010 marca uma verdadeira revolução da longevidade: um Brasil com 200 milhões de habitantes, menos branco, mais velho, mais feminino, mais alfabetizado, com 100 mulheres para cada 96 homens, e com 84% da população vivendo em área urbana.

Para alcançar este aumento de longevidade, houve uma transição epidemiológica em relação à saúde: passando da mortalidade relacionada a doenças infectocontagiosas para a mortalidade relacionada a doenças crônicas não transmissíveis e a doenças da urbanização.

### AS PIRÂMIDES ETÁRIAS BRASILEIRAS

De 1980 a 2010, a configuração das pirâmides demonstra a mudança etária da população, com uma redução na taxa de natalidade, aumento das faixas etárias intermediárias e significativo aumento da população com 60 anos ou mais, faixa onde se concentra a categoria de “Idosos”.

As demandas da sociedade exigem políticas públicas que atendam necessidades envolvendo desde a criança até a pessoa idosa. Novas tecnologias de saúde, assistivas e medicamentosas oferecem a chance de maior longevidade, porém, não de forma igualitária.

Nosso país vive o processo de envelhecimento sem ter dado conta, integralmente, das questões de cuidado às crianças, adolescentes, jovens, adultos, mulheres e também da pessoa idosa. Os variados tipos de violência também atingem a pessoa idosa, seja pela via da agressão física, psicológica, financeira, sexual, entre outras formas, acontecendo, muitas das vezes, no espaço reservado tradicionalmente para o cuidado: o núcleo familiar.

### ESTRATÉGIAS DE CUIDADO

#### Cuidador de Idosos (familiar, domiciliar e institucional)

Com as significativas mudanças nos modelos de família e redução do número de filhos, bem como a inserção da mulher no mercado de trabalho, a tradicional figura da cuidadora familiar, normalmente a filha, passa a ocupar outro papel social, sem a necessária dedicação ao cuidado com os familiares. Embora essa configuração de “cuidador familiar” ainda se encontre em várias famílias, tem se tornado frequente a figura do ‘Cuidador de Idosos’. Ele pode estar inserido no domicílio do idoso, em instituições, hospitais e outros serviços. Trata-se de uma ocupação regulamentada no Código Brasileiro de Ocupações sob nº 5162-10.

Este profissional passa a ter uma convivência direta com o idoso em situação de fragilidade, ficando sob seus cuidados em períodos do dia e/ou permanentemente, de acordo com a necessidade apresentada. Inclui-se no lar do idoso e passa a ter um papel importante na dinâmica familiar. O profissional também pode trabalhar em Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), hospitais e outros serviços.

### CENSO IBGE DE 2010 REVOLUÇÃO DA LONGEVIDADE

#### Brasil com 200 milhões de habitantes

- Menos branco
- Mais velho
- Mais feminino
- Mais alfabetizado
- 96 homens x 100 mulheres
- 84% área urbana

#### Expectativa de vida:

- 1950 – 48 anos
- 2000 – 68 anos
- 2050 – 78 anos

#### Projeção para 2025

32 milhões de pessoas idosas

### DEFINIÇÃO DE CUIDADOR

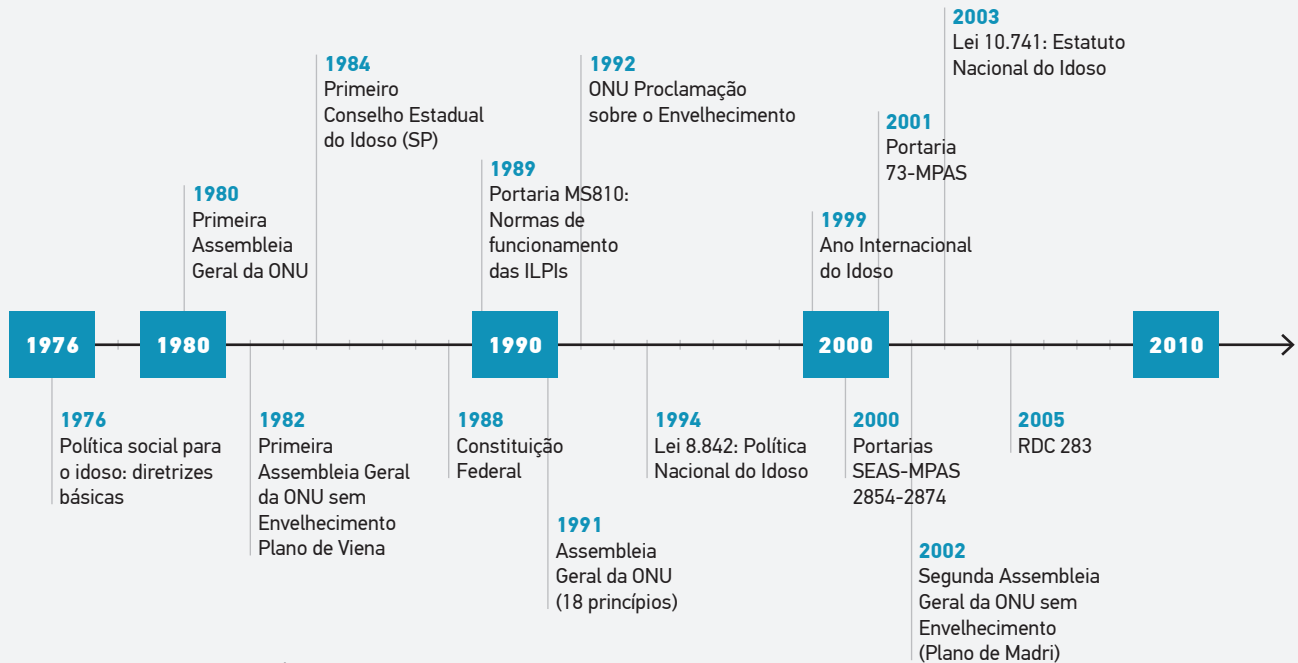
Pessoa que desenvolve a prática do cuidar. Integra a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), cód. 5162-10, que assim o define: “Alguém que cuida a partir de objetivos estabelecidos por instituições especializadas ou responsáveis diretos, zelando pelo bem-estar, saúde, alimentação, higiene pessoal, educação, cultura, recreação e lazer da pessoa assistida”.

### Centro-Dia

Segundo a Associação dos Familiares e Amigos dos Idosos (AFAI), o Centro-Dia é um programa de atenção às pessoas idosas, que, por suas carências familiares e funcionais, não podem ser atendidas em seus próprios domicílios ou por serviços comunitários; o serviço proporciona o atendimento das necessidades básicas, mantém o idoso junto à família, reforça o aspecto de segurança, autonomia, bem-estar e a própria socialização do idoso.

Caracteriza-se por ser um espaço para atender idosos que possuem limitações para a realização das Atividades Básicas de Vida Diária (ABVD), que convivem com suas famílias, porém, os familiares não dispõem de tempo integral para ficarem no domicílio

## AGENDA INTERNACIONAL SOBRE O ENVELHECIMENTO MARCO REGULATÓRIO SOBRE O CUIDADO COM A POPULAÇÃO IDOSA NO BRASIL



FONTE: CAMARANO & PASINATO (2004); MINISTRÉRIO DA JUSTIÇA. BANCO DE LEIS DE IDOSOS.

junto com o idoso. Pode funcionar em espaço especificamente construído para este fim, em espaço adaptado ou junto a um programa de um Centro de Convivência, desde que este disponha de pessoal qualificado para o atendimento adequado.

### Instituição de Longa Permanência para Idosos – ILPI

O antigo “asilo”, hoje ILPI, atende à demanda da população idosa sem familiares e/ou sem suporte familiar e, também, as pessoas idosas que optam por esta forma de cuidado.

### Comunidade

A Comunidade e a rede de serviços são um referencial para o cuidado com a pessoa idosa, dependendo de sua configuração e do contexto em que o cuidado é necessário. Na experiência em comunidades de regiões periféricas da cidade, observa-se que o vínculo entre a vizinhança e a relação de ajuda se dá de forma diferenciada em relação aos grandes centros urbanos, onde a individualidade é mais marcante e as pessoas têm pouco espaço comunitário para se inserir, potencializada pela condição de fragilidade da pessoa idosa, seja por dificuldade de acesso e/ou estabelecimento de vínculos.

É importante salientar que a questão da vulnerabilidade social do idoso extrapola os limites da situação econômica do mesmo, podendo ser encontrada em qualquer classe social

### GARANTIA DE DIREITOS

No Brasil, o Sistema de Garantia dos Direitos da Pessoa idosa é amparado pela Política Nacional do Idoso (Lei 8.842/94), o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03), além da Política Nacional do Idoso (2006).

Na prática, a garantia de direitos encontra-se em fase de implantação e adequação às reais necessidades surgidas com esta demanda no processo de envelhecimento. Estes dados nos levam a avaliar os paradoxos contemporâneos sob a perspectiva do envelhecimento da população e das demandas inevitáveis ao envelhecimento populacional.

Ficam as perguntas: Estamos vivendo mais, e melhor? Temos políticas públicas intersetoriais que dão conta das necessidades que a saúde, assistência social, lazer, educação, entre outros, trazem à crescente população idosa? E a família, está preparada para viver com seus idosos (e aqui falamos dos idosos com mais de 60, 80, 90 anos ou centenárias?) E a sociedade, como encara o direito das pessoas idosas? Desde o assento no transporte coletivo até a garantia integral e coletiva de direitos? E os mitos e preconceitos quanto ao processo de envelhecimento, tanto alheio como próprio em uma sociedade que supervaloriza o jovem?

E as organizações não governamentais, estão preparadas para atender a população idosa e suas necessidades? 🏠



# CRIAÇÃO DE IDENTIDADE

ENTENDA COMO A IDENTIDADE VISUAL PODE AUMENTAR  
A CREDIBILIDADE E O SUCESSO DAS ORGANIZAÇÕES

*Por Felipe William*

Muitas empresas, instituições e organizações do mundo todo têm apostado em um elemento crucial, o qual contribui com a implantação e com o estabelecimento de suas marcas em longo prazo: a Identidade Visual. Antes tida como mais uma das diversas

ferramentas utilizadas por campanhas publicitárias e de marketing, a identidade visual ganhou espaço em grandes empresas que procuram estar em evidência e ser lembradas pelo público.

A identidade visual de uma empresa é tudo o que representa a sua marca ou corporação, e é um importante recurso

para que se alcancem os objetivos e metas traçados. Ela pode ir desde o logotipo até a criação de propagandas e sites, e justamente por esse motivo é muito importante ter cuidado na criação de cada um desses itens. No Terceiro Setor, a identidade visual é igualmente importante. Embora o viés comercial não esteja presente, esta ferramenta representa, visual e sistematicamente, uma ideia, um nome, um serviço ou o que quer que faça parte da causa envolvida.

## LOGOTIPO

Esse conjunto de elementos geralmente tem como alicerce a criação do logotipo, que nada mais é do que um símbolo visual que se integra em códigos e cores, na tipografia, em personagens, personalidades, grafismos e quaisquer outros itens que possam reforçar o ponto de vista a ser transmitido através dessa imagem, como, por exemplo, o slogan ou as *taglines*.

A criação do logotipo ou do símbolo que consiga representar a assinatura da organização deve ser estabelecida por meio de um documento técnico nomeado pelos designers de 'Manual da Identidade Visual'. Tal documento tem como função principal estabelecer normas e critérios técnicos para a propagação da marca em variados tipos de suportes, como gráficos (impressão) e eletrônicos (interface).

O logotipo é o principal símbolo da instituição. Mais do que uma função estética, tem como objetivo principal transmitir sua personalidade. Nele estão embutidos os valores e os conceitos a serem transmitidos. Para que um logotipo seja criado de maneira correta, é necessário que o profissional que vai realizar este projeto conheça a cultura da instituição e os princípios que a regem. É preciso ter em mente que o logotipo é algo duradouro, e será o primeiro elo entre a instituição e a sociedade.

A identidade visual reproduz a realidade, mostrando quem é a organização e a forma como ela atua. O manual da identidade visual possibilita aos beneficiários e aos *stakeholders* visualizar como a instituição será demonstrada em peças de comunicação, criando uma agradável marca e informando qual imagem a organização deseja transmitir.

*No Terceiro Setor, a identidade visual é igualmente importante. Embora o viés comercial não esteja presente, esta ferramenta representa, visual e sistematicamente, uma ideia, um nome, um serviço ou o que quer que faça parte da causa envolvida*

## COMPONENTES DA IDENTIDADE VISUAL

A identidade visual de uma organização se baseia em componentes primários, secundários e terciários. Os componentes primários são de fundamental importância para que o processo se desenvolva, e incluem:

- Símbolo: sinal que substitui o nome de registro da empresa;
- Logotipo: forma pela qual a empresa será registrada nas aplicações;
- Marca: fusão entre o símbolo e o logotipo.

Já nos componentes secundários encontram-se:

- Cores e alfabeto predominantes nas peças de comunicação. Não são componentes muito explorados, porém, carecem de atenção tanto no momento da escolha quanto na hora em que forem utilizados no projeto proposto, uma vez que contribuem para o procedimento de avaliação e fixação da marca na mente dos consumidores e clientes em potencial.

Por fim, existem os componentes terciários, que envolvem:

- Elementos que complementam a marca e acessórios em geral. Exemplos: grafismos e mascotes.

## POR QUE APOSTAR NA IDENTIDADE VISUAL DA ORGANIZAÇÃO?

É fato que atualmente o crescimento de ONGs relacionadas a diversos focos e campanhas tem abrangido o mundo todo. Tendo em vista a importância da imagem de uma organização para atingir determinado público, muitas delas têm investido em sua identidade visual.

O Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (GRAACC) é uma entidade sem fins lucrativos cujo principal objetivo é garantir a crianças e adolescentes com câncer, dentro dos padrões científicos mais evoluídos, todas as chances possíveis de cura e tratamento que possam melhorar sua qualidade de vida. Além de ser referência no desenvolvimento tecnológico e tratamentos avançados, desde sua fundação, em 1991, o GRAACC investiu com inteligência na identidade visual da instituição. Desde a formação do logotipo até a criação do portal na internet e uma página no Facebook, a organização mostra a preocupação em manter o foco e a essência da marca. Esse tipo de gestão prova que quanto maior a quantidade de canais disponibilizados por qualquer que seja o tipo de instituição, mais fácil será sua disseminação ao público.

Outro ótimo exemplo que pode ser mencionado, e que sempre fez uso notável de sua identidade visual, é a Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente. Durante muitos anos, a instituição investiu em seu portal na internet, apostou em um logotipo forte e tornou-se marca registrada em todo o Brasil. A fundação é mantida por empresas, pessoas e organizações nacionais que lutam pela causa da criança e do adolescente. Seja direta ou indiretamente, mais de 5 milhões de crianças já foram beneficiadas pelo trabalho da organização.





PELOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Durante muitos anos, a instituição investiu em seu portal na internet, apostou em um logotipo forte e tornou-se marca registrada em todo o Brasil



Desde a formação do logotipo até a criação do portal na internet e uma página no Facebook, a organização mostra a preocupação em manter o foco e a essência da marca

## PROCESSO DE CRIAÇÃO DE IDENTIDADE

Existem cinco extensões a serem consideradas no processo de criação de uma identidade visual: emissor, mensagem, meios, contexto, usuário.

O emissor admite dois papéis: o de mediador e o de coautor. No primeiro caso, assume-se uma postura mais transparente e neutra na transmissão das ideias e dos conceitos representados pela instituição. No segundo caso, os gostos, opiniões e formação cultural do designer são perceptíveis pelo receptor.

As mensagens referem-se aos textos e imagens contidos no projeto. A maneira como algo é comunicado pode ser tão importante, ou mais, do que aquilo que de fato está sendo comunicado. O profissional deve saber trabalhar a transmissão através desses dois meios para que não ocorram ruídos e falhas na comunicação da mensagem.

Os meios englobam a utilização de materiais (papel, tecido, metal), ferramentas (tinta, computador, impressora) e técnicas (fotografia, pintura, recursos digitais) que contribuam para a divulgação da mensagem.

Para que seja possível avaliar o território onde será realizada a comunicação, é preciso considerar o contexto em que o receptor se encontra, seja este o contexto cultural, de classe, de linguagem etc.

Quando falamos do usuário, devemos ter em mente que mesmo que o emissor e o receptor compartilhem dos mesmos contextos, sempre haverá divergências dentro de um grupo. A função do designer é diminuir as diferenças geradas pela concepção dos usuários e abrir uma gama maior de significados para a mensagem.

Seja pela maneira inteligente e consistente da identidade visual, pela eficiência no processo de comunicação ou pela ousadia conquistada, as organizações do Terceiro Setor em geral possuem uma marca emocional que se expressa por meio da utilização dos sentidos e emoções. Um bom design configura a base de tudo isso, e impacta diretamente na qualidade da identidade visual da instituição. A marca reflete o que a instituição é, sendo um lembrete diário sobre para onde ela deve ir. 📌



◀ **JOÃO PAULO VERGUEIRO** é presidente da diretoria da ABCR – Associação Brasileira de Captadores de Recursos e professor adjunto na Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP)

FOTO: AGÊNCIA BRASIL



Brasília participa do Dia Nacional de Coleta de Alimentos. Na ação, voluntários recebem doações em supermercados de 60 cidades do país

## DOANDO E CAPTANDO, CAPTANDO E DOANDO

O propósito deste artigo é debater o contexto atual da captação de recursos e da doação no Brasil. Para isso, há uma afirmação essencial – e atualíssima – para quem atua viabilizando recursos para organizações

da sociedade civil: para o trabalho dos captadores dar certo, é preciso que ampliar a doação no país!

E, pensando dessa maneira, pode-se dizer que o ano de 2014 foi marcante no Brasil, com a realização nacional do #diadedoar,

campanha que mobilizou mais de 500 parceiros por todo o país e em lugares inesperados, como o interior da Bahia, Mato Grosso do Sul e Ceará. Em todas as regiões, organizações se mobilizaram para realizar ações de captação no #diadedoar, alinhadas com o objetivo da campanha, que é promover a conscientização da importância da doação para as organizações da sociedade civil, ampliando-as.

O compromisso que temos com campanhas como essas, e com o incentivo à doação, não é mais uma “jaboticaba brasileira”: nos países em que a sociedade civil é forte, independente e democrática, quem as financia são as pessoas. Em todo o mundo, o setor social é vibrante e atuante, e quem possibilita que isso aconteça são indivíduos, de todas as classes sociais, que acreditam nas causas promovidas e as apoiam financeiramente.

Já no Brasil ainda vigoram com muita intensidade duas opiniões contraditórias, mas igualmente inadequadas:

- É o governo que tem a obrigação de bancar as ONGs (organizações da sociedade civil);
- As empresas deveriam dar o retorno à sociedade do lucro que dela tiram, e sustentar as organizações.

De fato, tanto o governo como empresas continuarão financiando organizações e projetos pelo país, mas não é deles que se espera que venha a contribuição principal, e não é com recurso público ou corporativo que se garantirá a sustentabilidade das entidades.

O Brasil está, neste momento, consolidando esse caminho, aproximando-se da realidade dos demais lugares no mundo em que a sociedade civil é independente e ativa: já são mais de 33 milhões de doadores individuais, conforme a pesquisa World Giving Index, da Charities Aid Foundation (no Brasil, representada pelo IDIS - Instituto pelo Desenvolvimento do Investimento Social), publicada em 2014.

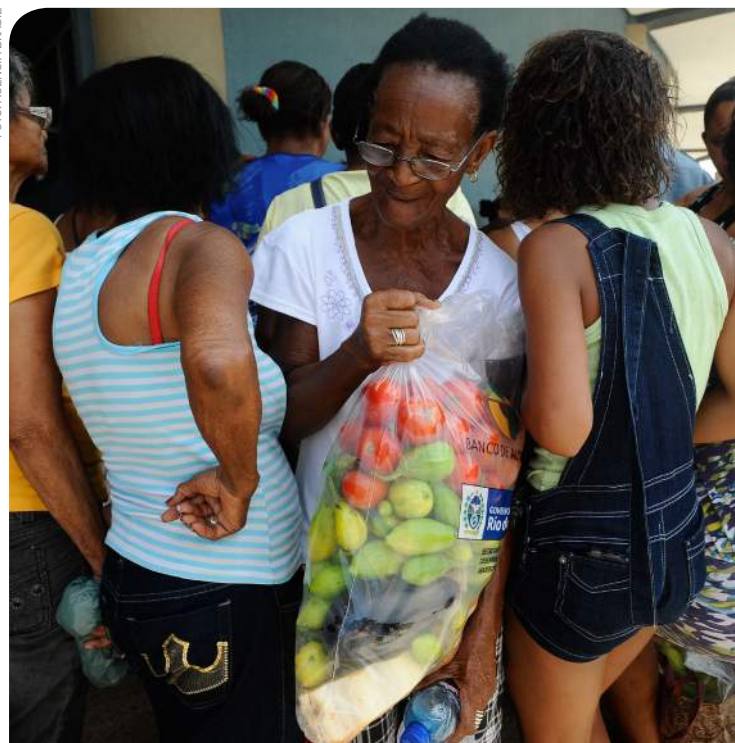
Pois bem, sabemos que as organizações podem se tornar independentes a partir das doações individuais, e estamos realizando campanhas nesse sentido, como o #diadedoar. Qual é, então, o cenário atual para os captadores de recursos junto às organizações?

## CAPTADORES NO BRASIL

Primeiramente, nunca o mercado esteve tão propício para os profissionais que atuam na área. O ano de 2014 foi o que mais vagas abriu em organizações por todo o país, para captadores e mobilizadores, e 2015 já começou quente, inclusive com organizações internacionais também contratando no Brasil.

Se há cada vez mais vagas, isso significa que há cada vez mais organizações contratando captadores, e isso é muito positivo. Toda organização da sociedade civil precisa ter sua área de mobilização de recursos estruturada: desde uma organização milionária, que terá uma Diretoria de Captação, a uma de porte médio, com uma Gerência, até uma entidade pequena, com um analista (ou o diretor presidente respondendo pela área).

FOTO: AGENCIA BRASIL



Moradores do Complexo do Alemão recebem doações do Banco de Alimentos da Ceasa, em cerca de 200 sacas com 8 kg contendo frutas, legumes e verduras

Essa área, porém, deve ser permanente, pois captar é um processo contínuo – e não uma ação pontual –, que demanda planejamento. O plano de Captação de Recursos é o nome do documento que exprime esse planejamento. Precisa estar alinhado ao planejamento estratégico da organização e receber atenção especial da liderança para que seja executado plenamente, de forma monitorada. Cada vez mais organizações estão atentas a isso, preparando seus planos e estruturando a sua área de captação.

Sim, as perspectivas são positivas: a doação e a captação estão sendo promovidas no Brasil, e há cada vez mais atenção ao tema, tanto de quem está dentro das organizações como de quem está fora delas – a imprensa, os cidadãos, o governo etc.

Ainda há muito a ser feito e áreas onde investir, como a capacitação dos profissionais, a publicação de conteúdo de referência – tão escasso no Brasil –, o *advocacy* por uma legislação que seja favorável ao Terceiro Setor e às doações, além de pesquisas, para divulgar o quanto se doa no Brasil todos os anos, etc.

O panorama, porém, é positivo. Pode-se dizer que o copo está “meio cheio”. Agora devemos trabalhar para enchê-lo completamente, para que tenhamos um país mais justo e democrático, e organizações verdadeiramente sustentáveis. 🍷



◀ SILVIA MARIA LOUZÃ NACCACHE é coordenadora do Centro de Voluntariado de São Paulo (CVSP) desde 2003 e atua há 18 anos na área de responsabilidade social, terceiro setor e voluntariado. Formada em Ciências Biomédicas pela Universidade Federal de São Paulo (EPM - UNIFESP).



Beatriz participou de programas da AIESEC Brasil, nas cidades de Antofagasta, no Chile, e em Lima, no Peru.

## VOLUNTARIADO INTERNACIONAL: ALÉM DAS FRONTEIRAS

Iniciativa é oportunidade de conhecer outras culturas em prol de um bem maior

**E**m todas as partes do mundo, com trabalhos mais ou menos especializados, existem oportunidades de participação voluntária. É possível conhecer outras culturas, participar de projetos de campo, conviver com outras realidades, enfim, existem centenas de oportunidades de trabalho voluntário.

O voluntariado internacional é uma área específica do voluntariado: é desenvolvido por voluntários, por períodos mais ou menos longos, em países terceiros, designadamente em processo de desenvolvimento. Esta atividade é promovida por organizações que desenvolvem projetos de voluntariado internacional, quer pela via da cooperação, quer pela via da assistência internacional. O que os números mostram é que esta ação é realizada fora das organizações.

Depois da experiência do programa de voluntariado da FIFA e do Ministério dos Esportes para a Copa do Mundo de 2014, e com a abertura para o voluntariado nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, reacendeu-se a discussão sobre o papel do voluntariado e os benefícios deste tipo de trabalho. A ideia de ser voluntário implica em fazer algo em prol de alguém, grupo ou causa sem receber nenhum tipo de recompensa financeira por isso. Porém, muitos entendem que, não havendo lucro monetário, não há nenhum tipo de ganho para o voluntário neste processo. Grande engano! Veja, a seguir, como o voluntariado pode melhorar suas chances no mercado de trabalho, ampliar sua rede de contatos e ajudá-lo a aprender ou a melhorar suas habilidades em um idioma estrangeiro.

O voluntariado no exterior é uma modalidade de intercâmbio que apresenta todas as vantagens já citadas, e ainda agrega ao currículo profissional uma experiência de porte internacional e a oportunidade de aperfeiçoar ou aprender um idioma estrangeiro. Muitos não sabem, mas é possível candidatar-se para ser voluntário em vários eventos de grande porte ao redor do mundo, esportivos ou não, que só são realizados graças à ajuda de voluntários. Instituições internacionais voltadas a causas sociais, como a

ONU e a Cruz Vermelha, possuem um ativo programa de voluntariado, e, em alguns casos, os voluntários recebem algum tipo de ajuda de custo para gastos básicos. Além do ganho profissional, quem investe no voluntariado internacional leva em consideração a experiência pessoal envolvida no processo, já que muitos se dirigem a áreas menos favorecidas a fim de ajudar comunidades ou grupos em situação de risco, geralmente em países da África, Ásia e América Latina.

Segundo Beatriz Louzã Naccache, jovem de 24 anos formada em Relações Públicas pela Faculdade Cásper Libero, esta foi uma experiência que levará em seu coração e para sua vida profissional para sempre! “Fiz dois intercâmbios sociais para o Chile e para Peru, com o objetivo de me descobrir e contribuir para algo maior. Voltei depois de quatro meses sabendo falar espanhol, mas principalmente sabendo que podemos conviver com outras culturas e aprender muito sobre nós mesmos e sobre elas! Quando se é voluntário em outro país você não só está contribuindo para o desenvolvimento de um grupo de pessoas com quem convive. Você se torna representante do seu país, e acaba conhecendo até mais sobre sua própria cultura. Ao dar aulas, descobri como as crianças nos ensinam e nos recordam de como ser mais delicados uns com os outros. Descobri, nas casas das famílias onde morei, sobre a generosidade, sobre respeitar diferenças, sobre o que realmente precisamos. Aprendi que as pessoas entram nas nossas vidas e nos transformam, e que no voluntariado essa transformação é maravilhosa! O voluntário internacional contribui para um mundo com mais tolerância, mais cultura de paz, mais amizade e respeito às diferenças”.

Para estar apto a realizar trabalhos voluntários no exterior é necessário ser maior de 18 anos, ter conhecimento intermediário de inglês ou do idioma do país escolhido e estar disposto a comprometer-se com as atividades propostas dentro do período estipulado. Uma boa notícia para os interessados é que este tipo de intercâmbio pode ter duração mais curta, sendo mais fácil organizar as finanças para viver esta experiência única.

#### **DIREITOS DOS VOLUNTÁRIOS:**

- Desenvolver um trabalho de acordo com os seus conhecimentos, experiências e motivações;
- Ter acesso a programas de formação inicial e contínua;
- Receber apoio no desempenho do seu trabalho, com acompanhamento e avaliação técnica;
- Ter ambiente de trabalho favorável e em condições de higiene e segurança;
- Participar das decisões que dizem respeito ao seu trabalho;
- Ser reconhecido pelo trabalho que desenvolve com acreditação e certificação;
- Acordar com a organização promotora um programa de voluntariado que regule os termos e condições do trabalho que vai realizar.



### DEVERES DO VOLUNTÁRIO

#### Para com o público beneficiado:

- Respeitar a vida privada e a dignidade da pessoa;
- Respeitar as convicções ideológicas, religiosas e culturais;
- Guardar sigilo sobre assuntos confidenciais;
- Usar de bom senso na resolução de assuntos imprevistos, informando os respectivos responsáveis;
- Atuar de forma gratuita e interessada, sem esperar contrapartidas e compensações patrimoniais;
- Contribuir para o desenvolvimento pessoal e integral do destinatário;
- Garantir a regularidade do exercício do trabalho voluntário.

#### Para com a organização promotora do programa

- Observar os princípios e normas inerentes à atividade, em função dos domínios em que se insere;
- Conhecer e respeitar estatutos e funcionamento da organização, bem como as normas dos respectivos programas e projetos;
- Atuar de forma diligente isenta e solidária;
- Zelar pela boa utilização dos bens e meios postos ao seu dispor;
- Participar de programas de formação para um melhor desempenho do seu trabalho;
- Dirimir conflitos no exercício do seu trabalho de voluntário;
- Garantir a regularidade do exercício do trabalho voluntário.
- Não assumir o papel de representante da organização sem seu conhecimento ou prévia autorização;
- Utilizar devidamente a identificação como voluntário no exercício da sua atividade;
- Informar a organização promotora com a maior antecedência possível sempre que pretenda interromper ou cessar o trabalho voluntário.

#### Para com as equipes locais, funcionários e outros voluntários:

- Colaborar com os profissionais da organização promotora, potenciando sua atuação no âmbito de partilha de informação e em função das orientações técnicas inerentes ao respectivo domínio de atividade;
- Contribuir para o estabelecimento de uma relação fundada no respeito pelo trabalho de cada um;
- Respeitar a dignidade e a liberdade dos outros voluntários, reconhecendo-os como pares e valorizando o seu trabalho;
- Fomentar o trabalho de equipe, contribuindo para uma boa comunicação e um clima de trabalho e convivência agradável;
- Facilitar a integração, formação e participação de todos os voluntários.

#### Para com a comunidade, sociedade:

- Fomentar uma cultura de solidariedade;
- Difundir o voluntariado;
- Conhecer e respeitar a realidade sociocultural da comunidade onde se desenvolve a sua atividade de voluntário;
- Complementar a ação social das entidades das quais faz parte;
- Transmitir, com a sua atuação, os valores e os ideais do trabalho voluntário.

Para informar-se sobre trabalhos voluntários ou outras modalidades de trabalho no exterior, é só ficar atento às atualizações de sites especializados. Seguem aqui algumas sugestões!

## **CENTROS E REDES DE VOLUNTARIADO**

Uma espécie de classificados para quem oferece e quem procura trabalho voluntário, gera visibilidade para oportunidades de trabalho voluntário.

### **AIESEC Brasil**

AIESEC é a maior organização sem fins lucrativos gerida por jovens, e é a única que desenvolve liderança responsável e empreendedora por meio de intercâmbios realizados em parceria com organizações, instituições e negócios ao redor do mundo, nos mais de 120 países e territórios onde está presente. Convivendo em um ambiente internacional e desafiador, e movidos pela mudança, trabalham para engajar e desenvolver todos os jovens do mundo, proporcionando experiências de alto impacto. Possibilitam que os jovens descubram e desenvolvam seus potenciais de liderança para causar um impacto positivo na sociedade, através das oportunidades de liderança, intercâmbios profissional e voluntário e participação em um ambiente global de aprendizagem.

### **Serviço Voluntário Europeu**

O Serviço Voluntário Europeu (SVE) é uma medida do Programa Juventude em Ação, 2007-2013, criado pela Comissão Europeia, e que permite aos jovens desenvolver um projeto de voluntariado numa organização de outro país. O objetivo do SVE é desenvolver a solidariedade e promover uma cidadania ativa, bem como um entendimento mútuo entre os jovens. As oportunidades estão espalhadas pelos 27 Estados-membro e mais algumas dezenas de parceiros de todo mundo, e abrangem as mais variadas áreas. Podem candidatar-se ao SVE jovens entre os 18 e os 30 anos. A duração de cada projeto pode ser de no máximo 12 meses, e a lista de vagas é diariamente atualizada no site.

### **Serviço Voluntário Internacional**

Organização voluntária dedicada a promover a cultura de paz através da organização de projetos de voluntariado internacionais para pessoas de todas as idades e origens. A organização tem 45 membros e um número cada vez maior de parceiros em todo o mundo. O SVI oferece uma variedade de oportunidades de trabalho voluntário para as pessoas, tais como projetos de curto, médio e longo prazo, mas também a possibilidade de se tornar ativo para uma filial local ou participar de seminários ou treinamentos.

### **Nações Unidas**

Esta sugestão não se aplica a quem quer fazer voluntariado durante as férias, por exemplo. Os projetos de voluntariado das Nações Unidas não duram menos de seis meses a um ano, e os critérios de seleção são muito exigentes: mais de 25 anos, formação superior, dois anos de experiência profissional e domínio de pelo menos uma língua estrangeira. Todos os anos, mais de 7 mil mulheres e homens qualificados e com grande experiência profissional de mais de 170 nacionalidades servem como voluntários da ONU em

mais de 140 países. Eles contribuem para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: reduzindo a pobreza, fomentando a governança democrática, promovendo políticas ambientais, fortalecendo recursos para prevenir e responder a crises e lutando contra o aumento de doenças como o HIV/AIDS

### **ISU – Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária**

Organização fundada em 1989 que tem como objetivo o desenvolvimento global, acreditando que este leva à soma das conquistas dos indivíduos, a partir do estímulo das suas capacidades e competências.

Em Portugal e nos países africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), trabalha com pessoas em situação de pobreza e exclusão social. Procura, por meio da formação e de projetos continuados, adequar sua ação às necessidades identificadas. A ação do ISU se dá em torno de 4 eixos de atuação: voluntariado, intervenção social, cooperação e educação para o desenvolvimento.

### **Go Abroad**

Pagar para trabalhar em outro país? Sim, alguns o fazem! Viajar não precisa se resumir a conhecer novos lugares, com o guia turístico em mãos. Há muita oferta de programas de voluntariado em viagens, em que os custos do deslocamento e da hospedagem são responsabilidade dos participantes. O site Go Abroad agrega 27.000 participantes neste tipo de programa de voluntariado. Entre os destinos mais populares estão a Índia, o Peru, a África do Sul, a Costa Rica, a Tailândia e o Equador. Os projetos na área da saúde, construção, conservação da natureza ou trabalho em orfanatos são os mais procurados.

[www.goabroad.com](http://www.goabroad.com)

### **Do Something**

O site Do Something, da Associação para o Desenvolvimento (TESE), é uma plataforma on-line criada para motivar jovens para causas – por exemplo, nas áreas do meio ambiente, das artes, da discriminação ou da pobreza. Depois de decidirem qual é a sua causa, são guiados na escolha de projetos em que podem fazer voluntariado. Se não houver nenhum que lhes agrade totalmente, podem criar seu próprio projeto.

### **Mais Valia**

Este projeto de voluntariado não é voltado para jovens. A Fundação Calouste Gulbenkian criou um novo programa de voluntariado especializado destinado a pessoas com mais de 55 anos. O destino dos profissionais das áreas da saúde, educação e artes a que se dirige o programa Mais Valia são os países africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Cada missão tem a duração de dois meses e as candidaturas vão até ao final de abril.

### **AFS Intercultura Brasil**

Projeto de intercâmbio de voluntários. No Brasil são quase mil voluntários trabalhando em cerca de 80 cidades com os programas do AFS Intercultura Brasil.

### **IYF Brasil**

A Good News Corps (GNC) é uma iniciativa de voluntariado da IYF que ajuda a desenvolver a próxima geração de líderes, ampliando a visão de mundo e cultura de paz. 🌍

#### **Links:**

[www.afs.org.br/seja-um-voluntario](http://www.afs.org.br/seja-um-voluntario); [www.aiesec.org.br](http://www.aiesec.org.br); [www.br.iyf.org](http://www.br.iyf.org); [www.ec.europa.eu/youth/index\\_en.htm](http://www.ec.europa.eu/youth/index_en.htm); [www.goabroad.com](http://www.goabroad.com); [www.isu.pt](http://www.isu.pt); [www.laredavis.org](http://www.laredavis.org); [www.pnud.org.br/UNV.aspx](http://www.pnud.org.br/UNV.aspx); [www.svibrasil.ning.com](http://www.svibrasil.ning.com); [www.voluntariado.org.br](http://www.voluntariado.org.br); [www.voluntariosonline.org.br](http://www.voluntariosonline.org.br); [www.unv.org](http://www.unv.org)

# SETECO e ASPLAN há 45 anos agregando valor na gestão do Terceiro Setor

Nossa missão vai além de **TRANSPARÊNCIA**, **COERÊNCIA** e **PRECISÃO** na prestação de contas, estamos também focados na **PROFISSIONALIZAÇÃO** da gestão contábil e controles internos de entidades do terceiro setor.

- Contabilidade com resultados por projetos
- Administração de RH (folha de pagamento)
- Gestão fiscal (relação fisco x contribuinte)
- Legalizações e regularização de certidões negativas
- Auditoria fiscal preventiva
- Sistema integrado de gestão para entidades do Terceiro Setor







# VOLUNTARIADO EMPRESARIAL: COMECE PELO DIAGNÓSTICO

**P**ara muitas empresas, engajar seu público interno em ações de voluntariado ainda é um grande desafio a ser enfrentado. Muitos gestores desejam estruturar um programa de voluntariado em suas empresas e, quase sempre, deparam-se com a seguinte pergunta: Por onde devo começar?

A resposta com frequência é: comece respondendo às perguntas “aonde quero chegar com este programa?”, “que objetivos diretos e indiretos a empresa tem para o programa de voluntariado?”, “que aprendizados eu quero atingir ao final de uma experiência como voluntário?”. Ao responder essas perguntas, que aparentemente são simples de se responder, considero que a empresa está no caminho certo. Vale a pena perder algumas horas refletindo sobre essas questões e, se possível, debatendo com pessoas chave na empresa, por exemplo, o diretor de RH, que pode dar sugestões de que competências podem ser trabalhadas em uma ação social; o diretor de comunicação, que pode ser um aliado importante quando chegar o momento de mobilizar para o programa; e o presidente da empresa, afinal, sem seu apoio, dificilmente o programa de voluntariado terá sucesso.

Após ter claros esses objetivos, o gestor do programa de voluntariado pode tomar decisões mais específicas, mas igualmente importantes, como:

- Quais tipos de ações serão realizadas pelos voluntários?
- Que demandas e causas sociais serão foco de atuação?
- Haverá formação de um comitê para o programa?
- Os funcionários serão liberados no horário de trabalho ou não?
- Qual será o público atendido?
- Qual é o investimento disponível para capacitações e ações?

Essa etapa de grandes decisões é chamada de ‘Diagnóstico’. Neste momento, a empresa deve avaliar cuidadosamente (com frequência, esta etapa é negligenciada pelos gestores do programa) quais as expectativas dos três personagens principais envolvidos em um programa de voluntariado empresarial: a empresa, os funcionários voluntários e a comunidade.

Para atender as expectativas da empresa, basta seguir as recomendações citadas no início deste artigo: reflita sobre as perguntas mencionadas e converse com as lideranças da empresa. Esta tarefa levará aproximadamente dois meses, mas valerá a pena.

É também nesta etapa do Diagnóstico que a área responsável pelo programa deve buscar identificar oportunidades para conectar as ações voluntárias ao negócio da empresa, dando força e legitimidade ao programa de voluntariado. A aproximação com o negócio ajuda a dar visibilidade interna ao programa, facilita a


conquista do apoio das lideranças quando chegar o momento de mobilizar os voluntários para a ação e atrair mais investimento da empresa para o programa, ou seja, um orçamento mais generoso para garantir o suporte necessário aos voluntários.

Aproximar o programa de voluntariado empresarial do negócio não significa promover a empresa ou a marca por meio de uma ação social. Isso pode até ter efeito negativo para a empresa. Existem outras formas de promover essa conexão; por exemplo, oferecendo aos voluntários oportunidades de desenvolver competências profissionais durante uma ação social, ou aproveitando a expertise profissional dos voluntários em um contexto diferente daquele do dia a dia da empresa, voltado para apoiar uma organização social, entre outras formas.

O segundo passo na etapa do Diagnóstico é avaliar as expectativas ou necessidades da comunidade, ou melhor, as oportunidades de realizar ações voluntárias que façam sentido para a empresa e estejam dentro das capacidades dos voluntários. Com certeza em uma comunidade ou organização social as oportunidades de apoio serão muitas. Portanto, é preciso ter foco para não frustrar as expectativas das pessoas envolvidas, tanto da comunidade como dos voluntários da empresa. A melhor forma de ajudar uma comunidade é por meio de uma organização não governamental que já atue na região e atenda seu público. Faça uma visita para conhecer melhor as pessoas que frequentam o espaço, o tipo de atendimento que recebem e o tipo de apoio que poderia ser oferecido pelos voluntários da empresa. Visite mais de uma organização, se possível, e, de volta à empresa, identifique as melhores oportunidades de ação social, aquelas que de fato são uma necessidade da comunidade e, ao mesmo tempo, atendem as habilidades e expectativas dos funcionários voluntários. O mais importante é garantir uma experiência satisfatória aos envolvidos, e priorizar é fundamental para obter sucesso. É papel do responsável pelo programa de voluntariado ajudar os voluntários na definição das ações que serão realizadas. Um bom planejamento evita que ações sejam feitas pela metade ou com baixa qualidade; não prometa o que não pode entregar.

Por fim, sobre as expectativas dos funcionários voluntários, a estratégia para conhecê-las pode variar: questionários, grupos de discussão, entrevistas, conversas informais, entre outras. Mas, uma vez que as expectativas da empresa estão claras e as demandas da comunidade, mapeadas, não faz sentido ampliar muito essa consulta aos funcionários voluntários. Esse tipo de pesquisa fatalmente trará um universo muito amplo de expectativas e preferências, que dificilmente serão atendidas em sua totalidade. Faça uma consulta pontual com base nas premissas estabelecidas no Diagnóstico das expectativas da empresa e da comunidade, escolha duas ou três opções de atividades e, aí sim, peça que os funcionários voluntários opinem ou escolham a de sua preferência para participar.

Após a primeira edição do programa de voluntariado, reserve um tempo para uma avaliação dessa experiência, e não hesite em revisitar seu Diagnóstico, que pode e deve ser refeito de tempos em tempos para garantir que o programa esteja evoluindo e se tornando cada vez mais atrativo.

O programa de voluntariado é muito dinâmico e requer uma boa dose de criatividade para atrair cada vez mais voluntários. Não deixe de questionar sua estratégia e estar sempre aberto para as sugestões de melhorias que podem vir da empresa, da comunidade ou dos funcionários voluntários. 



# XVI Congresso Brasileiro do 3º Setor

Direito | Auditoria | Contabilidade | Captação de Recursos

# 18/09/2015

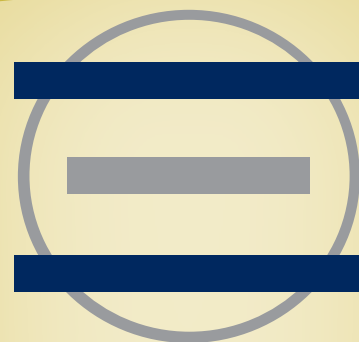
Hotel Tívoli Mofarrej – Alameda Santos, 1437



**Marcos Biasioli**

*Coordenador Geral do evento*

Informações: [www.economica.com.br](http://www.economica.com.br) | (11) 5102-4654



**ECONÔMICA**

*Desenvolvimento Social*



# SEM PERDER A ESSÊNCIA

Diversas organizações sociais brasileiras já começaram a trilhar o caminho da profissionalização da área de Recursos Humanos

por Luciano Guimarães

**E**mbora reduzido, o número de entidades do Terceiro Setor que adotaram diretrizes para tornar mais profissionais as atividades de seus departamentos de RH tem crescido ano após ano e sido decisivo para o desenvolvimento do trabalho realizado pelos gestores.

Em meio às mudanças geradas no modelo de administração de determinadas ONGs, destacadamente as maiores e mais estruturadas, o estabelecimento de políticas de cargos e salários já faz parte do cotidiano de uma pequena – porém considerável – parcela de instituições.

Em decorrência deste movimento tornou-se comum a migração de profissionais do setor privado para o social. No Instituto Ayrton Senna (IAS), por exemplo, em torno de 70% da equipe é proveniente de grandes empresas de diferentes segmentos.

Paralelamente, foi diminuindo o espaço para a participação de voluntários. A entidade, inclusive, optou, atualmente, por ter uma equipe contratada para garantir uniformidade do perfil e formação dos profissionais necessários para atender às atuais demandas e desafios da organização.

“Assim, quem chega vem motivado pela credibilidade, seriedade, profissionalismo e pela causa da educação, e se surpreende positivamente quando se depara com nossa estrutura e modelo de gestão”, explica a gerente-executiva de RH do IAS, Silvia Espesani, ela mesma um exemplo de profissional recrutada por um *headhunters*.

“Apesar de ocupar uma posição de diretora de RH, com remuneração e benefícios atrativos, eu não estava feliz com o ambiente e com o modelo de gestão. Na época, já questionava o meu momento profissional. Eu tinha pouca informação sobre o que fazia o Instituto Ayrton Senna, mas quando fui entrevistada pela Viviane Senna, tomei conhecimento da dimensão e do impacto em escala do trabalho desenvolvido”, conta.

Segundo Silvia, já é notória a existência de um movimento e o interesse de instituições em se estruturarem melhor, a partir da concepção de uma área de RH. Mas

também parece ser uma realidade que esses departamentos são núcleos pequenos, que muitas vezes concentram múltiplas funções em um único profissional, no papel de generalista. “Ainda assim, acho que é um movimento tímido, e com raras exceções, se houver, tendo à frente um diretor de RH”, afirma.

Por ter esta visão, a gerente-executiva de RH do Instituto Ayrton Senna acredita que há um interesse crescente de profissionais, muitos jovens, de segmentos distintos, que querem algo maior do que um bom emprego e um bom salário. “São jovens mais conscientes, que buscam um significado, desejam contribuir para uma causa maior, pela transformação da sociedade de alguma maneira”, enfatiza.

Ao mesmo tempo, reforça Silvia, por serem profissionais com excelente formação acadêmica, alguns com experiências internacionais, em alguma medida eles abrem mão de remuneração variável ou benefícios mais competitivos, mas ainda assim não perdem de vista as perspectivas de carreira que são oferecidas pelas instituições ou fundações. Este cenário exige práticas consistentes de RH em atração e retenção desses profissionais.

Além da gerente-executiva de RH, este departamento do IAS tem ainda outros quatro profissionais – um analista de remuneração, um coordenador de comunicação interna, um analista de administração de pessoal e benefícios e um analista de recrutamento e seleção e T&D.

Em outra frente, o superintendente de desenvolvimento humano e organizacional da AACD, Claudio Collantonio, argumenta que comparativamente, o profissional de RH no Terceiro Setor tem conhecimento e desempenho equiparado ao mercado corporativo, contudo, enfrenta dificuldades maiores para promover ações inovadoras e de extrema relação motivacional ao quadro de colaboradores. “Há sim uma defasagem da aplicação de ferramentas de gestão de pessoas no 3º setor comparativamente aos de mais setores.”

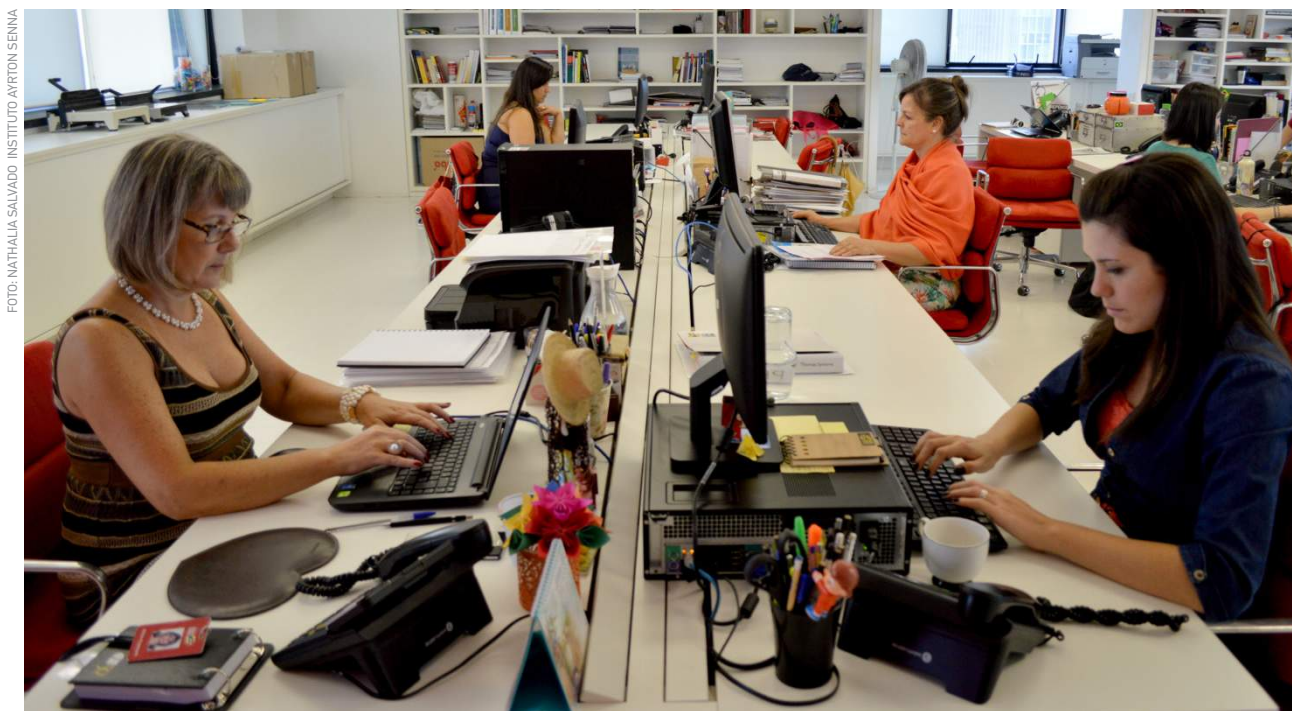


FOTO: NATHALIA SALVADO - INSTITUTO AYRTON SENNA

Departamento de RH do Instituto Ayrton Senna

## CARGOS E SALÁRIOS

Assunto dos mais espinhosos debatidos no Terceiro Setor e que volta e meia entra na pauta das organizações sociais, a criação de uma política de cargos e salários vem ganhando cada vez mais espaço nos últimos anos, com o crescimento da profissionalização.

Mesmo quando se menciona a importância do voluntariado para o sucesso da entidade, busca-se dimensionar o impacto dessa força de trabalho —movida pelo “sentimento”—, na geração de resultados bastante positivos. “Contudo, no voluntariado, ainda carecemos de profissionalização, ou seja, nem tudo pode e nem tudo deve ser feito pelo “sentimento”. A razão deve complementar a ação voluntária para garantir uma atividade eficaz e resoluta”, pondera Claudio Collantonio, da AACD, entidade cujo RH engloba 34 profissionais das áreas de administração de pessoal, gestão de pessoas, segurança & medicina do trabalho.

Segundo ele, o engajamento da gestão de RH com a causa da instituição deve ser o “plus”. O colaborador contratado é um profissional de mercado, ele quer salário e benefícios competitivos, capacitação e reconhecimento pelo desempenho. “A gestão de pessoas deve promover ações motivacionais e reter os talentos. E, quando fazemos isso de forma competitiva com o mercado, estamos sim destinando o melhor à causa da Instituição”, comenta Collantonio.

*O colaborador contratado é um profissional de mercado, ele quer salário e benefícios competitivos, capacitação e reconhecimento pelo desempenho*

De acordo com a gerente-executiva de RH do IAS, Silvia Espesani, hoje existem algumas realidades distintas, porque muitas fundações têm suas políticas e gestão de RH integradas às políticas das corporações. “Este é o caso da Fundação Itaú Unibanco, Fundação Victor Civita, Instituto Natura, entre outras. Então, a estrutura salarial dos profissionais dessas fundações é a mesma dos demais colaboradores da empresa a que estão vinculadas.”

No caso do Instituto Ayrton Senna, explica a executiva, as práticas de remuneração são compatíveis com o mercado da iniciativa privada, porque os profissionais contratados, em sua maioria, vêm desse setor.

Recentemente, o IAS implantou uma política de remuneração, que contou com o apoio de uma das maiores consultorias globais em remuneração, a Hay Group, que imediatamente ofereceu para o Instituto Ayrton Senna *pro bono* para parte do projeto de remuneração. “Hoje, nossa política de cargos e salários compete com um painel expressivo de empresas de grande porte, como Ambev, Natura, Algar, Votorantim, entre outras”, enfatiza Silvia. 📌



◀ **SERGIO ROBERTO MONELLO** é advogado, contabilista e professor salesiano cooperador. É sócio da Advocacia Sergio Monello, diretor da Empresa Monello Contadores.



◀ **RICARDO MONELLO** é contador, auditor e advogado. Pós-graduado em Direito Educacional e Direito Processual Tributário. É membro da Advocacia Sergio Monello, sócio da Audisa Auditores Associados, editor técnico e colunista da Revista Filantropia.

# A ORGANIZAÇÃO RELIGIOSA, SUA TIPIFICAÇÃO JURÍDICA E SUAS ATIVIDADES

O legislador introduziu no Código Civil Brasileiro, através da Lei nº 10.825, de 22 de dezembro de 2003, o inciso IV do art. 44, que dispõe sobre os tipos de pessoas jurídicas e entre eles, a *organização religiosa*.

Para fortalecer o entendimento sobre esse tipo de pessoa jurídica, introduziu o § 1º ao art. 44, segundo o qual as “*Organizações Religiosas são livres quanto à criação, à organização, à estruturação interna e o seu funcionamento, sendo vedado ao poder público negar-lhe reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento*”.

Ao trazer essa disposição de *maior liberdade*, o objetivo foi dar eficácia ao preceito Constitucional, sem, contudo, estabelecer critérios rígidos e limites às atividades. O próprio regramento da Imunidade Tributária depende do tipo ou natureza jurídica escolhida por aqueles que professam sua fé ou realizam seus cultos e se organizam através das Pessoas Jurídicas.

Além disso, essa liberdade Constitucional e Legal possibilita melhor adequação à realidade de cada grupo de pessoas, bem como a integração com demais normas de seu direito *próprio* (*Normas Internas da organização*). Porém, ainda existem inúmeras dúvidas na interpretação da tipificação da pessoa jurídica como *Organização Religiosa*, na forma da lei civil.

Já existe negativa de registro de Estatuto de Organização Religiosa por Cartório de Registro de Pessoa Jurídica, entendendo que as finalidades e atividades dessas instituições devem ser voltadas exclusivamente para o culto e para a prática religiosa, e nunca no exercício de “*atividade mista*”, ou seja, exercendo concomitantemente o culto, a prática religiosa, com o desenvolvimento da educação, da assistência social e

*Dizer que uma entidade não se constitui em Organização Religiosa porque está desenvolvendo a educação, a assistência social e a assistência à saúde é desconhecer a missão e o carisma motivador do Cristianismo e das demais religiões,*

da assistência à saúde. Porém, esse raciocínio é equivocado. Dizer que uma entidade não se constitui em Organização Religiosa porque está desenvolvendo a educação, a assistência social e a assistência à saúde é desconhecer a missão e o carisma motivador do Cristianismo e das demais religiões, visto que todas as Igrejas e Institutos Religiosos se constituem em organizações das próprias Igrejas na vivência de seu carisma e missão e no exercício ministerial de seus membros.

Tal interpretação quanto à negativa de registro de Estatuto de Organização Religiosa, além de ilegal e inconstitucional, demonstra a pouca visão sobre as diversas e várias atividades que essas entidades desenvolvem e desempenham, em especial nas áreas de formação de seus membros e destinatários, além das suas práticas efetivas de educação, assistência à saúde, de assistência e solidariedade social.

Também vale mencionar o fato que algumas dessas atividades podem ser meio de captação de recursos e sobrevivência para a Organização Religiosa, inclusive para a formação de seus membros, ou seja, a legislação não restringe as ações das pessoas jurídicas, bem como não pode o agente público fazê-lo.

Ressalta-se que às pessoas é garantida a liberdade de se associar e organizar, para fins lícitos, bem como praticar todos os atos e atividades não proibidos expressamente em



lei. Por isso, é necessário que essa situação seja discutida, analisada, estudada e aprofundada em seus conceitos, em plena consonância com as várias religiões e religiosidades face às suas missões e organizações pastorais.

São entidades que, em sua essência, além da prática do culto e da fé, também visam a promover e atender seus membros e, através destes, a sociedade, como forma de manifestação e exercício de sua missão. Entender como Organização Religiosa somente as Igrejas é uma interpretação restritiva. As Igrejas se constituem, indubitavelmente, num exemplo claro, preciso e evidente de Organização Religiosa. Portanto,

a Igreja, enquanto “Templo” ou enquanto “Pessoas”, poderá estar abrigada em qualquer tipo jurídico que a lei não proíba. E de igual maneira, suas atividades, fim ou meio, ali poderão estar alocadas e protegidas.

Esta evidência deverá ser sempre demonstrada pela Organização Religiosa em seu Estatuto Organizacional. Neste Estatuto deve ficar efetivamente demonstrado, de forma clara, precisa e objetiva, seu caráter, suas finalidades, seu carisma, sua prática de fé, seu culto e sua missionariedade.

Entre as dimensões da missionariedade, nas Organizações Religiosas poderão estar as várias atividades decorrentes de



seus carismas e de suas atividades em relação às pessoas de seu campo de ação religiosa e de seus instrumentais de promoção da coletividade.

A Organização Religiosa deve ser entendida como a pessoa jurídica de direito privado, que tem por escopo a atividade religiosa em seu amplo e efetivo sentido de vivência de um carisma eclesial e vivencial.

A Organização Religiosa não deve ser entendida e analisada como entidade que existe exclusivamente e tão somente em função de um culto ou de uma prática religiosa. A Organização Religiosa deverá exteriorizar a prática da vivência de uma fé e de sua missionariedade, por meio da previsão do culto, da religiosidade, da formação de seus membros e fiéis, da instrução religiosa, da vivência de um carisma e pela prática das virtudes da fé, da esperança e da caridade.

A característica essencial da Organização Religiosa é ser constituída por pessoas que vivem, professam e se dedicam à vivência de uma religião, de uma crença, de uma espiritualidade e, através da meditação, da oração e de outras práticas próprias e peculiares segundo a opção pessoal e individual das pessoas.

Assim, o Estatuto Organizativo Religioso da pessoa jurídica deve deixar evidenciada essa caracterização, para que não se confunda a pessoa jurídica da Organização Religiosa com outro tipo jurídico, como por exemplo, a Associação.

Portanto, para se caracterizar como Organização Religiosa, a entidade poderá ser uma Igreja, um Instituto Religioso, um Instituto de Vida Consagrada e outros tipos, cujos fundamentos e diretrizes sejam decorrentes de uma religião, crença, espiritualidade, carisma, enfim de uma prática vivencial religiosa ou face à vivência comunitária religiosa.

A figura jurídica do tipo Organização Religiosa possibilita para as Religiões, Igrejas e outras de se constituírem

*A Organização Religiosa deve ser entendida como a pessoa jurídica de direito privado, que tem por escopo a atividade religiosa em seu amplo e efetivo sentido de vivência de um carisma eclesial e vivencial*

e assim se tipificarem. Entendemos que a Igreja Católica Apostólica Romana, as Igrejas Orientais, o Protestantismo Tradicional, o Protestantismo Moderno, o Neopentecostalismo Protestante, a Igreja Católica Apostólica Brasileira, os Mórmons, as Testemunhas de Jeová, o Islamismo e outras se tipificam essencialmente como Organizações Religiosas, inclusive seus Institutos Religiosos.

O Direito próprio dessas Instituições é protegido e amparado pelo § 1o do inciso IV do art. 44 do Código Civil, pelo Decreto nº 119-A de 07 de janeiro de 1.890 e ainda subsidiariamente no que couber pelo contido no Acordo havido entre Santa Sé e o Brasil, promulgado pelo Decreto nº 7.107, de 11 de fevereiro de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 12 de fevereiro de 2010.

É sabido que tramitam no Legislativo Federal diversos projetos de lei que visam regulamentar as atividades das Organizações Religiosas, o que não se pode esquecer são os direitos e garantias fundamentais das pessoas, inclusive as jurídicas, tudo firmemente consolidado em nosso texto Constitucional desde 1988.

Destaca-se que as Organizações Religiosas estão sujeitas ao cumprimento das obrigações de todas as obrigações legais e acessórias, tais como previdenciárias, fundiárias, trabalhistas, fiscais, em especial às exigências da Contabilidade e outras atribuídas a qualquer tipo de pessoa jurídica, sem fins econômicos e lucrativos que se enquadrem nas exigências da lei. 🇺🇸

MARKET ANALYSIS



## EMPRESA DE PESQUISA DE MERCADO ESPECIALIZADA EM ESTUDOS DE INTELIGÊNCIA EM SUSTENTABILIDADE

Monitore os impactos dos programas em investimento social

Entenda as expectativas dos consumidores, *stakeholders* e públicos de interesse

Identifique os indicadores chave de reputação

Responsabilidade Social Corporativa

SponsorTracker

Monitor de Reputação Empresarial

Líder Barômetro

Media Reputation

Barômetro Ambiental



◀ ANA CAROLINA BARROS PINHEIRO CARENHO é advogada, especialista em Terceiro Setor e negócios sociais, vice-presidente da comissão de direito do Terceiro Setor da OAB/SP.



◀ CARLA REGINA BAPTISTA DE OLIVEIRA é advogada com especialização em Direito do Terceiro Setor, atua nas áreas de Direito Civil, Administrativo e Tributário de forma contenciosa e consultiva

# NOVO MARCO REGULATÓRIO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

O Novo Marco Regulatório das OSC's, ou seja, a Lei nº 13.019/2014, que trouxe uma grande movimentação ao Terceiro Setor, está passando por um momento tão importante quanto a sua promulgação. É fundamental que todos os que atuam, tanto gestores públicos quanto organizações do sociais, informem-se a respeito da Medida Provisória 658/2014 e 59 emendas rejeitadas pela Câmara dos Deputados.

Isto porque a citada Medida Provisória e as emendas, examinadas com o devido cuidado, continham importantes alterações no Marco Regulatório, as quais sanariam as principais questões e dilemas dos gestores públicos, das organizações da sociedade civil, dos conselhos de políticas públicas e, claro, sua implementação bem-sucedida nas três esferas de governo.

É preciso mencionar que a Comissão Mista, criada especialmente para tratar desta matéria, apresentou o Projeto de Lei de Conversão nº 19/2014 que alteraria a Lei nº 13.019/2014. Não foram aprovados aspectos importantes que resolveriam as principais dúvidas e arestas da Lei. Estas foram as propostas rejeitadas:

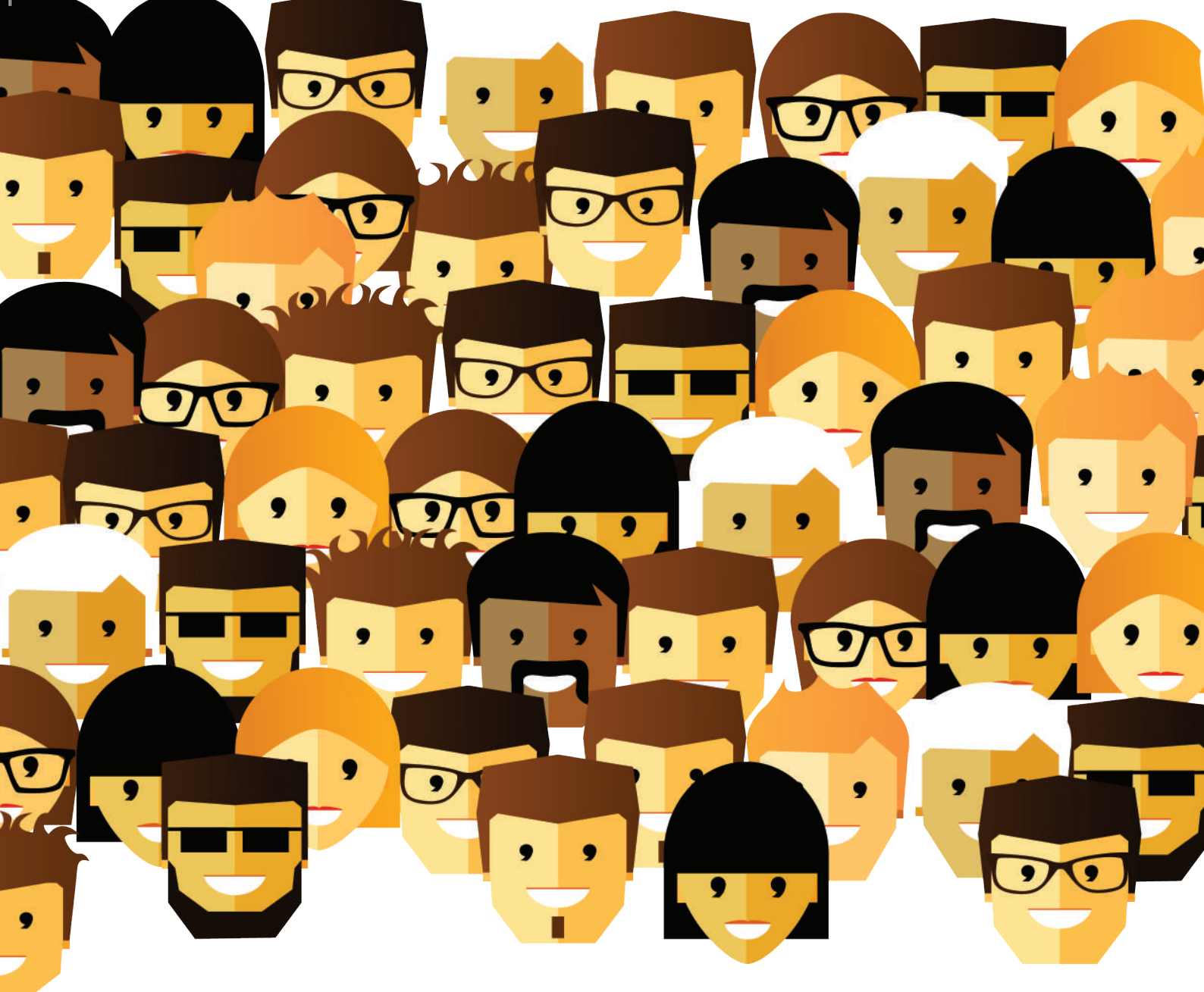
- Disponham claramente que a Lei trata especificamente de transferência de recursos financeiros, e não de uma parceria entre Poder Público e OSC's, que abarcasse, por exemplo, a permissão de uso de espaço público ou outras modalidades de relação com o Poder Público que não envolvam repasse de recursos públicos;
- Traziam a definição objetiva a respeito dos conselhos de políticas públicas e a importância de preservar sua forma de atuação e destinação dos recursos de seus fundos. No caso de projetos financiados com recursos destes fundos, a exemplo: da criança e adolescente, do idoso, do meio ambiente, defesa de direitos difusos, entre outros, dariam-se mediante a seleção realizada pelo próprio conselho gestor, conforme determina a legislação específica de cada Conselho;
- Reconheciam expressamente as organizações religiosas como organizações da sociedade civil;
- Incluíam as Cooperativas Sociais;
- As organizações de saúde e assistência social poderiam ser dispensadas do chamamento público quando executassem

**Importante:** considerando que ainda haverá exame pelo Senado Federal da matéria, entendemos que todos os atores do Terceiro Setor têm a necessidade imperiosa de acompanhar e articular em favor de propostas como as acima descritas, assim como a importância de adequações que sanariam as arestas da Nova Lei.

atividades de natureza continuada, de serviços integrantes do SUS e do SUAS (já credenciadas pelo órgão gestor), visando Desobrigavam as OSC's de submeterem seus regulamentos de compras "à aprovação do Poder Público". Bastaria que o regulamento previsse, no mínimo, a observância dos princípios constitucionais;

- Havia a previsão e a permissão de execução de obras de ampliação de área construída ou a instalação de novas estruturas físicas, sem correlação direta e exclusiva com a consecução do objeto da parceria;
- Suprimiam a indicação do representante legal para fins de responsabilidade solidária. Vale lembrar que o texto da Lei traz insegurança jurídica aos dirigentes, considerando a inexistência de previsão de processo administrativo para responsabilizar a OSC e seu representante legal de forma solidária;
- Suprimiam o acesso irrestrito aos fornecedores das OSC's, ou seja, a obrigação de prever contratualmente o livre acesso dos servidores do órgão público repassador de recursos aos estabelecimentos fornecedores;
- Havia maior segurança jurídica com o prazo prescricional de cinco anos para os órgãos do poder público proporem ações e levarem a efeito as sanções definidas na Lei.

Conclui-se que estas propostas de alteração da Lei nº 13.019/2014 eram de suma importância para a regulação das parcerias entre os entes públicos e as OSC's. 📌



**Eu sou voluntário, e você?  
Faça parte! Seja Voluntário**

**[www.voluntariado.org.br](http://www.voluntariado.org.br)**





◀ **MARCOS BIASIOLI** é advogado em São Paulo, consultor jurídico do Terceiro Setor, titular da M.Biasioli Advogados, idealizador e membro do Conselho Editorial da Revista Filantropia.



◀ **RODRIGO PINHEIRO NAKO** é advogado integrante da M.Biasioli Advogados e colunista da Revista Filantropia.

# REFORMA NA EDUCAÇÃO

Mudanças no sistema educativo brasileiro são essenciais para desenvolvimento do país





Recentemente, o Jornal *The New York Times* trouxe uma importante reflexão acerca da qualidade da educação universitária americana, sob o título: *Colleges Reinvent Classes to Keep More Students in Science* (Faculdades reinventam aulas para manter mais estudantes nas ciências). A matéria traz um conteúdo interessante, na qual externa a nova técnica que está sendo adotada por algumas universidades, como as da Califórnia, Carolina do Norte, Colorado, Iowa e outras, na qual se estimula o aprendizado e a pesquisa mediante a mudança de paradigmas de ensino. Neste caso, o aluno é quem vira o professor, opinando, questionando, respondendo perguntas imediatas, em vez de ficar atônico apenas ouvindo o “mestre”. A transformação do método de ensino provoca uma reação imediata no comportamento do aluno, que não falta às aulas, mantém-se em silêncio, visando ao melhor aproveitamento da aula e, segundo a matéria, a disciplina é tanta ao ponto de “*se escutar o amassado de um papel e de uma tosse*”, numa sala de mais de 80 alunos.

Ainda segundo a matéria, a Universidade do Colorado, que é líder nacional na revisão da ciência de ensino, testou milhares de estudantes ao longo de vários anos e relatou que os estudantes das classes transformadas tinham melhorado suas pontuações em cerca de 50% em relação às aulas tradicionais. Em síntese, a dedução é de que as mudanças para a nova técnica do ensino superior americano têm derrubado seletos paradigmas da docência, e a mensuração dos resultados se dá não só por meio de notas que o aluno possa aferir, mas em especial pelo seu verdadeiro aproveitamento, fruto das aulas transformadoras. Fazendo uma acareação de tais métodos de ensino e avaliação para com os da educação brasileira, guardadas as exceções de algumas escolas de negócios, o contraste é substancial. Primeiramente porque o método de ensino predominante é o clássico; em segundo lugar, a maior avaliação do estudante se dá por meio de sua nota, e não do mero aproveitamento, o que nem sempre reflete o verdadeiro “*saber*”.

O próprio sistema de avaliação do estudante do ensino superior por parte do Ministério da Educação é baseado no resultado do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), o qual visa a medir o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos ora previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação. Ocorre que a avaliação do estudante do ensino superior por meio do Enade, por si só, não traduz com extremada fidelidade o índice de seu aproveitamento estudantil, uma vez que nem sempre a nota é paritária ao seu desempenho e aproveitamento.

Agora, cabe analisar a dimensão dos reflexos que o baixo aproveitamento do estudante pode trazer para a universidade. Para isso, é forçoso entender que a instituição de ensino superior é subserviente ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), ora operado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o qual mensura: as instituições, os cursos e o desempenho dos estudantes. O desempenho do estudante é o principal vilão da avaliação da Universidade pelo Sinaes, de modo que, se baixo, pode levá-lo a severas penalidades. Vejamos, então, como funciona na prática.

A legislação – Decreto nº 5.773/06 – regula que caso seja constatado pelo Sinaes que uma determinada instituição educacional obteve conceitos insatisfatórios nos processos de avaliação, reconhecimento, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de graduação, o Ministério da Educação poderá celebrar Protocolos de Compromisso que, em seu bojo, deverão conter as seguintes informações: I - o diagnóstico objetivo das condições da instituição; II - os encaminhamentos, processos e ações a serem adotados pela instituição com vistas à superação das dificuldades detectadas; III - a indicação expressa de metas a serem cumpridas e, quando couber, a caracterização das respectivas responsabilidades dos dirigentes; IV - o prazo máximo para seu cumprimento; e V - a criação, por parte da instituição de educação superior, de comissão de acompanhamento do protocolo de compromisso.

Caso o referido Protocolo de Compromisso não seja atendido na íntegra, ensejará na abertura de processo administrativo, o qual poderá culminar nas seguintes penalidades: I - suspensão temporária da abertura de processo seletivo de cursos de graduação; II - cassação da autorização de funcionamento da instituição de educação superior ou do reconhecimento de cursos por ela oferecidos; e III - advertência, suspensão ou perda de mandato do dirigente responsável pela ação não executada, no caso de instituições públicas de educação superior. Nesta linha de entendimento não há o que refutar, pois estará presente o princípio do contraditório das universidades. Porém, o que tem chamado a atenção em determinados casos é o uso descomedido do instrumento jurídico previsto em lei, ora denominado Medida Acauteladora, que está previsto na Lei nº 9.784/99, art. 45, combinada com o art. 69-A, do Decreto nº 5.773/2006, que assim dispõe: “*Em caso de risco iminente, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras sem a prévia manifestação do interessado*”; por parte do MEC, inclusive para vedar o acesso da Universidade aos incentivos financeiros ao ensino, como o FIES, entre outros.

A aplicação de tais medidas nem sempre estão balizadas em fundamentos jurídicos que lhes sustentem, e algumas delas gravitam, inclusive, no orbe próximo do abuso de direito e por supedâneo da ilegalidade, pois condenam a universidade antes mesmo de ser julgada. A jurisprudência tirada de nossos tribunais vem assentando entendimento que é “*ilegal o ato administrativo que impediu o funcionamento*

*da Universidade, antes da conclusão do processo administrativo*”<sup>1</sup>. Noutro julgado, entendeu o Tribunal que a medida acauteladora é punitiva e não de cautela: “*Há patente inversão da ordem, pois aplicada uma medida qualificada como punitiva antes mesmo da avaliação pertinente*”<sup>2</sup>.

Enfim, o MEC pode, mas não deve, precipitar-se na saga da cautela, pois muitas vezes o prejuízo à educação será maior que o rigor operado. Porém, caso a universidade assim não entenda, é recomendável à busca da tutela judicial, por meio de uma peculiar medida de nulidade de ato jurídico, visando não à cessação do processo administrativo, mas à eventual ilegalidade da medida acauteladora baixada.

Destaca-se, então, que todo esse imbróglcio pode ter uma origem que não no conceito Enade, e tampouco nas outras avaliações de praxe e responsabilidade do Sinaes, mas sim no método de aprendizagem operado pela universidade, que vive sob a batuta da regulação operada pelo MEC. A mudança de paradigmas do ensino, como têm feito as universidades americanas, pode não ser a solução, mas sim um começo, não só para atenuar, mas também para exterminar o desinteresse do estudante, e com isso proporcionar uma melhor avaliação do seu desempenho. Pelo efeito cascata será difícil processar, quiçá punir, quem ensina com qualidade.

Conclui-se, então, que para se evitar um retrocesso para a nossa educação, com medidas restritivas, deve haver maior empenho dos educadores, das universidades, dos órgãos que as fiscalizam, em refletir conjuntamente – sobre as tais inovadoras técnicas transformadoras de ensinar, para que possamos deixar de ter alunos formados, mas sim profissionais em formação, evitando que as mazelas das entranhas burocráticas, que encorajam o conflito, possam macular o progresso do ensino. Afinal, quem perde é o Brasil! 🇧🇷



1 TRF – 5a Região, Processo 2007.83.00.010436-5.

2 TRF – 3a Região - Agravo de instrumento nº 002152533.2011.4.03.0000/SP.

# Treinamentos em Gestão Social



Salvador - BA  
14 de abril

**Marco Regulatório do Terceiro Setor – Lei 13.019/14 e suas mudanças**

Ana Carolina Carrenho

São Paulo-SP  
14 de abril

**Comunicação e Marketing para o Terceiro Setor**

Fabiana Dias

São Paulo-SP  
14 de abril

**Excelência no atendimento ao cliente**

Andréia Vicente Rogiero Sena

São Paulo-SP  
15 de abril

**Planejamento e governança de institutos e fundações**

Lívio Giosa

São Paulo-SP  
16 de abril

**Empreendedorismo e Negócios Sociais: Principais conceitos, práticas e ferramentas**

Marcus Nakagawa e Maurício Turra

São Paulo-SP  
17 de abril

**Elaboração de processos de prestação de contas**

José Alberto Tozzi

São Paulo-SP  
18 de abril

**Mottainai: Sustentabilidade gerencial**

Tiemi Yamashita

São Paulo-SP  
23 de abril

**Seleção de talentos e recrutamento de recursos humanos**

Rebeca Toyama

São Paulo-SP  
24 de abril

**Eventos: Estratégias, visibilidade e captação de recursos**

Michel Freller e Fagna Freitas

São Paulo-SP  
27 de abril

**+ Atitude!**

Marcio Zeppelini



Venha conhecer a estrutura da Diálogo Social!

Apoio:

REVISTA  
**FILANTROPIA**

**Inscrições e informações**

[www.dialogosocial.com.br](http://www.dialogosocial.com.br)

(11) 2978-6686

[dialogo@dialogosocial.com.br](mailto:dialogo@dialogosocial.com.br)

diálogo  
social



Acesse o site pelo seu smartphone

## MUDANÇAS NO SEGURO-DESEMPREGO

**A** Medida Provisória (MP) 665/2014 trouxe novas regras para o seguro-desemprego. Agora, para ter direito ao benefício pela primeira vez, o trabalhador tem que ter recebido 18 salários ou mais nos últimos 24 meses. Para obter o benefício pela segunda vez, ele deve ter recebido pelo menos 12 salários nos últimos 16 meses. Na terceira vez, é necessário que tenha tido seis salários nos meses imediatamente anteriores à dispensa. Antes, o trabalhador precisava apenas ter recebido seis salários nos últimos 36 meses, independentemente de quantas vezes já tivesse requisitado o benefício. Outra mudança se deu na tabela do seguro-desemprego, que passou a vigorar no dia 11 de janeiro, tendo como base o novo salário mínimo de R\$ 788,00. O reajuste segue as recomendações da Resolução do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), nº 707, de 10 de janeiro de 2013, observando a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). O valor máximo da parcela do benefício alcança, em 2015, R\$ 1.385,91. O valor do benefício não poderá ser inferior ao salário mínimo. O cálculo é feito a partir do valor do salário médio dos últimos três meses anteriores à dispensa.

Faixas de salário médio	Valor da parcela
Até R\$ 1.222,77	Multiplica-se o salário médio 0,8 (80%).
De R\$ 1.222,78 até R\$ 2.038,15	O que exceder a R\$ 1.222,77 multiplica-se por 0,5 (50%) e soma-se a R\$ 978,22.
Acima de R\$ 2.038,15	O valor da parcela será de R\$ 1.385,91 invariavelmente.

<http://portal.mte.gov.br>



## REAJUSTE DO SALÁRIO MÍNIMO

**D** esde o dia 1º de janeiro, decreto da Presidência da República reajustou em 8,84% o salário mínimo, passando de R\$ 724,00 para R\$ 788,00 e correspondendo a um valor diário de R\$ 26,27 e de R\$ 3,58 por hora de trabalho. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o aumento beneficiará 48 milhões de pessoas que têm renda vinculada ao piso nacional. O salário mínimo é calculado a partir de uma fórmula que leva em conta a inflação do ano anterior e o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes. O reajuste poderá chegar a R\$ 790,00, valor estipulado no texto do relator-geral, que tem a relatoria do senador Romero Jucá (PMDB-RR), aprovado em 22 de dezembro pela Comissão Mista do Orçamento. Se passar, será um aumento nominal (sem descontar a inflação) de 9,1%, caso o substitutivo à proposta orçamentária seja aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Executivo.

[www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)

## DISPENSA DE PERÍCIA PERIÓDICA

Sancionada sem vetos pela Presidência da República e válida desde 31 de dezembro de 2014, a Lei nº 13.063/2014 dispensa o aposentado por invalidez de realizar perícia periódica depois dos 60 anos. Até então, mesmo os idosos com dificuldades de locomoção precisavam se deslocar até uma agência do INSS, ainda que já tivessem direito à aposentadoria por idade. Ficaram mantidas as perícias periódicas para os aposentados que comprovem necessidade de assistência permanente e que, por isso, recebem um adicional de um quarto do benefício; ou para aqueles que pedem a perícia porque desejam voltar ao trabalho. Também ficaram mantidas as perícias determinadas pela Justiça.

[www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)

## DISPENSA ILEGÍTIMA

**A** mera ausência de um trabalhador no serviço por mais de 30 dias não basta para caracterizar abandono de emprego. Cabe à empregadora comprovar o desejo dele de não mais voltar. A conclusão é da 7ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR), que anulou a demissão por justa causa de uma funcionária que havia se afastado por problemas de saúde. O auxílio-doença pago pelo INSS terminou em junho de 2013 e, como ela não retornou depois desse período, a empresa alegou que houve abandono. A autora, porém, disse que cumpriu recomendação médica. Na sentença, o juiz Jorge Luiz Soares de Paula avaliou que a trabalhadora ficou ausente por razão alheia à sua vontade, sendo ilegítima a dispensa.

[www.trt9.jus.br](http://www.trt9.jus.br)



## LIMITAÇÃO AO VALOR DO AUXÍLIO-DOENÇA

A partir de março, o valor do auxílio-doença será limitado à média da soma dos 12 últimos salários de contribuição, com o objetivo de evitar que o benefício fique acima do último salário que o segurado recebia. O prazo para que o afastamento do trabalho gere auxílio-doença, pago pelo INSS, passou de 15 para 30 dias. Isto é, afastamentos de até 30 dias serão pagos pelas empresas.

[www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)

## BAIXA DO CNPJ

Desde o dia 19 de janeiro, a Receita Federal começou a implementar um novo fluxo para a baixa do CNPJ que contemplará todas as pessoas jurídicas, independentemente do porte. Agora, para o deferimento da baixa, o Quadro Societário (QSA) deverá estar atualizado no cadastro da Pessoa Jurídica. Caso o QSA do distrato (informado durante a solicitação de baixa no aplicativo Coleta Web) esteja diferente do constante do CNPJ, será necessário promover a atualização do QSA antes e somente depois solicitar a baixa, sob pena de indeferimento da mesma. Outra mudança será a possibilidade de deferimento da baixa pelos órgãos de registro, assim como já ocorre com as solicitações de inscrição e alteração, resultando em um único atendimento ao contribuinte. Além disso, a baixa no CNPJ será realizada independentemente da existência de qualquer pendência fiscal. Este procedimento, no entanto, não atesta a inexistência de débitos tributários do contribuinte e não exime a responsabilidade tributária dos titulares, sócios e administradores da pessoa jurídica quanto aos débitos porventura existentes.

[www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br)

## ENTREGA DA RAIS

A Relação Anual de Informações Sociais de 2014 deve ser entregue até o dia 20 de março, obrigatoriamente, por todos os empregadores que possuem a partir de 11 vínculos, exceto para transmissão da Rais Negativa. O envio é feito pela Internet, com a utilização do programa gerador de arquivos GDRAIS2014. A transmissão requer a utilização de certificado digital válido, padrão ICP-Brasil. A declaração deve ser enviada por empregadores urbanos e rurais; filiais, agências, sucursais, representações ou quaisquer outras formas de entidades vinculadas à pessoa jurídica domiciliada no exterior; autônomos ou profissionais liberais que tenham mantido empregados no ano-base; órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional dos governos federal, estadual, do Distrito Federal e municipal; conselhos profissionais, criados por lei, com atribuições de fiscalização do exercício profissional, e as entidades paraestatais; condomínios e sociedades civis; e cartórios extrajudiciais e consórcios de empresas. O Manual de Orientação da Rais, edição 2014, está disponível no site do Ministério do Trabalho.

<http://portal.mte.gov.br/rais>



## BENEFÍCIO ASSISTENCIAL

Quando uma pessoa vive em situação de miséria e tem doença que a impede de participar do mercado de trabalho em igualdade de condições, tem direito a receber benefício da Previdência Social. Este foi o entendimento da Turma Recursal do Juizado Especial Federal do Amazonas e Roraima ao determinar que um trabalhador diagnosticado com o vírus da AIDS receba do INSS assistência voltada a pessoas com deficiência. O benefício equivale a um salário mínimo, recentemente elevado a R\$ 788,00, e é repassado para quem apresenta impedimentos de longo prazo, seja de natureza física, mental, intelectual ou sensorial. A concessão depende de perícia médica feita pelo próprio INSS. Cobrado pela Defensoria Pública da União no Amazonas na Justiça, benefício foi negado em primeira instância, com base na perícia do INSS, mas o juiz federal relator Marcelo Pires Soares avaliou que o autor sofria com a dificuldade de participar do mercado de trabalho em igualdade de condições e que a verba seria útil para assegurar a ele uma vida digna.

[www.dpu.gov.br](http://www.dpu.gov.br)



## REAJUSTES NA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Desde o dia 1º de janeiro, os segurados da Previdência Social que ganham mais do que um salário mínimo passaram a receber um reajuste de 6,23%. Em 2014, quase 10 milhões de segurados tinham benefícios acima do piso previdenciário. Com o reajuste publicado na Portaria Interministerial nº 13, 177.270 benefícios que se encontravam na faixa entre R\$ 724,00 e R\$ 741,79 passaram a ter valor igual ao do salário-mínimo. As novas alíquotas de contribuição do INSS dos trabalhadores empregados, domésticos e trabalhadores avulsos são de 8% para aqueles que ganham até R\$ 1.399,12; de 9% para quem está na faixa entre R\$ 1.399,13 e R\$ 2.331,88; e de 11% para vencimentos entre R\$ 2.331,89 e R\$ 4.663,75. Já a cota do salário-família passou a ser de R\$ 37,18 para o segurado com remuneração mensal não superior a R\$ 725,02, e de R\$ 26,20 para quem recebe valor superior a R\$ 725,02 e igual ou inferior a R\$ 1.089,72. O teto do salário-de-contribuição e do salário-de-benefício passou de R\$ 4.390,24 para R\$ 4.663,75.

Salário-de-contribuição (R\$)	Alíquota para fins de recolhimento ao INSS (%)
Até R\$ 1.399,12	8,00
De R\$ 1.399,13 a R\$ 2.331,88	9,00
De R\$ 2.331,89 até R\$ 4.663,75	11,00

[www.previdencia.gov.br](http://www.previdencia.gov.br)



## FGTS PARA APOSENTADOS

O trabalhador já aposentado, mas ainda em atividade, poderá ter garantido o direito de receber diretamente o valor do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Este é o teor do Projeto de Lei nº 7865/2014, do deputado Rogério Peninha Mendonça (PMDB-SC), que tramita na Câmara dos Deputados. Atualmente, os recursos do fundo vão para uma conta vinculada. Cada empregador deve depositar 8% da remuneração mensal do trabalhador referente ao fundo. A proposta também permite ao aposentado movimentar mensalmente os valores do FGTS. O deputado lembra que a medida foi feita para resolver impasse de uma norma da Caixa Econômica Federal que fixou para dezembro de 2006 a data para o saque do trabalhador aposentado até aquele ano.

[www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)

## CERTIDÃO CRIMINAL NEGATIVA PARA BABÁS



A contratação de profissionais para trabalhar com crianças, como babá e professor de creche, será condicionada à apresentação de certidão negativa de antecedentes criminais. A alteração está prevista no Projeto de Lei nº 8035/2014, que tramita na Câmara dos Deputados e condiciona a obrigação ao Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990). A proposta é uma das 11 apresentadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, que encontrou muitos casos de exploração sexual praticados por pessoas que trabalham no atendimento a crianças. O objetivo da medida é prevenir que pedófilos utilizem sua condição profissional para se aproximar de crianças com o objetivo de explorá-las sexualmente. Antes de ir a Plenário, a proposta será analisada pelas comissões de Seguridade Social e Família; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

[www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)

**1) Uma entidade beneficente que obteve a qualificação como OSCIP pode possuir mais de um termo de parceria vigente ?**

**R:** Sim. Na forma do artigo 16, do Decreto nº 3.100/99, é plenamente possível a vigência simultânea de mais de um termo de parceria, inclusive se celebrado com o mesmo órgão estatal, desde que compatível com a capacidade operacional da entidade detentora da referida qualificação.

**2) A celebração de um Termo de Trabalho Religioso é suficiente para garantir segurança jurídica à organização religiosa em caso de eventual distribuição de reclamação trabalhista pleiteando o reconhecimento do vínculo empregatício?**

**R:** Inicialmente, é importante ressaltar que um dos princípios basilares do Direito do Trabalho é a supremacia da realidade. Ou seja, mesmo que seja celebrado Termo de Trabalho Religioso, o qual muitas vezes aduz que inexistia relação de emprego entre as partes, caso nas atividades desenvolvidas pelo religioso estejam presentes todos os requisitos que ensejam o vínculo empregatício, a Justiça do Trabalho poderá reconhecer a existência da relação de emprego e, diante disso, determinar o reconhecimento de todas as verbas rescisórias e devidos reflexos.

**3) Tenho um processo de renovação do CEBAS protocolizado de forma tempestiva que, no final do mês de janeiro de 2015, foi indeferido. Se optarmos por não apresentar recurso administrativo, qual é a vulneração de caráter tributário existente?**

**R:** Aduz a Lei nº 12.101/2009 que a obtenção do certificado de entidade beneficente de assistência social é requisito basilar para o gozo da isenção das contribuições sociais, o qual será exercido a contar da data da concessão da certificação. Assim, caso a entidade não possua mais uma certificação válida, uma vez constatado o descumprimento, a Secretaria da Receita Federal do Brasil estará autorizada a lavrar auto de infração, cujo período albergado, na forma do artigo 9º da Lei 12.868/2013, será restrito aos 180 dias anteriores à decisão que indeferiu o pedido de renovação, com o afastamento da multa de mora.

**4) Qual foi a principal mudança que a Lei nº 13.019/2014 agregou ao Terceiro Setor?**

**R:** A principal alteração introduzida pela Lei nº 13.019/2014 se refere à realização dos convênios que instrumentalizam a colaboração entre o Poder Público e as entidades beneficentes. Tal colaboração entre o Ente Público e as entidades beneficentes agora será, obrigatoriamente, realizada por meio de Termos de Colaboração e Termos de Fomentos, sendo que o primeiro é aplicável nos casos em que a Administração Pública estabelece o objeto da parceria, conforme artigo 16 da referida lei; já o segundo é aplicável quando o objeto da parceria é proposto pela própria entidade beneficente, tal como preceitua o artigo 17 da Lei nº 13.019/2014.

**5) A instituição onde atuo não possui Conselho Fiscal. Contudo, tive notícia de que, para a realização de parceria com o Poder Público, teremos que implantar um Conselho Fiscal. Tal informação é verdadeira?**

**R:** Sim. Com o advento da Lei nº 13.019/2014, as entidades ligadas ao Terceiro Setor, para que possam participar das modalidades de cooperação com o Ente Público, deverão constituir um Conselho Fiscal, tal como preceitua o inciso II do Artigo 33 da referida lei: "Art. 33. Para poder celebrar as parcerias previstas nesta Lei, as organizações da sociedade civil deverão ser regidas por estatutos cujas normas disponham, expressamente, sobre: [...] II - a constituição de conselho fiscal ou órgão equivalente, dotado de atribuição para opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas;"

**6) Em caso de indeferimento da certificação/renovação, como a instituição deve proceder?**

**R:** Das decisões de indeferimento da certificação/renovação caberá recurso no prazo de 30 dias, com efeito suspensivo, dirigido ao ministro de Estado responsável pela área de atuação da entidade, nos termos do §2º, art. 35 da Lei nº 12.101/09. Além disso, é importante ressaltar que, em caso de lavratura de auto de infração, se o lançamento for impugnado no tocante aos requisitos da certificação, o julgamento da impugnação ficará sobrestado aguardando o julgamento do recurso administrativo outrora apresentado.





CROWDFUNDING  
PARA O TERCEIRO SETOR  
É NA KICKANTE!

Ative o **Kick Solidário** em sua **ONG**  
e comece a arrecadar **Kicks de Solidariedade!**

Com o **Kick Solidário**, qualquer pessoa pode criar um "**Evento do Bem**"  
e arrecadar fundos para sua **ONG**. É muito simples!

A pessoa escolhe o tipo de evento que vai realizar;  
pode ser um casamento, aniversário, nascimento, uma  
celebridade, empresas do bem, e pede para os amigos e  
familiares **doarem para uma ONG ativada no Kick Solidário**.

**Sabe o melhor?** Os valores arrecadados **vão direto para a  
conta da ONG**, sem passar pelo criador do Kick!

Ative já sua ONG: [falecom@kickante.com.br](mailto:falecom@kickante.com.br)



# MULTIPLICANDO O SUAS

## BOLA DE QUE TAIS...

**A** proposta era outra. Iniciei a produção deste texto com uma série de análises de contexto, brincando um pouco com minha bola de cristal mental, para, ao final, oferecer-lhes alguns exercícios de futurologia, considerando assuntos relacionados aos campos em que atuo e milito; direitos da pessoa com deficiência, seguridade social, participação popular e gestão do Terceiro Setor. Refletindo diante das possibilidades, percebi que este texto poderia contribuir bem mais se eu me permitisse ousar, deixando o cristal que mostra o futuro de lado, para brincar com as *que tais* propostas concretas para termos melhores dias a partir de nossa mobilização, trabalho conjunto e construção colaborativa.

Olhando para minha bola imaginária, dou o pontapé inicial propondo, *que tal* em 2015, trabalharmos para que a sustentabilidade seja eleita como pilar prioritário de debates em torno do marco regulatório do Terceiro Setor? A Lei nº 13.019 avança e aprimora o que chamamos de contratualização, qualificando sobremaneira as relações entre Estado e organizações da sociedade civil, ou seja, abrindo a possibilidade de, se bem regulamentada, avançarmos em um ponto importante para o trabalho das entidades. Contudo, nem de longe dá conta de responder como nossas organizações poderão crescer, trabalhar na perspectiva da luta por novos direitos, o por-se a decisões estatais que eventualmente possam ir contra suas bandeiras históricas sem ficarem reféns do financiamento exclusivo do Estado. Para serem sustentáveis, é preciso discutir como as entidades poderão empreender, acessar linhas de crédito com condições específicas, e por que não pensar em estratégias que as levem a renegociar dívidas acumuladas, muitas vezes resultantes de uma relação mal resolvida com o Estado, que se arrastou durante décadas.

Meu segundo *que tal* é o de dialogar com os desafios que temos a vencer no âmbito da Assistência Social. Que tal avançarmos na construção dos parâmetros que nos permitirão finalmente implementar o vínculo SUAS? Em 2015, as entidades podem assumir o protagonismo no debate em torno de seu papel no SUAS. A 10ª Conferência Nacional pretende debater os próximos dez anos desta política, e a sociedade civil precisa aproveitar essa oportunidade. Que tal propormos uma jornada para construirmos uma nova política nacional de Assistência Social?



Ainda dialogando com a Assistência Social, *que tal* falarmos de filantropia? Os debates relacionados ao marco regulatório do Terceiro Setor nos leva a pensar que talvez a filantropia possa ser estendida para outras políticas. Será que entidades de cultura, esporte, trabalho e emprego não poderiam ser reconhecidas também como filantrópicas? Parece algo impossível, por conta dos desafios que teríamos que enfrentar para mudanças na legislação, mas acredito que podemos e devemos promover essa conversa.

Devemos falar de participação popular e controle social. *Que tal* propormos mecanismos que estimulem mais envolvimento da população em instâncias legítimas, como conselhos de políticas e conferências? Precisamos pensar quais são os gargalos que acabam afastando o grosso do povo brasileiro desses espaços, propondo soluções inovadoras e efetivas para a mudança deste cenário.

Por fim, quero trazer para essa conversa um pouco dos desafios que vivemos no movimento das pessoas com deficiência. É urgente estabelecermos rumos mais claros para concentrar os esforços da gestão pública e da sociedade civil. Que tal trabalharmos nas três esferas de governo para pactuarmos uma política nacional das pessoas com deficiência?

Só um documento como este poderá trazer princípios e diretrizes claras para superar problemas históricos, como: a violação de direitos por meio da exigência recorrente de laudos e carteirinhas; a atuação descoordenada das pastas responsáveis pela área; a fragilidade dos conselhos de direito da pessoa com deficiência; o não acompanhamento sistematizado por parte da sociedade civil sobre a implementação da Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência; a estagnação no processo de inclusão das mesmas no mundo do trabalho. Neste ano, o país deve aprovar a Lei Brasileira de Inclusão, o que, sem dúvida será um grande avanço para o segmento; porém, ainda não dará conta dos problemas apontados.

Esta minha bola de *que tais* com certeza pode crescer muito, ganhar força e, por consequência, ganhar o Brasil. Fica a contribuição, e convido-o a nos encontrar em meu blog e nas redes sociais para trocarmos ideias e pensarmos juntos sobre quais serão os nossos *que tais* para o Brasil. 📌



# CIDADANIA COMO CONQUISTA

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, da ONU, reconhece que todas as pessoas, sem distinção, são iguais perante a lei e não podem ser discriminadas. A Constituição Federal de 88, em seu Artigo 5º diz que todos somos iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, não podendo ser violado o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade

*Por Katiane Mendes Lopes\**



\*Estudante do 4º semestre de Jornalismo da FAPCOM - Faculdade PAULUS de Tecnologia e Comunicação.

## *Bandidos, incapazes e vagabundos são alguns dos estigmas que não só os remetem à criminalização e à pobreza, mas os colocam como culpados pelas mazelas sociais. Eis a dinâmica da exclusão; isenção pública aliada à apatia e à condenação social*

**P**ara além do previsto, verificamos, na prática, que a garantia de direitos fundamentais segue como meta do poder público e de cada cidadão. Violada de direitos, a população em situação de rua compõe o segmento dos invisíveis sociais. Tem seus direitos básicos violados da forma mais evidente. Uma estrutura capitalista desigual estabelece ideologias, reproduz e multiplica a disparidade da sociedade.

Aos olhos dos visíveis, o preconceito reforça a imagem pejorativa dos que se encontram em situação de rua. Os meios de comunicação de massa disseminam o termo “mendigo” e reforçam o isolamento. Bandidos, incapazes e vagabundos são alguns dos estigmas que não só os remetem à criminalização e à pobreza, mas os colocam como culpados pelas mazelas sociais. Eis a dinâmica da exclusão; isenção pública aliada à apatia e à condenação social.

A realidade da exclusão encontra, porém, um caminho de mudanças a partir das reformulações de objetivos, princípios e diretrizes da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Reconhecimento no âmbito do SUAS, tipificação dos serviços, destinação de recursos, criação de serviços e programas de acolhimento e proteção a essa população são iniciativas que entram em pauta e começam a render resultados mais efetivos. Um exemplo é a criação do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), previsto no Decreto nº 7.053/2009 e na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, que constitui uma unidade de referência da Proteção Social Especial de Média Complexidade, de natureza pública e estatal. Diferentemente do CREAS, que atua com diversos públicos e oferta, obrigatoriamente, o PAEFI, o Centro POP volta-se, especificamente, para o atendimento especializado à população em situação de rua, devendo ofertar, obrigatoriamente, o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

O Núcleo Paulus de Formação, Pesquisa e Disseminação Social (NPPFDS), por meio do projeto Gestão do Cotidiano, oferece a capacitação e amparo às instituições, por meio do assessoramento, que difunde a compreensão de termos da nova política e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS); promove condições para que o indivíduo assistido por essas ações desenvolva a capacidade de conquistar seus direitos e efetivar sua cidadania de forma autônoma.

Locado em São Paulo, o NPPFDS está diante do quadro de exclusão da população em situação de rua. Assim, “observa” de perto o quadro de exclusão da população em situação de rua, que sofre pela falta de políticas públicas mais eficazes no município.

Segundo o Censo da População em Situação de Rua na Municipalidade de São Paulo, de 2011, o número total de pessoas em situação de rua recenseadas na cidade era de 14.478 indivíduos, sendo 6.765 em situação de rua e 7.713 em centros de acolhida da capital.

Nesse cenário, o NPPFDS se uniu ao Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos e à Rede Rua para pensar uma forma de propor mudanças na formulação e gestão dessas políticas. Em 2012, iniciou uma formação para os trabalhadores sociais ligados aos serviços da população em situação de rua, como resultado deste avançou no sentido de iniciar formações para pessoas em situações de rua. Surgiu então a Proposta inédita; que trouxe a população em situação de rua para o ambiente acadêmico, que gera ao fim da formação, certificação acadêmica.

Sob o título “Garantir Direitos e Conquistar Cidadania”, as formações, que acontecem na Faculdade PAULUS de Tecnologia e Comunicação-FAPCOM, iniciaram oficialmente como curso em agosto de 2013. Em seu primeiro ano, culminou na inclusão dos participantes nas audiências públicas do Conselho Municipal de Assistência Social (COMAS), onde ocorrem discussões sobre os serviços que atendem a população em situação de rua.

A 2ª edição de 2014, com o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, a Organização de Auxílio Fraternal (OAF), o Serviço Franciscano de Assistência (SEFRAS) e a Rede Rua de Comunicação, o Centro de Convivência É de Lei, com apoio do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR), progride a partir de experiência acumulada, da inclusão de parceiros que contribuem no aperfeiçoamento da pedagogia, da metodologia e sistematização do processo, visando incidir em políticas públicas de inclusão social desta população.

O curso tem por objetivo contribuir para a compreensão dos direitos e deveres, especificamente o da população em situação de rua. Dessa forma, avança rumo à igualdade, por meio de um debate social aberto, que inclui estes como protagonistas da mudança, com o objetivo de caminhar à dignidade e cidadania.

Nota-se que a falta de informação e de compreensão dos direitos não existe só na pessoa em situação de rua, mas habita todo



o pensar social, o que torna a desigualdade não somente fruto de um sistema político ou econômico, mas expansão de um pensar coletivo. Vício da exclusão.

Verifica-se assim a importância da compreensão de direitos e deveres daqueles que estão à margem, fora do círculo social, dos promotores da desigualdade, tal conhecimento rompe a primeira barreira de exclusão. Daí segue-se para a inclusão e participação efetiva na busca de uma sociedade justa, não o bastante, uma vida digna a si, o senso de coletivo os leva aos meios que viabilizam transformações coletivas no segmento.

A compreensão, entretanto, requer refletir, pensar a realidade na qual esta população está inserida. A heterogeneidade e complexidade que permeia tal realidade exigem a realização de um trabalho educativo cuidadoso, que vise não perder suas especificidades. Nessa perspectiva, a metodologia estrutura-se no viés da educação popular de Paulo Freire (Como referencial teórico-metodológico freiriano, entende-se a concepção de educação popular realizada por meio de processos contínuos e permanentes de formação, que possui a intencionalidade de transformar a realidade a partir do protagonismo dos sujeitos).

Vale destacar o que dá sentido ao nome *conquista*. Conquistar é resultado de luta, esforço, e só é alcançada após uma trajetória. O caminho é planejado, porém depende da construção coletiva e espontânea de cada um que se dispõe a caminhar em 24 encontros anuais, trazendo consigo suas “bagagens” da vida.

São trabalhadas temáticas que problematizam as vivências do cotidiano dos participantes, como violações de direitos e os fatores individuais, sociais, econômicos e políticos que causam e mantêm as pessoas em situação de rua. Isto facilita propostas de intervenções formuladas pelos integrantes, com o propósito de

que estes passem a ocupar os espaços públicos de debate político de forma legítima eficaz e permanente.

Em um dos encontros, incentivamos a explicar aos novos integrantes do grupo o que é o curso um dos participantes o traduz em “Aqui é o espaço de conhecimento um com o outro”. Por meio dos depoimentos, é notável a importância do curso, a partilha e convivência nesse espaço de encontro e debate em que por meio do autoconhecimento e o conhecer de seus direitos conquista-se a cidadania de um coletivo, a população em situação de rua.

Dentre os participantes de 2014, um jovem de 23 anos é um dos poucos que terminou o ensino médio. Em entrevista confessa que cometeu muitos erros, conduzido e tentado pelo ensejo da vida fácil e de enriquecimento repentino. Essa vida, entretanto, o levou a experiência de cinco anos medida socioeducativa. “Sempre fiz a minha lei, fui abandonado pelo meu pai e perdi minha mãe aos 10 anos”. Em liberdade assistida, reflete sobre o passado, contextualizando as diversas situações familiares e sociais que o levaram a vida na rua. Sobre o curso fala da oportunidade de adquirir embasamento teórico, conhecer os seus direitos e deveres, e valoriza a troca de experiências com companheiros. É lá que ele repensa um futuro diferente para si e para o povo da rua. Como planos para o futuro, deseja arrumar um emprego e fazer uma graduação. Espera que o curso ganhe novos participantes, entretanto, observa nos companheiros de rua desconfiança e desinteresse. Os perigos da rua talvez os deixem ressabiados, desesperançados, incrédulos. Ele persiste no convite! 📌

#### Referências:

<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/pse-protecao-social-especial/populacao-de-rua>  
[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/censo\\_1338734359.pdf](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/censo_1338734359.pdf)





# ADOLESCENTE AUTOR DE ATO INFRACIONAL

PROTAGONISTA OU COADJUVANTE DA SUA HISTÓRIA?

*Por Geiciane Soares da Rocha\**

**A** ideia de construção de uma pesquisa sobre o adolescente ator de ato infracional surgiu dos debates e reflexões que ocorreram no decorrer do curso sobre o Centro de Referência Especializado em Assistência Social, realizado na Faculdade Paulus de Tecnologia e

Comunicação (FAPCOM), pelo núcleo PAULUS de Formação, Pesquisa e Disseminação Social. Na ocasião, discutimos e conhecemos o trabalho desenvolvido com adolescentes atores de atos infracionais no Centro de Referência Especializado em Assistência Social do município de Itapeverica da Serra.

\*Aluna do Curso de Extensão "CREAS- Centro de Referência Especial de Assistência Social" – FAPCOM - 2012.  
Trecho adaptado do TCC O Adolescente Ator De Ato Infracional Se Reconhecendo Como Autor Da Própria História?

Através da pesquisa de campo, percebemos diversas dificuldades em relação ao trabalho com esses jovens em conflito com a lei, principalmente no que tange ao reconhecimento dos mesmos como autores protagonistas deste processo.

Partindo dessa perspectiva, passou-se a analisar o adolescente em conflito com a lei e a perceber as estratégias possíveis no que diz respeito à desconstrução do adolescente ator de ato infracional como coadjuvante nesse processo, reconhecendo o mesmo como principal responsável pelo desenvolvimento do trabalho realizado com ele, seja a Liberdade Assistida, Internação na Fundação Casa ou Prestação de Serviço na Comunidade, visando à transformação e à criação de novas expectativas e possibilidades de vida.

Este artigo permitirá aproximar-se da pesquisa científica na área da garantia de direito dos adolescentes, ampliando o horizonte focalista do cotidiano, visando à construção de estratégias para a transformação social no âmbito das condições de vida dos sujeitos que estão cumprindo medidas socioeducativas.

Entendemos, ainda, que na contemporaneidade cada vez mais os adolescentes vêm sendo bombardeados pelos meios de comunicação de massa, “ora como mercado em potencial de consumidores a serem conquistados, ora ocupando lugares nas páginas policiais como protagonistas da escala da violência nas grandes cidades” (TOLEDO, 2007, p. 16-17).

Sendo assim, pode-se perceber como o modo de produção capitalista vem exercendo seu controle, submetendo os adolescentes a uma lógica cruel de desenvolvimento social e pessoal da sua capacidade de enquadramentos e ajustes aos papéis que irá exercer na face adulta, consumidores ou prisioneiro carcerário passivo.

*Sendo assim, pode-se perceber como o modo de produção capitalista vem exercendo seu controle, submetendo os adolescentes a uma lógica cruel de desenvolvimento social e pessoal da sua capacidade de enquadramentos e ajustes aos papéis que irá exercer na face adulta, consumidores ou prisioneiro carcerário passivo*



Visando a compreender melhor esse processo, este artigo visa a analisar como é possível romper com essa lógica, trabalhando na perspectiva de reconhecer o adolescente como sujeito ativo da sua vida, negando a passividade imposta por esse sistema.

Dessa maneira, o tema é o adolescente ator de ato infracional se reconhecendo como autor da sua própria história, negando e rompendo com a subalternidade e passividade construída pela ideologia dominante. Para alcançar esses objetivos, iremos debater a concepção de adolescência debatida pelo pensamento Marxista, através do método histórico e dialético.

Ou seja, nessa pesquisa utilizamos uma concepção sócio-histórica sobre a adolescência superando a visão liberal, reconhecendo o sujeito como histórico, constituído por meio de um movimento dialético ao longo do tempo.

Em outros termos, “pelas condições sociais e culturais engendradas pela humanidade, sendo o ser humano visto a partir da ideia de condição humana e não de natureza humana” (TOLEDO, 2007, p. 22).

Para este artigo utilizamos o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), recorrendo a alguns autores Marxistas que se dedicaram a estudar o adolescente ator de ato infracional, fazendo uma análise da totalidade sócio-histórica.

## ADOLESCÊNCIA

Vislumbrando realizar uma reflexão sobre o adolescente, ator de ato infracional, cabe a nós desvelar o conceito de adolescência, com o intuito de melhor compreendermos as implicações dessa fase da vida humana.

Fazendo referência a Toledo (2007), compreendemos que o conceito de adolescência foi constituído apenas no fim do século 18. É um momento definido como a transição da infância para a vida adulta, reconhecido por muitos como um período de diversas crises, no qual caberá ao adolescente tomar significativas decisões que irão influenciar diretamente seu futuro.

Além disso, pode-se perceber que os jovens vêm sendo reconhecidos pelos meios de comunicação como consumidores passíveis de serem conquistados, ora como principal protagonista das notícias policiais, como responsáveis pelo aumento crescente da criminalidade, violência e mortes no país.

Os meios de comunicação disseminam uma ideologia de criminalidade juvenil, visando a esconder os fundamentos da sociedade capitalista brasileira, pois, na verdade, essa realidade expressa uma das consequências do modo como se dá a relação entre capital e trabalho.

Sendo assim, não podemos culpabilizar o adolescente ator de ato infracional; pelo contrário, devemos responsabilizar o mesmo dentro do processo, mas sempre analisando os fundamentos, compreendendo a totalidade da realidade em que ele está inserido.

*Os meios de comunicação disseminam uma ideologia de criminalidade juvenil, visando a esconder os fundamentos da sociedade capitalista brasileira, pois, na verdade, essa realidade expressa uma das consequências do modo como se dá a relação entre capital e trabalho*

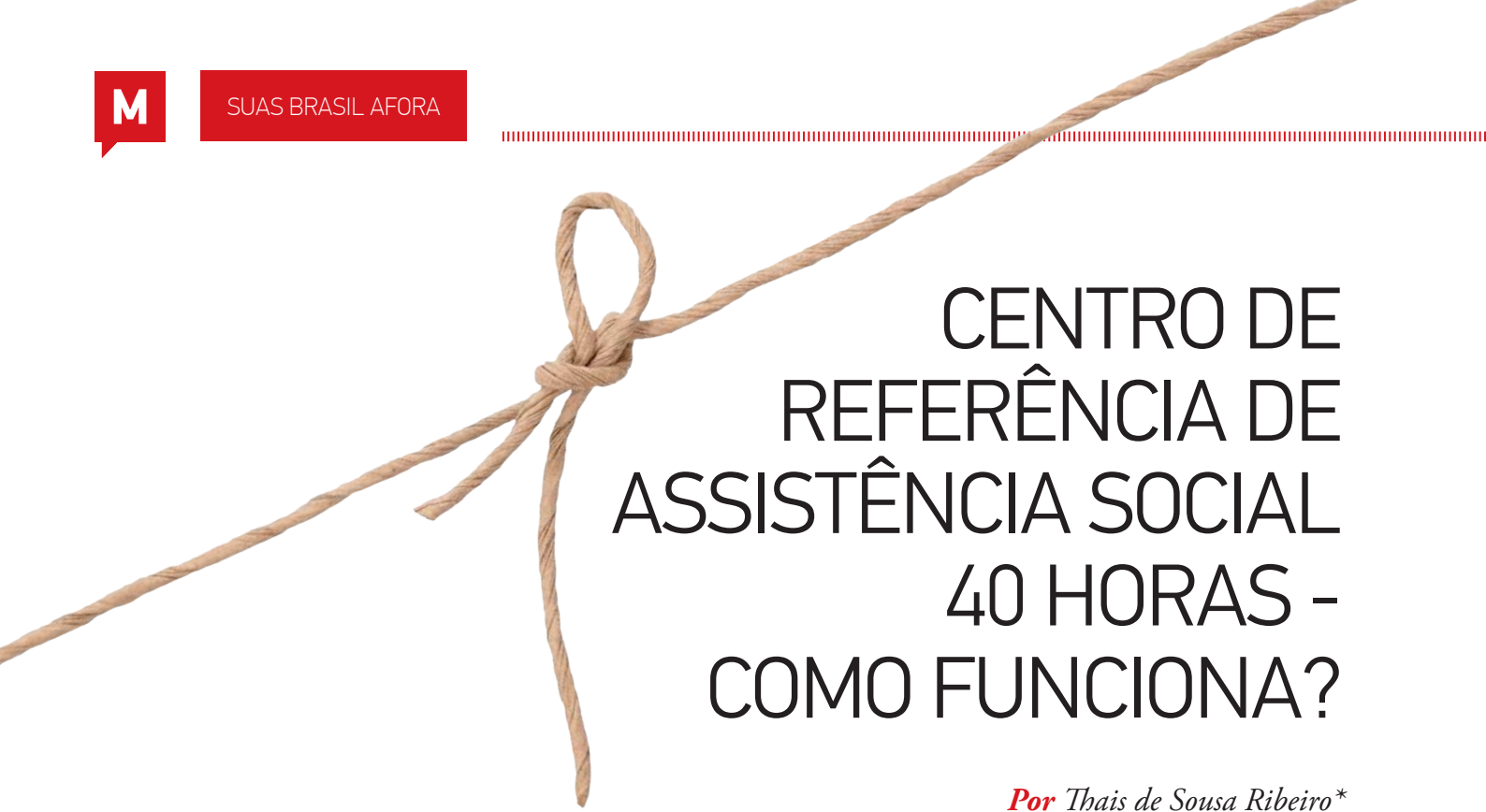
Dessa maneira, chegamos a um ponto considerável, como foi muito bem desenvolvido por Toledo (2007): “não podemos culpabilizar o adolescente, ator de ato infracional, esquecendo o mundo em que ele está inserido”, pois, na verdade, ele está vivenciando uma expressão da questão social. De tal modo que passam a ser equivocadas as teorias científicas e as ideias disseminadas pelo senso comum e pelo meio de comunicação, que entendem que é obrigatório que todo adolescente seja rebelde.

Afinal, essa realidade não deve ser marcada como patológica, sendo entendida como um fator predominante para um comportamento transgressor. O fato é que foram atribuídos historicamente diversos valores e características para a adolescência de cunho ideológico e preconceituoso, com o intuito de responder as necessidades da sociedade capitalista, visando a naturalizar as expressões da questão social.

Diante do exposto, faz-se necessária uma reflexão dessa realidade a partir de uma visão sócio-histórica que nos proporcione condições para enxergar além do superficial; reconhecendo os homens como seres históricos, construídos por meio de um processo dialético no qual se fazem presentes outros sujeitos. Sendo assim, entendemos que não podemos naturalizar e perceber o mundo como imutável.

Percebemos, ainda, que os sujeitos se transformam em objetos nessa sociedade e, por meio da disseminação da ideologia dominante, os trabalhadores acabam não percebendo que se tornaram consumidores reprodutores dos interesses burgueses. Contudo, cabe pontuarmos que os trabalhadores são “limitados” no que diz respeito a consumir.

Portanto, pode-se afirmar que os sujeitos são transformados em robôs com coração, não precisando se dar ao trabalho de pensar; pelo contrário, basta serem bons consumidores, de tal modo que o ser humano somente se torna um estorvo dentro da sociedade quando não consegue responder as leis do mercado. 📌



# CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 40 HORAS - COMO FUNCIONA?

*Por Thais de Sousa Ribeiro\**

O CRAS 40 horas existe há três anos no município de Ananindeua (PA) e, em seu quadro de funcionários, conta com 20 pessoas. O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) conta com uma pedagoga, duas orientadoras sociais, uma educadora física e um facilitador de oficina e, assim, não mede esforços para manter um padrão mínimo de serviço focado em alcançar os objetivos da Política Nacional de Assistência e no que tange aos serviços oferecidos no espaço, realizado de acordo com a resolução nº 109, de 11/11/2009, que trata da tipificação dos serviços socioassistenciais: promover a autonomia, emancipação e protagonismo social do sujeito por meio de ações de caráter preventivo à ocorrência de situações de vulnerabilidades sociais.

Entretanto, no segundo semestre, a equipe conseguiu resgatar parte dessa demanda e dar continuidade ao serviço. Somado ao esforço da equipe, contamos com parceiros importantíssimos nessa caminhada rumo à formação de cidadãos, como é o caso da PAULUS, que visa a formar e trabalhar com profissionais que pregam a assistência no sentido mais amplo da palavra de forma proativa, criativa e emancipadora.

Prova disso foi a capacitação oferecida pela PAULUS neste segundo semestre. Na ocasião, conhecemos o Programa Direito e Cidadania, promovido pela instituição, que busca parceiros, como instituições públicas e privadas. Estes parceiros recebem o programa oferecendo a seus funcionários

*A partir da identidade é possível construir a história do indivíduo, criando o sentimento de pertencimento a um lugar, a um grupo, vislumbrando um futuro a partir desse entendimento*

um momento ímpar para agregar conhecimento, trocar experiências e aplicá-las em seu cotidiano com os usuários, sempre com o objetivo de promover a formação do cidadão com uma proposta para além do “corte de renda e outras condicionalidades imediatas, apresentando-se a complementar o atendimento pela qualificação de conteúdo dos serviços, especialmente o de convivência, oferecido a crianças e adolescentes e seus familiares”, que passam a reconhecer-se como sujeitos de direitos, e não meros instrumentos do modo de produção capitalista, tendo de se sujeitar ao que esse sistema excludente oferece.

No CRAS foi colocada em prática a atividade proposta durante a capacitação, que consistia em trabalhar com o material fornecido pela PAULUS. Era um kit de livros com temas relevantes para trabalhar com os grupos do serviço de convivência. A atividade foi realizada no mês de novembro de 2014, com as crianças na faixa etária de 7 a 12 anos.

\*Orientadora Social do CRAS 40 HORAS / Ananindeua (PA)

---

O livro analisado foi “Meu Pequeno Grande Mundo”, em quatro momentos, focando nos capítulos que abordavam a questão da origem da criança e de sua família; a importância de conhecer a sua história, o lugar de onde vieram, as diversidades desses lugares e toda a pluralidade que envolve nossa região, abrindo um grande parêntese para a questão do respeito às diferenças culturais no processo de formação da identidade cultural. A partir da identidade é possível construir a história do indivíduo, criando o sentimento de pertencimento a um lugar, a um grupo, vislumbrando um futuro a partir desse entendimento. Esse resgate foi um dos objetivos da atividade, assim como o fortalecer o vínculo familiar e comunitário, pois não podemos nos esquecer do foco na política de assistência, que tem como eixo norteador para a efetividade de todas as ações e serviços: a matricialidade sociofamiliar, voltando-se para a defesa e a promoção do direito à convivência familiar e comunitária; conhecer e reconhecer sua história e seu lugar, fortalecendo esse vínculo.

Em princípio, a atividade foi recebida sem muito ânimo, pois a maioria das crianças, infelizmente, não tem o hábito da leitura, e muito menos o diálogo com a família para tratar sobre qualquer assunto. Porém, no decorrer da atividade, elas foram se envolvendo e, durante um dos encontros, foi proposto que as crianças construíssem a sua “Linha do Tempo”. Em uma folha de papel, elas puderam destacar acontecimentos na sua vida em uma linha que oscilava de acordo com o fato ocorrido – bom ou ruim. Nesta linha colava-se um barbante que teria que sobrar, ficando para fora do papel. Isso representaria o futuro da criança, ainda não escrito.

Chamou-me a atenção, a construção de uma das crianças: um garoto de 12 anos, pois este não deixou sobra do barbante. Quando procurei, a sobra estava em suas mãos. Então, perguntei por que ele não tinha deixado o barbante, e ele respondeu: “porque o futuro está nas minhas mãos”. É isso que temos que mostrar a essas crianças: que elas têm opção, mesmo morando em um território de extrema vulnerabilidade social e com todos os riscos iminentes batendo à porta. Também procuramos integrar a família aos encontros, e isso gerou a presença de vários membros da comunidade.

A atividade resultou em uma mostra, com fotos e depoimentos de algumas crianças. Neste momento, todas as famílias agradeceram e se mostraram dispostas a colaborar, participando cada vez mais desse processo de formação de cidadania e construção de um futuro próspero para as crianças.

Diante dessa vivência, nota-se cada vez mais a necessidade da equipe que compõe o quadro de trabalhadores do SUAS, seja de qualquer nível de escolaridade. A intenção é buscar conhecimentos para que nossas ações se tornem efetivas dentro do contexto social vivenciado por esses indivíduos. Ratifico as palavras do professor Carlos Ferrari, quando diz



*Todavia, a equipe deve estar preparada, ultrapassando o funcionalismo, implantando e implementando medidas que colaborem para a transformação social do sujeito, respeitando suas diferenças e as peculiaridades de onde vivem*

da necessidade de intensificar nossas ações extrapolando os muros da instituição, conhecendo a realidade do território e das famílias para que se montem estratégias para o enfrentamento de obstáculos à superação das vulnerabilidades sociais rumo ao protagonismo social dos usuários. O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) dentro do CRAS, somado aos outros programas fornecidos no espaço, como o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), têm um papel preponderante na luta pela liberdade do sujeito em relação às amarras do sistema, que o exclui da sociedade tentando aliená-lo como forma de manter sua hegemonia negligenciando seus direitos. Todavia, a equipe deve estar preparada, ultrapassando o funcionalismo, implantando e implementando medidas que colaborem para a transformação social do sujeito, respeitando suas diferenças e as peculiaridades de onde vivem. ■



# SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL...

...E ASSIM SE PASSARAM DEZ ANOS

*Por Célso Vanderlei Moraes\**

**O** ano de 2015 marca os dez primeiros anos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Desde a demanda dos profissionais e entidades envolvidas, e constando como uma diretriz na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), até a implementação de uma política unificada

nacionalmente e a descentralização na gestão e na execução, muitas têm sido as conquistas, os obstáculos e os desafios deste processo. É chegada a hora de avaliar sua estruturação e funcionamento se quisermos aprimorar o acesso aos direitos tão escassos da maioria de nossa população.

\*Mestre em Políticas Públicas pela UFS, assessor técnico para o SUAS na Prefeitura de Blumenau, ex-assessor técnico do MDS, Formador da Equipe do NPPFDS da PAULUS-SP.

A avaliação total e legítima precisa contar com as mil mãos que todos os dias fazem acontecer as múltiplas ações sob sua guarida. Trata-se de um intenso diálogo a ser trilhado durante todo o decorrer do ano, especialmente por ocasião das Conferências Municipais, Estaduais e Nacional. Além de pretender apontar os avanços e dificuldades, é preciso, inicialmente, fortalecer a unidade na diversidade de todos os atores participantes da assistência social.

Exatamente por isso cada um deve se preparar para este debate, ouvindo e falando sobre sua perspectiva em relação ao SUAS. É preciso que cada entidade reconheça sua parcela no sistema, mesmo aquelas que se consideram “críticas” quanto aos seus elementos principais. O SUAS só vai gerar seus resultados a partir do momento em que todos somarem-se a ele, seja o executando, seja apontando suas contradições, seus limites e suas fragilidades.

É preciso pôr em xeque seus critérios de seletividade excludente, por exemplo, dado que formalmente assume o enfrentamento da exclusão social em suas variadas formas. Não é razoável vincular o acesso aos serviços socioassistenciais a um limite de renda, na medida em que a vulnerabilidade tem tantas facetas de igual importância. A convivência social precisa ser definitivamente o foco da proteção social, com ações universais para seu fomento e garantia. Não podemos aguardar a ampliação da capacidade de atendimento, hoje limitada às prioridades das prioridades, à atenção à extrema da extrema miséria. Fala-se tanto de uma política garantidora de Direitos; por isso, é preciso urgentemente pensar grande e exigir ações universais, ou manteremos a realidade pífia diante de normativas tão complexas e inspiradoras.

A transferência de renda é uma estratégia legítima e eficaz para o resgate da dignidade das famílias tão espoliadas por nosso sistema produtivo, porém, exige a integração de muitas outras ações para cumprir seu papel na garantia dos direitos. É importante considerar que a maioria dos beneficiários trabalha arduamente e não recebe o suficiente para a garantia dos *mínimos sociais*, o que justifica plenamente o acesso a este complemento

***Ainda tratamos a assistência social como se fazia séculos atrás, na época da atenção aos desvalidos, apesar da atualização dos termos e da ampliação das instituições que, ainda assim, não acompanham o crescimento da exclusão social a que estamos submetidos***

de renda. Sem uma intervenção no mercado de trabalho – formal e informal – para melhorar a remuneração da mão de obra, é hipocrisia falar na “porta de saída” dos programas. Seria mais uma vez apontar a vítima como responsável por suas agruras.

A atuação integrada não pode se limitar às chamadas políticas sociais, notadamente a assistência social, educação e saúde, mas precisa alcançar a totalidade das políticas públicas. A política do trabalho, desenvolvimento agrário, habitação e urbanismo, cultura, economia e todas as demais precisam estar igualmente comprometidas com o combate à exclusão e a atenção prioritária à população vulnerabilizada, para que o processo tenha efeitos reais e duradouros.

Ainda tratamos a assistência social como se fazia séculos atrás, na época da atenção aos desvalidos, apesar da atualização dos termos e da ampliação das instituições que, ainda assim, não acompanham o crescimento da exclusão social a que estamos submetidos. A remuneração e o nível de exigência em relação à qualidade dos serviços prestados pelos trabalhadores ainda está muito longe de corresponder aos padrões de excelência necessários à garantia dos direitos. A formação precária de grande parte dos quadros profissionais nos lembra do tempo em que bastava boa vontade para atuar nesta área.

O orçamento público voltado à assistência social continua baixo, apesar dos valores comprometidos com a oferta de benefícios, que são legítimos. Porém, como estão descolados dos serviços, não contribuem com o enfrentamento da situação que lhe deu origem. Há de se comemorar os pequenos avanços neste sentido, mas de tão distantes dos valores necessários, muitos dos esforços se perdem, amenizando as emergências. Precisamos de investimentos sociais agigantados pela certeza de que seus resultados – não econômicos –, em termos de dignidade humana na forma de Direitos, não podem ser precificados. Tudo o que seja necessário à garantia dos Direitos não é caro demais, dado que é inadmissível qualquer coisa menos do que isto.

Por seu lado, as entidades socioassistenciais precisam acelerar o passo no processo de reordenamento. Para começar, muitas delas ainda não se reconhecem no SUAS. Parecem acreditar que esta seria uma questão apenas para as instituições públicas ou, no máximo, para quem recebe recursos públicos. A assistência social como um todo vive esta nova etapa em seu desenvolvimento. As ações podem ser de iniciativa governamental ou das organizações da sociedade civil, mas têm que estar sintonizadas para que tenham efetividade. A boa vontade e o compromisso solidário que embasam a atuação são fundamentais, mas precisam somar-se à profissionalização das ações, tanto com a contratação de trabalhadores qualificados quanto com a adequação dos serviços às normativas vigentes, especialmente a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS 109/2011).



O ministro da Saúde, Arthur Chioro, anuncia lista de produtos estratégicos para o SUS, durante a 7ª reunião Ordinária do Grupo Executivo do Complexo Industrial da Saúde

O Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei nº 13.019/2014) é um dos pontos de encontro deste processo. Exige tanto do Poder Público quanto das entidades que revejam suas práticas e aprimorem a relação entre si. A substituição dos *convênios* por *termos de parceria*, por exemplo, não é apenas uma troca de denominação. O compromisso mútuo fica mais bem definido, com exigência de atuação profissionalizada, por parte das organizações civis, e financiamento integral, por parte do poder público. É claro que isso não se dará de imediato, o que implicaria numa redução drástica na quantidade dos atendimentos. Há de se negociar, através dos Conselhos Municipais da Assistência Social, um processo gradual de expansão dos atendimentos garantindo o financiamento integral, já previsto na LOAS (Art. 6B – Lei nº 8.742/1993, alterada pela Lei nº 12.435/2011), e depois referido na NOB/SUAS 2012 (Art. 15 a 17 da Resolução CNAS 33/2012).

Para não nos atermos às dificuldades, convém referir os avanços que podem ser observados entre as entidades

socioassistencias Brasil afora, no que diz respeito à assistência social. As entidades continuam assumindo o maior volume dos atendimentos, apesar da histórica fragilidade desses serviços e do escasso apoio do Poder Público. Muitas das organizações também têm acordado para a atuação articulada, em rede, e se proliferam os fóruns com os mais variados formatos e finalidades. Em alguns locais estão centradas em temas específicos, como é o caso do combate à violência e exploração sexual. Em outros, dedicam-se ao compartilhamento de experiências e ao desenvolvimento de ações comuns, como é o caso dos cortejos temáticos. Há ainda alguns fóruns que articulam toda a sociedade civil para a participação do processo de gestão, fazendo retaguarda aos Conselhos. Todas essas são formas extremamente ricas de integrar as organizações. O que precisa ficar muito marcado para todos é que não podem mais existir de forma isolada. O sentido da existência de cada um só se realiza com o sucesso do conjunto. 📌





# JOÃO E MARIA EM: DESCONVIVÊNCIA CONTEMPORÂNEA

*Por Aurimar Pacheco Ferreira\**

**T**alvez você nunca saiba. Nem ao menos poderá imaginar o que se passa agora na linha do horizonte de sua vida. Parece tão natural. Carnal. Não tem importância aparente, e provavelmente nunca terá. De certo sequer será reconhecido. Por mais que escrito, dito e repetido. É incrível. Não crível. Insigne. Tem a crosta de uma verdade oculta, afirmação nas sombras, assertiva envolta nas brumas de Avalon, no *fog londrino*, na neblina fosca de uma estrada vicinal. Para o mundo é um espanto, prodígio, escândalo, estupefato fato. Para você isso não faz sentido, não tem eco, ibope, não vale um *play*, *start up*, é um placebo de # (*hashtag*), é a foto que não vai para o Instagram.

Se fosse TV você trocaria de canal, na via pública atravessaria a rua, do MPB mudaria para o funk, no restaurante pediria *cheese*

salada. Na missa, faria comunhão durante o ofertório. Isso é o tipo de coisa em que se troca o ouro pelo nada, cruzeiro no Mediterrâneo pela vista de pessoas no Ibirapuera. Na farmácia, vitaminas do complexo B pelo chá de ervas da chácara. Não adianta estourar na escala Richter, jogar *Polly on Roller Skates*, Ipad, barra de chocolate importada, zelo com os acessórios, carinho na mão. Não adianta olhar fixo, trejeito de boca, frase de efeito, sorriso de ato falho. Essa conversa complicada não se explica, nem vinga, desatina, não dá química, não resolve. É um monte de palavras para entender com dicionário, empilhar na prateleira das inutilidades, do que apenas merece um *ahababah!* no comentário do WhatsApp. A lista inteira de *emoticons* com paralisia facial. É como me sinto na sua linha de tempo. Compartilhado no Facebook, esquecido dos anos oitenta. Nem um Waze para localizar teu coração. Descurtindo. Queria muito você pra mim. Fugir dessa versão poker de ser virtual pra você.

Ah, quer saber? Esquece! 🍷

\*Formado em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará e mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). É professor da FAPCOM para os cursos de Comunicação Social e Filosofia.

#

CAPA



# A POUCOS PASSOS DO SUCESSO

CONFIRA 18 PASSOS ESSENCIAIS LISTADOS PELA REVISTA FILANTROPIA  
PARA A ATUAÇÃO BEM-SUCEDIDA E EFETIVA EM PROL DE UMA CAUSA

*Por Marcio Zeppelini e Paula Craveiro*

---

**E**mbara o Terceiro Setor brasileiro venha apresentando importantes sinais de amadurecimento nos últimos anos, como a expressiva elevação no número total de entidades no país e a incorporação de práticas corporativas em seu cotidiano, ainda é preciso mais. Muito mais.

O biólogo Charles Darwin dizia que “não é o mais forte que sobrevive, nem o mais inteligente. Quem sobrevive é o mais disposto à mudança”. Embora ele estivesse se referindo à espécie animal e à sua adaptação ao meio natural, essa constatação pode muito bem ser aplicada no campo social. Isso significa que, para que uma ONG seja capaz de alcançar o sucesso – isto é, para

que seja reconhecida, tenha seus projetos apoiados/financiados e gere impactos e resultados positivos na sociedade –, ela precisa se adequar às necessidades de seu setor e público-alvo, às inovações impostas pelo mercado – que refletem em seu segmento de atuação – e buscar evoluir constantemente.

Para que a tão almejada evolução ocorra, essas organizações precisam repensar suas ações de forma global – questões administrativas, comunicação com *stakeholders*, captação de recursos, entre outras.

Nas próximas páginas, a **Revista Filantropia** trará 18 dicas e orientações que visam a auxiliar sua ONG na busca pelos bons resultados e na adequação de processos, sempre que houver necessidade.

---

## 1. MISSÃO CLAREZA E OBJETIVIDADE

A missão, assim como os valores e a visão, é um dos aspectos que norteia a atuação de uma ONG e a orienta em todas as tomadas de decisão, assim como em ações por ela realizadas. Elaborar esses itens por escrito é uma das primeiras etapas que os gestores da organização devem realizar no momento de sua fundação, pois essas declarações informarão às partes interessadas quem você é e pelo que luta.

A declaração da missão tem a finalidade de orientar os gestores a escolher os projetos e as atividades a serem realizados, principalmente durante momentos importantes do ciclo de vida da ONG.

O gestor deve sempre estar atento à missão que foi colocada em seu estatuto, para que não haja desvio de função. É necessário que sua equipe tenha essa declaração muito clara, que todos compreendam qual é a real missão de todos os colaboradores. Cabe a ele também verificar se não há projetos dentro da organização que saiam do contexto, que fujam à missão inicial.

Caso existam projetos fora do escopo, porém, que sejam considerados relevantes, é importante realizar uma revisão estatutária.

A revisão da missão deve ocorrer periodicamente, sendo que o melhor momento para isso é o início de um processo de planejamento estratégico. O ideal é que elas revejam suas declarações de valores, visão e missão a cada três a cinco anos. À medida que a ONG amadurecer, ela provavelmente refinará sua missão para capturar melhor a quem suas atividades se destinam. Por exemplo, se uma ONG começou com uma missão ampla, ela pode decidir estreitá-la para fornecer direção e foco mais claros; se começou com uma missão restrita, é possível ampliá-la desde que ela tenha capacidade de lidar com outras necessidades da comunidade. Entretanto, vale ressaltar que uma organização que muda radicalmente seus princípios fundamentais, ou que os varia constantemente, não será vista como estável, e seus apoiadores poderão perder a confiança.

## 2. CAPACIDADE DE TRANSFORMAR DIFICULDADES EM OPORTUNIDADES

Embora estejamos vivendo uma época em que os cenários brasileiro e mundial estejam enfrentando sérias dificuldades, em especial na área econômica, isso não pode ser visto como barreira para o desenvolvimento das organizações sociais.

Para ultrapassar esses obstáculos, é necessário que o gestor seja otimista e transforme as dificuldades em oportunidades, almejando o crescimento e o sucesso. Cabe a ele fazer o reconhecimento do próprio potencial criativo e do potencial das pessoas que o cercam, mobilizando talentos para compor uma equipe de elevado desempenho inovador.

Esse profissional precisa compreender que não adianta ficar reclamando dos projetos, da falta de recursos etc.; é preciso colocar a mão na massa e tentar, de todas as maneiras possíveis, sempre dentro do escopo da entidade e focado na atuação ética, fazer com que esses desafios sejam superados e se tornem excelentes oportunidades.

Por exemplo, a perda de um bom parceiro, sem dúvida, é algo ruim para uma instituição. Contudo, ao invés de ficar se lamentando da sorte ou reclamar do ex-parceiro, esse acontecimento deve servir de oportunidade para se buscar dois ou mais novos parceiros, que sejam ainda maiores e melhores. É preciso aprender com os erros cometidos no passado com aquele parceiro e, a partir daí, buscar crescimento e evolução. Essa é a visão que um gestor eficiente deve ter.



## 3. PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO ANUAL E REVISÃO PERIÓDICA

Para se manterem em atividade, as instituições precisam se conscientizar de que é fundamental contar com o respaldo de um eficaz planejamento estratégico. “Esse plano tem como objetivos principais orientar os passos da organização durante o período (semestre, ano, quinquênio), delimitar seus projetos e focos de atuação, determinar onde e quando seus recursos serão investidos, apresentar novas estratégias para mobilização de recursos (financeiros, humanos, materiais), apontar os desafios a serem enfrentados no período, definir prioridades, sugerir ações para implementação do plano e recomendar práticas de comunicação. Ele deve ainda conter todos os eventos, festas, campanhas de captação necessárias para as iniciativas de *advocacy*, campanhas de relacionamento e atividades que serão feitas com os voluntários”, explica Danilo Tiisel, advogado especializado em Direito do Terceiro Setor.

É extremamente importante que todos os itens listados sejam rigorosamente seguidos. Claramente, podem ocorrer mudanças de última hora, mas a ideia do planejamento é evitar que isso aconteça e que o desenvolvimento do plano seja posto em risco.

Os gestores devem fazer o planejamento de atividades do ano, assim como o planejamento orçamentário, e toda equipe precisa estar engajada nesse processo. Sua revisão pode ser feita a cada três meses, em média, de modo que se analise o caminho que a entidade está trilhando para que não saia do foco, ou para checar se há metas ali que não serão cumpridas, para que se faça uma adequação.

#### 4. NÃO TER MEDO DE INOVAR E SEGUIR AS TENDÊNCIAS

Engana-se quem pensa que inovação é um aspecto que deve ser exigido apenas em empresas. No campo social, este quesito também é muito importante – até mesmo essencial.

É necessário que as organizações estejam sempre alinhadas às novidades que o mercado oferece, como novas tecnologias, novas mídias, novas formas de captação de recursos. O gestor deve estar constantemente antenado a tudo o que há de novo nas organizações mais modernas, de modo que estas possam servir como exemplo para promover melhorias na maneira de administrar e captar recursos.

A inovação pode ocorrer em atividades administrativas, a partir da incorporação de técnicas de gestão aplicadas nas empresas; na gestão de pessoas, com a aplicação de técnicas como o eneagrama; na criação de serviços e produtos que, além de gerar renda para a manutenção dos projetos da ONG, ainda podem auxiliar na aproximação desta com seus públicos; na comunicação com os *stakeholders* e na divulgação de sua imagem, com a utilização dos recursos disponíveis em redes sociais, assessoria de imprensa, publicidade, entre outros.

É importante, ainda, que os gestores estejam atentos às tendências, ao que as demais organizações – especialmente aquelas que compartilham os mesmos ideais – estão fazendo para sobreviver e dar continuidade às suas ações.

Os gestores devem ter em mente que eles, mais do que qualquer outra pessoa dentro da organização, não podem ter medo do passado nem se prender a ele, ficando limitados ao “mais do mesmo”. Devem pensar grande, buscar constantemente resultados, mas, para isso, é fundamental que conheçam novas maneiras de atuar, busquem novas possibilidades. É necessário fazer diferente, é necessário inovar, ter criatividade para sair à frente.



#### 5. CAPACITAÇÃO DE EQUIPE

O primeiro grande passo para se formar uma equipe de profissionais e de voluntários eficientes começa pela seleção das pessoas que a integrarão. “É essencial definir o que se espera desses novos colaboradores, tanto profissional quanto pessoalmente”, alerta Sílvia.

Além de selecionar bem os novos profissionais, é importante saber extrair deles o seu melhor. “Embora não seja uma atividade fácil, é extremamente importante manter a equipe motivada e integrada, promovendo a constante interação entre voluntários, funcionários e, também, o público atendido. Também é fundamental que a organização ofereça a esses colaboradores a oportunidade de crescimento, de adquirir novos conhecimentos, de se capacitar”, adverte Sílvia.

A equipe deve estar alinhada com o que há de mais novo no mercado e, para que isso ocorra, é preciso capacitação constante, cursos, treinamentos *in loco* e a distância, contratação de consultorias; é importante oferecer cursos de graduação e pós-graduação para suas equipes, firmar parcerias com instituições de ensino. O objetivo é fazer com que a equipe seja cada vez mais eficiente.



PARA VENCER – MATERIAL OU IMATERIALMENTE – TRÊS COISAS DEFINÍVEIS SÃO PRECISAS: SABER TRABALHAR, APROVEITAR OPORTUNIDADES E CRIAR RELAÇÕES



Fernando Pessoa

## 6. CAPACIDADE PARA APROVEITAR TALENTOS DENTRO DA EQUIPE

Hoje, para que uma ONG consiga realizar plenamente sua missão, é preciso contar, entre outras coisas, com uma equipe de profissionais e voluntários capacitados e verdadeiramente engajados. Ter uma equipe bem estruturada e envolvida com a missão da organização significa contar com gente estimulada para o trabalho. “Quando o colaborador, seja ele contratado ou voluntário, sente prazer no que faz e é valorizado por suas realizações, evidentemente ele o fará cada vez mais da melhor maneira possível”, afirma João Paulo Vergueiro, presidente da Associação Brasileira de Captação de Recursos (ABCR).

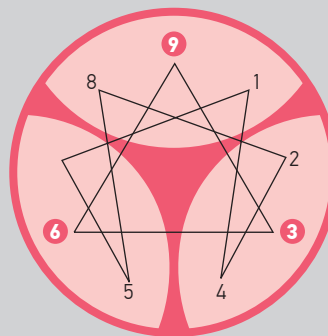
Cabe ao gestor ter a sensibilidade de reconhecer que cada pessoa é diferente da outra, com perfis, habilidades e interesses distintos. Portanto, está em suas mãos saber aproveitar essas pessoas da melhor forma dentro de sua equipe, sem tentar exigir talentos e características que eram próprias de outros colaboradores. Sabendo respeitar e estimular essas pessoas, o gestor sempre terá uma equipe equilibrada e engajada.

Um aspecto que merece destaque dentro da gestão de pessoas é a valorização e o aproveitamento de talentos já incorporados à entidade. Evidentemente é importante agregar novas pessoas ao processo, com experiências variadas e que tragam novas visões sobre as atividades de uma ONG; no entanto, dar oportunidade de crescimento para aqueles que já estão inseridos na organização também é de grande valia, tendo em vista tanto seu desenvolvimento profissional e pessoal quanto seu envolvimento com a causa defendida.

De modo a desenvolver esses talentos internos, o eneagrama é atualmente uma das técnicas mais utilizadas no processo de formação de equipe de alto desempenho, e busca o fortalecimento da liderança, a melhoria da comunicação e o desenvolvimento dos recursos humanos de uma organização. A ferramenta analisa nove tipos de comportamento, possibilitando a compreensão e a superação de pontos fracos.

“Quando as pessoas entendem que cada indivíduo tem uma estratégia inconsciente que orienta seus comportamentos, elas dão espaço a um clima maior de respeito”, explica o *coach* Alexandre Montandon. Segundo ele, existe uma melhora imediata na qualidade do diálogo e maior aceitação ao outro e às suas diferenças, pois é possível compreender conscientemente as intenções que existem por trás das ações, reduzindo os mal-entendidos e as falhas de comunicação.

Antes de iniciar um processo de *coaching*, o eneagrama possibilita o mapeamento da personalidade e das motivações de cada pessoa e da equipe. Assim, o processo fica muito mais “poderoso”. “O sistema é aplicado para facilitar o entendimento das tendências da personalidade do profissional e, depois, quando for aplicar o *feedback*, entenderá como a personalidade dele afeta na hora de dar e receber esse retorno aos subordinados ou na hora de lidar com conflitos”, explica.



- 1. Paz:** segundo a teoria do eneagrama, é o tipo que deu origem a todos os outros. Para manter a harmonia, a pessoa tem dificuldade em dizer “não” e as atividades são priorizadas com base nas atividades de terceiros.
- 2. Perfeição:** o profissional é muito crítico. Ele criticará as outras pessoas, mas, no fundo, está querendo ajudá-las a atingir a excelência.
- 3. Presteza:** quem tem essa característica cuida tanto dos outros que tem dificuldades de olhar para dentro de si próprio.
- 4. Performance:** o profissional acredita que tem valor somente se for bem-sucedido ou se fizer algo produtivo o tempo todo.
- 5. Profundidade:** tipo que concentra grande energia emocional. Tem facilidade com relacionamentos, mas, por outro lado, tende a achar que sempre está faltando alguma coisa.
- 6. Privacidade:** é o tipo mais racional. A pessoa com essa característica acredita que se for invadida, os outros exigirão dela mais do que ela pode oferecer.
- 7. Precaução:** costuma ser chamado de pessimista. Sempre imagina o pior, pois pensa que, ao se precaver, estará seguro.
- 8. Prazer:** o tempo todo quer ter estímulos prazerosos, faz muitas coisas ao mesmo tempo, está sempre alegre e pensa muito rápido. Mas, ao mesmo tempo, executa ações superficialmente.
- 9. Poder:** fala mais alto, encara os desafios de frente e “compra a briga” dos outros. É incompreendido por ser muito direto e assertivo.

Existem, ainda, outras ferramentas, oriundas da psicologia, da administração ou da combinação de ambas, que facilitam o processo de formação e aperfeiçoamento de equipes. “As técnicas de gestão de projetos ajudam a dimensionar a quantidade ideal e a qualidade de pessoas necessárias para dar andamento a um programa ou a uma atividade. Já o mapeamento de perfis psicológicos contribui com o conhecimento sobre padrões de conduta e personalidades, permitindo a identificação de boas combinações na formação de equipes e aspectos de desenvolvimento”, explica Monica Bose.

## 7. BOA COMUNICAÇÃO E IDENTIDADE VISUAL

Comunicar-se corretamente deve ser uma das principais preocupações de um gestor. A organização social tem a “obrigação” de falar com seus *stakeholders* de modo correto e de todas as maneiras possíveis, seja por redes sociais, eventos, entre outros meios.

Para alcançar a sonhada visibilidade, é preciso que a comunicação seja planejada e estratégica. A comunicação é o principal trampolim para a captação de recursos (humanos ou financeiros). Quanto maior e mais bem organizada ela for, mais resultados serão trazidos para a captação, e por isso é importante investir.

Em relação ao conteúdo a ser trabalhado, a comunicação deve privilegiar dados convincentes e passíveis de comprovação sobre o cenário (necessidade social) e justificativas para a atuação social da organização; apresentar plano de benefícios ao investidor, ou seja, o que a ONG pode oferecer ao investidor social (contrapartidas); descrever a missão institucional, suas metas e seus objetivos; destacar os resultados esperados e os alcançados, quando existirem; e ter as faixas de valores para contribuição bem definidas (cotas).

O objetivo social da entidade deve ser o foco da comunicação. Ou seja, a causa defendida é o caminho para mostrar aos receptores a mensagem que será transmitida. A preocupação em não fazer papel de “coitadinha” também deve existir. A mídia gosta de histórias que mexam com o imaginário coletivo. Assim, a organização precisa contar uma história interessante para o veículo de comunicação de forma direta, clara e empolgante. É preciso mostrar aos apoiadores, doadores e patrocinadores que sua organização existe para resolver o problema, e que eles, com sua ajuda, têm a oportunidade de

fazer parte da solução. Outro enfoque importante é fazer com que os receptores da sua mensagem se sintam parte do problema, ou seja, se encaixem na causa de sua entidade.

“As entidades precisam construir uma comunicação voltada ao interesse público, e não apenas às suas necessidades. Muitas vezes elas só pensam na comunicação para conseguir algo que estejam necessitando naquele momento. Acredito que seja preciso ir adiante. Além de atrair atenção da imprensa, as organizações têm grande oportunidade de resgatar formas alternativas de comunicação e promover o desenvolvimento de sua causa”, comenta o jornalista André Trigueiro.

A construção da boa imagem depende também da maneira como as informações são repassadas aos *stakeholders*. Dispor de um site moderno, com informações atualizadas e relevantes sobre a causa e a entidade, bem como uma área específica para captação de recursos, com múltiplas possibilidades de pagamento e de valores para serem escolhidos, são alguns dos aspectos que contribuem para a criação de uma imagem favorável pela a organização.

Para Felipe Mello, diretor da ONG Canto Cidadão, não ter uma boa estratégia de comunicação, assim como não dispor de profissionalismo no momento da elaboração do material a ser divulgado, é um sinal bastante negativo. “Quando não há planejamento do que será divulgado, para quem será divulgado ou por que, o material que chega à mídia e aos demais públicos de interesse é frágil, sem consistência ou coerência com a história do trabalho. E isso pode comprometer a imagem da iniciativa, tanto junto ao veículo de comunicação quanto aos ouvintes ou telespectadores, na hipótese de uma matéria ruim ser divulgada”.

Por isso, a profissionalização da área de comunicação se torna cada vez mais importante para a credibilidade das informações transmitidas, seja à mídia ou aos parceiros das organizações. Hoje, é grande o número de entidades que procuram ajustar seus procedimentos na divulgação de maneira cada vez mais profissional, prestando mais atenção a detalhes que antes passavam despercebidos.

Assim como no mundo corporativo, as organizações sem fins lucrativos também devem ter a preocupação de criar uma identidade visual de sucesso e que seja de fácil absorção do público em geral. Uma marca simples, moderna e chamativa se fixará melhor na mente dos *stakeholders* e trará resultados positivos para a organização (visibilidade, credibilidade, captação de recursos).

Uma marca de sucesso deve compilar, em poucas palavras e com um desenho de poucos elementos (logotipo), a síntese da organização. Por meio das cores e formas, deve mostrar o conceito, missão e personalidade da instituição. Nomes muito extensos dificultam a criação de logomarcas fortes e incisivas. Procure simplificar o nome, adotando um apelido ou uma sigla.



## 8. VOLUNTÁRIOS SÃO DOADORES, NÃO FUNCIONÁRIOS

O Terceiro Setor, tanto no Brasil quanto no restante do mundo, é responsável pela absorção de grande índice de mão de obra. Por isso, torna-se necessário que as entidades regulamentem sua relação com a força de trabalho, que pode ser tanto remunerada (funcionários contratados) quanto não remunerada.

No cotidiano das instituições, é comum a confusão entre esses dois papéis. Muitas vezes, sem se dar conta, o voluntário é sobrecarregado por responsabilidades que, na verdade, não caberiam a eles. Ainda falta às organizações, de modo geral, a compreensão de que o voluntário é um doador, que doa seu tempo, seu conhecimento e seu trabalho para a realização de trabalhos que precisam ser feitos.

O trabalho do voluntário é regido pela Lei Federal nº 9.608/98, que define o serviço voluntário como a atividade não remunerada, prestada por uma pessoa física a uma entidade pública de qualquer natureza, ou à instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade. “De acordo com a Lei, o serviço voluntário não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim”, explica o advogado especialista em Terceiro Setor, Rogério Mártir.

O serviço voluntário, diferentemente da relação de emprego convencional, pode ser caracterizado pela personalidade (necessidade de prestação de serviço pela própria pessoa), mas não pela subordinação hierárquica nem pela dependência econômica.

## 9. PRESTAÇÃO DE CONTAS CLARA E TRANSPARENTE

Em tese, todo dinheiro arrecadado por uma organização social (seja por meio de convênios, patrocínios, doações, entre outras formas) não pertence a ela e, sim, à sociedade, afinal, seus projetos serão desenvolvidos e revertidos a ela. Por isso, é essencial que se faça a prestação de contas, em especial aos doadores, de modo claro, a fim de mostrar o que está sendo feito com os recursos recebidos.

O conceito de *stakeholder accountability* refere-se à necessidade de transparência e à responsabilidade da organização em prestar contas perante os diversos públicos. Em um contexto no qual as entidades competem por recursos públicos e privados, é essencial que elas demonstrem posições claras e resultados concretos. *Accountability* significa mais do que a publicação de relatórios anuais e de demonstrações contábeis; é uma postura de responsabilidade que se exercita no cotidiano da gestão, frente a públicos internos e externos.

“A fim de atingir sucesso e maximizar o benefício social de sua atuação, as entidades devem respeitar as leis e obedecer todas as obrigações contratuais, além de fornecer ao público informação suficiente para que este possa se posicionar a seu respeito, principalmente se a organização solicita doações a ele”, ressalta Alexandre Chiaratti, contador, auditor independente e especialista em Finanças e Gestão das Organizações do Terceiro Setor.



EM TODAS AS COISAS, O SUCESSO DEPENDE  
DE UMA PREPARAÇÃO PRÉVIA, E SEM TAL  
PREPARAÇÃO O FALHANÇO É CERTO



Confúcio





## 10. TRABALHO REGIONAL E PENSAMENTO GLOBAL

Normalmente, uma organização tem sua atuação restrita a um local: uma comunidade, uma cidade, um estado. No entanto, embora haja limitação geográfica, isso não pode servir como desculpa para que ela se feche às oportunidades que venham de outras regiões. O mundo deve ser o limite.

O gestor deve abrir as portas de sua entidade social a novas experiências e novos contatos. É preciso buscar soluções fora de seu “mundinho”.

Utilizando corretamente as dicas anteriores – comunicação adequada, conselho consultivo e seus integrantes, realização eventos, entre outras –, a organização passará a ter mais visibilidade, e isso fará com que ela descubra que existe um amplo leque de possibilidades a ser explorado: recursos que podem vir de outros países, ajudas voluntárias que podem vir de outras cidades, a criação de redes com organizações congêneres de outras regiões pode auxiliar a aplicar projetos parecidos em mais de uma região. Enfim, são várias as formas de se pensar globalmente e agir localmente.



**NÃO TENHA MEDO DE DESISTIR  
DO BOM PARA PERSEGUIR O ÓTIMO**



**John D. Rockefeller**  
Empreendedor

## 11. BOA GESTÃO DE PESSOAS

Os recursos humanos são os ativos mais importantes de uma organização, sendo responsáveis por toda a inteligência, competência, qualidade e inovação presentes na forma como a instituição realiza suas atividades. Portanto, qualquer investimento feito em pessoas tem como retorno a qualidade de suas ações e o impacto de suas atividades.

A gestão de pessoas é uma das mais relevantes ferramentas de trabalho do Terceiro Setor, uma vez que toda organização depende dos recursos humanos para fazer seu trabalho acontecer. Esse processo deve estar sempre pautado pelo respeito, pela confiança e pelo estímulo ao crescimento pessoal e profissional.

Reconhecer cada indivíduo em sua dimensão holística, ou seja, muito além da visão tradicional da gestão de pessoas como recursos, é essencial. Para isso, é preciso que a organização social disponha de gestores bem preparados para liderar equipes, o que envolve o desenvolvimento de competências de natureza social, como comunicação, trabalho em equipe, relacionamento interpessoal, entre outras.

“Do ponto de vista administrativo, é muito importante ter políticas de gestão justas, motivadoras, formalizadas e amplamente comunicadas, para que todos os profissionais saibam quais são suas possibilidades de desenvolvimento e crescimento, ainda que dentro de cargos estanque (como professores ou coordenadores)”, explica a consultora e pesquisadora de gestão de ONGs, Monica Bose.

Para dispor de uma equipe adequada, a ONG precisa investir em treinamento, em melhores talentos, em controle de desempenho de equipe e em iniciativas de valorização das pessoas por meio de melhores salários, melhores condições de trabalho, premiações, viagens e treinamentos, sempre pensando em seu constante desenvolvimento. “É preciso fazer com que esses colaboradores estejam sempre motivados e confiantes de que aquela instituição será responsável pela mudança de um cenário social que a organização se comprometeu a fazer”, ressalta Monica.

“Do ponto de vista dos voluntários, a boa gestão de equipes representa uma série de benefícios para todos os envolvidos. Para quem se dispõe a auxiliar uma causa, os principais retornos são a possibilidade de efetivamente ajudar os outros, de melhorar o mundo e de conhecer pessoas. Para a instituição que os recebe, os ganhos refletem-se, por exemplo, no aumento da mão de obra e em melhorias na execução dos projetos, que, conseqüentemente, acabam sendo sentidos pela sociedade em forma de mais justiça social, mais qualidade de vida, mais cidadania e solidariedade, além de avanços nas políticas públicas”, ressalta Silvia Naccache, coordenadora geral do Centro de Voluntariado Empresarial de São Paulo (CVSP).

## 12. DIVERSIFICAÇÃO DE FONTES DE RECURSOS

Mobilização de recursos é o termo utilizado para descrever diferentes ações coordenadas para a geração de valores necessários à viabilização da missão de empreendimentos sem fins lucrativos. Ou seja, captar recursos é uma das atividades de apoio fundamentais para toda atuação organizada do Terceiro Setor.

“Ao captar recursos, recomenda-se a diversificação das fontes, de modo a diminuir os riscos. Para ser mais economicamente viável, a organização deve acessar diferentes fontes de recurso de maneira planejada e diversificada. A principal recomendação é obter recursos de fontes diferentes. Na realidade, sempre que a instituição depender de uma fonte que represente mais de 30% de toda a arrecadação, torna-se necessário rever as estratégias de captação”, explica o advogado Danilo Tiisel.

Além disso, a diversificação das fontes de recursos proporcionará maior reconhecimento da organização frente aos diferentes públicos, como empresas, pessoas físicas, governo, fundações, agências internacionais, organizações de fomento, entre outros. “Quanto mais diversificados forem os públicos que apoiam o trabalho da organização, mais legítima será sua atuação e mais necessária ainda será sua existência”, adverte o advogado.

Dentre as principais fontes de financiamento que podem ser acionadas estão: iniciativa privada (empresas, institutos empresariais e pessoas físicas), organizações religiosas (fundações empresariais, fundações comunitárias, fundações familiares, pela causa) e fontes institucionais (governos nacional/internacional, regional ou local; agências internacionais de financiamento; instituições que representam um grupo de países, assim como o Banco Mundial, as agências das Nações Unidas e a União Europeia; e ONGs nacionais e internacionais).

Regra geral é que não se deve esperar recursos de um número muito reduzido de fontes. Ainda que a organização tenha maior afinidade ou identidade com um tipo de fonte, é altamente recomendável que se desenvolvam campanhas e solicitações aos diversos tipos mencionados. Principalmente porque envolve a sustentação financeira da organização, mas outro fator primordial é que, para expandir as possibilidades de arrecadação, a organização deve desenvolver contato com diferentes públicos, ampliando seu reconhecimento em vários setores da sociedade, contribuindo para sua legitimidade social. É importante observar, também, que algumas fontes fornecem recursos rapidamente, enquanto outras podem levar mais tempo para gerar resultados.

Outro desafio que se impõe às ONGs é saber como mobilizar recursos financeiros livres para que elas sejam menos dependentes de doações de pessoas jurídicas e de apoios governamentais,

que normalmente são recursos destinados a projetos específicos. “As organizações precisam buscar, por meio do plano estratégico de longo prazo, meios próprios de obter os recursos necessários para atender aos seus objetivos e à sua sustentabilidade financeira. A venda de produtos e serviços, negócios sociais e outras formas de geração de renda própria são algumas das possibilidades”, afirma Michel Freller, empreendedor social e mestre em Administração.

A Geração de Renda Própria (GRP), que engloba os negócios sociais, também é uma boa forma de diversificar fontes, para que as organizações alcancem sua sustentabilidade financeira. É importante observar que a busca por recursos a partir do comércio envolve riscos como em qualquer outra atividade econômica. Outra grande oportunidade dentro da GRP é a captação de recursos com pessoas físicas. Novas estratégias, táticas e ferramentas, como *face to face*, *click to call* e *crowdfunding*, devem ser empregadas para a conquista desse público. Segundo estudos do setor, essa é a única fonte que apresenta tendência de crescimento.



### 13. MONITORAMENTO DE RESULTADOS E IMPACTOS

Como sabemos se aquilo que nos propomos a fazer em estatuto está realmente surtindo efeito na sociedade? Como é que conseguimos saber se a população atendida está, de fato, tendo seu problema social reduzido com a ajuda de nossas ações? Essas constatações somente podem ser feitas por meio do monitoramento de resultados e da avaliação dos impactos.

Nos últimos anos, vem se tornando cada vez mais visível a importância da avaliação e do monitoramento de organizações e de projetos sociais. Monitorar, medir, analisar e melhorar a efetividade e o impacto causado por uma ONG e suas ações são peças fundamentais para seu êxito, e a avaliação é a ferramenta mais indicada, pois pode trazer informações quantitativas e qualitativas de todas as etapas do programa.

O monitoramento é uma importante ferramenta de gestão, que tem diversas funções e pode ser aplicada a qualquer momento durante o ciclo de vida de uma organização social ou de um projeto. Esse processo pode ser feito por meio de pesquisas de campo, aplicação de questionários, pesquisas, entre outras ferramentas. Entre suas funções estão: conferir se os resultados estão, de fato, sendo obtidos, a fim de alcançar os objetivos e as metas propostos pela organização; levantar questões e trazer possibilidade de ajustes e melhorias; trazer novas ideias para o desenvolvimento da entidade, de sua equipe e seus projetos, bem como da comunidade em que está inserida; mostrar novas possibilidades de aplicação de recursos, entre outras.

No processo de gerenciamento, a avaliação é a última etapa a ser realizada, porém, ela é tão importante quanto as demais (diagnóstico, planejamento e implantação). “Por meio da avaliação é possível levantar e analisar pontos que, às vezes, precisam de mais atenção por parte dos gestores e que podem ser remodelados para o ano ou para a ação seguinte”, explica Claudinéia Sierra, membro do Grupo de Estudos de Voluntariado Empresarial.

### 14. GOVERNANÇA

Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), governança é o “sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre proprietários, conselho de administração, diretoria e órgãos de controle”. As “boas práticas” tratam exatamente das questões de poder e de dinheiro. A reputação deve ser o grande ativo das organizações do Terceiro Setor, e a sociedade, certamente, será beneficiada com esse investimento em transparência, sobretudo, nessa perspectiva da credibilidade/legitimidade.

No caso das ONGs, a governança corporativa tentará garantir que os interesses dos financiadores, doadores, administração pública e da sociedade sejam realmente satisfeitos a partir das entidades que possuem finalidade pública e desinteresse de lucro financeiro.

Este conceito, entre outros aspectos, pressupõe a existência de uma gestão profissionalizada e experiente, coisa que, sabemos, nem sempre acontece no Terceiro Setor. O processo de governança de uma entidade social geralmente apela para o voluntário, que nem sempre tem tempo disponível ou a dedicação necessária que teria um gestor remunerado. Mesmo que a diretoria não seja remunerada, é de grande importância que haja ao menos um tomador de decisões (gerente administrativo, superintendente, secretário geral) remunerado, que estará todos os dias na organização, para decidir rapidamente em nome da entidade, que possa gerir o dia a dia da organização sem ter que depender de uma diretoria voluntária e quase sempre sem disponibilidade.



DETERMINAÇÃO, CORAGEM E AUTOCONFIANÇA SÃO FATORES DECISIVOS PARA O SUCESSO. NÃO IMPORTAM QUAIS SEJAM OS OBSTÁCULOS E AS DIFICULDADES. SE ESTAMOS POSSUÍDOS POR UMA INABALÁVEL DETERMINAÇÃO, CONSEGUIREMOS SUPERÁ-LOS



Dalai Lama

## 15. CONSELHO CONSULTIVO

Assim como ocorre nas empresas, as organizações sociais também contam com o suporte de conselhos estatutários, ou seja, que estão no regimento interno da instituição, como os fiscal e de administração. Contudo, independentemente da existência dos conselhos obrigatórios, é interessante que uma ONG conte com o respaldo de um conselho consultivo. “Uma coisa muito mal aproveitada aqui no Brasil é justamente o conselho consultivo. Uma herança maldita da legislação brasileira, que obriga entidades a criarem seus conselhos fiscais. Quando pergunto como está composto o conselho consultivo de uma entidade, as pessoas quase sempre começam a explicar o conselho fiscal”, conta Marcelo Estraviz, empreendedor e presidente do Instituto Doar.

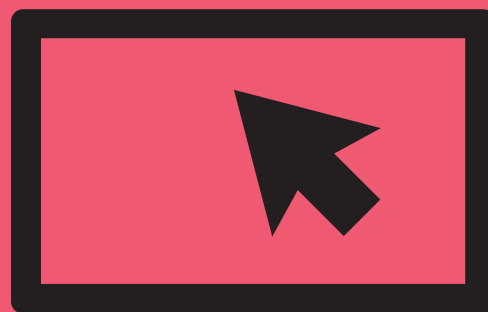
Como o próprio nome sugere, o conselho consultivo serve para ser consultado, porém sem exageros e abusos. Ele deve ser convocado uma vez, no máximo duas vezes por ano, e a reunião deve ser tratada com cuidado. “Isso é essencial para que os conselheiros sintam-se importantes – o que, de fato, são – e porque agrega um componente fundamental para as organizações: a escuta da sociedade, do mundo exterior”, explica Estraviz.

Muitas vezes, as organizações acabam ficando reclusas e limitadas em seus muros institucionais. O contato com esses conselheiros podem ajudá-la a trazer a realidade do mundo exterior, além de funcionar como oxigênio quando se está viciado em um mesmo modelo de atuação.

Um conselho consultivo deve ser composto por, pelo menos, três grupos de pessoas, em proporções semelhantes. “O primeiro grupo é o dos ‘ricos’. É importante ter gente rica nos conselhos, pois eles têm duas grandes qualidades para a entidade: a primeira é que eles são ricos, e a segunda é que têm muitos amigos ricos”, brinca o empreendedor. “O segundo grupo é o de pessoas famosas, como cantores, atores, artistas em geral. E o terceiro é o tipo mais comum: nós, que não somos ricos nem famosos, mas trabalhamos por uma causa”. Neste último, devem ser incluídos também os fundadores, acadêmicos dedicados ao tema, voluntários da alta sociedade que organizam muitos eventos para uma determinada ONG e o líder comunitário do bairro onde a entidade atua.

Estraviz sugere que se evite os políticos, uma vez que seu envolvimento pode gerar conflitos de interesse. “A organização quer arrecadar de gente de todos os partidos, e não somente de uma afiliação. Tenha políticos em seu conselho somente se conseguir compor com uns três ou quatro de partidos diferentes e opostos. E isso não é fácil”, diz.

Um conselho deve ter de 6 a 20 pessoas, mas esse número fica a critério da entidade. Mas é importante ter em mente que ir além desse total pode tornar o conselho improdutivo. Além disso, recomenda-se que cada conselheiro tenha mandato de até três anos, para que haja renovação constante. No entanto, cuidado para que não haja mudança de todos ao mesmo tempo, pois dá muito trabalho substituir todos os conselheiros de uma vez. O ideal é ir repondo aos poucos.



## 16. TECNOLOGIA

Nos últimos tempos, a evolução tecnológica mudou drasticamente a maneira de trabalhar de muitas pessoas, em especial daquelas que não ficam o tempo todo na organização, como diretores, voluntários e demais profissionais que podem ajudar no dia a dia da organização. O surgimento de redes sociais, computação em nuvem, sites de relacionamento, bem como a possibilidade de se trabalhar em rede e à distância contribuíram para que houvesse mais flexibilidade na realização dos trabalhos.

Para manter uma performance eficiente e estar alinhado com as novidades do mercado, o Terceiro Setor precisa modernizar sua gestão e tornar suas entidades mais conectadas. Para isso, é primordial o investimento em Tecnologia da Informação (TI).

Considerada estratégica para o desempenho de empresas, a TI também pode ser adaptada à realidade e à necessidade de gestão do setor social, com o emprego de redes bem estruturadas de computadores e bancos de dados, softwares de gestão que otimizam a produtividade das atividades do dia a dia, e o uso de tecnologias que permitam alcançar a sociedade de maneira mais efetiva.

As ferramentas de TI podem e devem ser empregadas em todas as organizações, como fundações, ONGs, institutos e entidades filantrópicas. A organização que não investe em tecnologia está fadada ao fracasso.

## 17. EVENTOS PROFISSIONAIS

Praticamente todas as organizações fazem eventos – seja um café da manhã, um bingo, uma macarronada, jantares para grandes empresas, feiras, eventos científicos...

Criar eventos é uma ferramenta extremamente útil para as organizações que querem se relacionar melhor com seus públicos, captar recursos e voluntários e se mostrar para a sociedade. É muito importante que eles sejam feitos e que a organização social mantenha um calendário de eventos anuais que inclua, além de ações de menor porte, um evento especial, aquele que marca o ano – talvez o aniversário da organização ou uma festa de fim de ano.

Assim como ocorre com a comunicação, é essencial que esses eventos – independentemente de seu tipo e porte – sejam realizados de maneira profissional. Eles devem ser bem pensados, bem organizados, contar com *check-list*, ter o respaldo de pessoas especializadas e fornecedores de qualidade, em especial na parte de alimentos e bebidas.

Tem que ser “o” evento, do tipo que faz as pessoas sentirem vontade de participar pelo evento em si, não apenas para ajudar. Não é interessante que alguém compre o convite e não apareça. Isso significa que você – e ela também – só fez metade do trabalho. Seria melhor pedir uma doação para aquela pessoa do que tentar vender um convite de um evento do qual ela não terá interesse em participar.

Ao idealizar um evento, deve-se levar em consideração que ele não tem a finalidade única de captar recursos. Aquele também é o momento de fazer relacionamento, de mostrar sua cara para seus apoiados. A organização precisa ter essa visão.

## 18. RELACIONAMENTO CONSTANTE COM DOADORES

Ainda dentro da ideia de comunicação, o relacionamento com os doadores – sejam aqueles que contribuem com patrocínios, parcerias ou doações financeiras, de recursos ou de mão de obra – é uma tarefa imprescindível para o sucesso de uma organização. Saber se comunicar e se relacionar com seus investidores é peça-chave para a manutenção de suas atividades.

É normal encontrarmos gestores correndo atrás de novos doadores, muitas vezes quase implorando para conseguir recursos ou fazer parcerias. No entanto, quando logram êxito e conseguem o que querem, rapidamente se esquecem do doador e só voltam a pensar nele quando estiverem precisando de algo novamente. Quer coisa mais desagradável, do ponto de vista do investidor, do que ser lembrado somente nas horas de “aperto”? Onde esse gestor está no momento em que as coisas estavam boas para ele, no momento em que a diferença realmente estava sendo feita pela organização?

É importante criar uma relação de proximidade com esses doadores, de modo não apenas a conseguir os recursos em momentos de necessidade, mas, sim, de maneira que ele esteja constantemente ligado aos projetos e ações de sua organização. O ideal é que a cada cinco relacionamentos que você tenha com seus doadores, em apenas um dos casos você precise pedir alguma coisa, enquanto nos outros quatro você apenas precise informar sobre as atividades que estão acontecendo, prestar contas sempre que necessário e possível, convidar para eventos e demais festividades. Em outras palavras, é preciso ter um relacionamento constante e duradouro com esses entes.



ESCOLHA UMA IDEIA. FAÇA DESSA IDEIA A SUA VIDA. PENSE NELA, SONHE COM ELA, VIVA PENSANDO NELA. DEIXE CÉREBRO, MÚSCULOS, NERVOS, TODAS AS PARTES DO SEU CORPO SEREM PREENCHIDAS COM ESSA IDEIA. ESSE É O CAMINHO PARA O SUCESSO



**Swami Vivekananda**

Pensador hindu



## A PME MAIS SUSTENTÁVEL E O MEIO AMBIENTE

**P**arece redundante uma empresa que se diz sustentável falar da sua atuação na área ambiental. Associao isso ao fato de a maioria das pessoas somente associar o termo sustentabilidade ao meio ambiente, plantio de árvores, coleta de resíduos, enfim, tudo o que tem a ver com a cor verde.

Sabemos que a sustentabilidade empresarial é muito mais que isso; Não se pode esquecer que toda empresa parte das questões econômicas para existir, ou seja, sem a área financeira uma empresa não é uma empresa. Todavia, obter lucro

e buscar uma ótima receita não é tudo em um negócio. No Brasil, ao se abrir uma empresa, elabora-se um contrato social mostrando qual é o objetivo da prestação de serviço ou da produção e venda de produtos para a sociedade.

Às vezes nos esquecemos de que o empreendimento foi criado para satisfazer uma necessidade da sociedade por meio dos produtos e serviços, desde uma necessidade básica até uma necessidade de autoestima, como mostra a pirâmide de Maslow. Porém, esta busca por atender a necessidade não pode impactar negativamente as pessoas ou o meio ambiente em que elas



*Às vezes nos esquecemos de que o empreendimento foi criado para satisfazer uma necessidade da sociedade por meio dos produtos e serviços, desde uma necessidade básica até uma necessidade de autoestima, como mostra a pirâmide de Maslow*

vivem. Por isso, uma parte das grandes empresas está se preocupando com este tema da sustentabilidade para não agredir a população ou o meio ambiente no seu entorno ou no do fornecedor. E aí que está o ponto para as pequenas e médias empresas e empreendedores de plantão!

Ou seja, esta é a grande oportunidade para que a empresa entre ou permaneça na cadeia de valor de uma grande empresa que se diz mais sustentável. Como o meio ambiente é o primeiro ponto mencionado ao se falar em sustentabilidade, é fundamental que o empreendedor pense e aja com foco também no tema. Sabe-se que na vida real é muito difícil, para uma pequena e média empresa, focar em um tema que não seja produção, vendas, vendas e vendas. Mas esta ação pode ser vista como um valor agregado que ajudará inclusive nas vendas da maioria dos empreendedores.

Um exemplo é uma empresa familiar de soluções em ponto de vendas chamada MIB Group, que tem seu escritório comercial em São Paulo, o parque gráfico em Cotia e vende para todo o Brasil. Eles começaram com a análise e o acompanhamento dos seus dados ambientais, como uso da água, da energia, gestão dos resíduos e dos insumos. Ao mesmo tempo, fizeram uma parceria com a Fundação S.O.S. Mata Atlântica para o projeto 'Florestas do Futuro', e montaram o projeto 'Florestas Lamà', que consistia no plantio de árvores a cada venda do Lamà (totem de papelão de fácil montagem, um dos principais produtos da empresa). O cliente da empresa que comprava o Lamà recebia um certificado mostrando que todo papelão utilizado foi compensado voluntariamente por meio do plantio de árvores.

Posteriormente, a MIB Group tirou o certificado ISO 14.001 de gestão do meio ambiente e montou um relatório de ações socioambientais, demonstrando todas as ações realizadas para o meio ambiente e para a sociedade.

Estas ações fazem parte de alguns indicadores de sustentabilidade que podem ser realizados aos poucos pelas empresas. Para o meio ambiente, segundo os indicadores Ethos, pode-se verificar e implementar ações a partir dos seguintes indicadores, respondendo às perguntas:

- **Mudanças climáticas:** como é a governança das ações em relação às mudanças climáticas na sua empresa? Quais são as adaptações da empresa perante as mudanças climáticas?



- **Gestão e impactos ao meio ambiente:** existe um sistema de gestão ambiental? Como se preveni a poluição/resíduos? Como é o uso e o controle de água, energia e materiais utilizados nos processos? Utiliza-se material direto da natureza/biodiversidade? Como é esta gestão? É feita educação e conscientização ambiental? Como?
- **Impacto do consumo:** como é o impacto da empresa com o transporte, logística e distribuição? É feita a logística reversa ou o recolhimento e a destinação correta dos produtos no seu fim de vida?

Tantas perguntas podem assustar quem está preocupado em pagar o INSS dos seus funcionários em dia. Porém, para entrar na cadeia produtiva de uma empresa que se diz mais sustentável, ou para ir além de vender produtos ou serviços, basta começar com um dos pontos, depois outro, depois outro, e assim por diante. O desafio para o empreendedor é o que o motiva para o sucesso! 🍀

DESDE 2005, OFICINAS ABERTAS NO  
CANTO CIDADÃO.

**ABRA A  
PORTA E  
DEIXE O SEU  
PALHAÇO  
SAIR.**

PROGRAMAÇÃO E DESCONTOS ESPECIAIS PELO:  
[INFO@CANTOCIDADA0.ORG.BR](mailto:INFO@CANTOCIDADA0.ORG.BR)

CANTO CIDADÃO

[WWW.CANTOCIDADA0.ORG.BR](http://WWW.CANTOCIDADA0.ORG.BR)

• (11) 3667 0167





# QUESTÕES GLOBAIS

## SERIEDADE PERCEBIDA PELA POPULAÇÃO MUNDIAL EM DESAFIOS DE CARÁTER ECONÔMICO, AMBIENTAL E SOCIAL

**A**tualmente, vive-se em um mundo desafiador, descrito como volátil, incerto, complexo, e ambíguo. Hoje, a população se caracteriza cada vez mais como consumista e imediatista e, ao mesmo tempo, está cada vez mais sensível a uma variedade de riscos e ameaças reais percebidas. Nesse contexto, empresas,

organizações da sociedade civil e governos precisam tomar decisões e se posicionar assertivamente para navegar nessas águas turbulentas, assim como oferecer liderança institucional e rumo coletivo. O estudo Monitor de Sustentabilidade Corporativa, realizado no Brasil pelo instituto Market Analysis e reproduzido pela rede GlobeScan em 24 países<sup>1</sup>, vem

<sup>1</sup>O estudo foi realizado entre amostras representativas de cerca de 1.000 adultos em cada um dos 24 países pesquisados de janeiro de 2014 a abril de 2014.

## SERIEDADE DOS DESAFIOS PARA A SOCIEDADE

Média de 21 países, 2014.

Não aplicado na Argentina, Brasil e Grécia.

Crime/Violência



Desemprego



Aumento do custo de alimentação/Energia



Pobreza/Falta de moradia



Problemas/Incertezas econômicas



Educação



Cuidados com a saúde



Poluição ambiental



Falta de segurança social



Desigualdade econômica



Violação dos direitos dos trabalhadores



Direitos humanos



Segurança/privacidade de dados online



Desigualdade de gêneros



acompanhando as preocupações públicas ao redor do mundo sobre uma série de questões com o intuito de melhor compreender o contexto em que diferentes organizações operam em múltiplas regiões do mundo, além de fornecer informações chave para que estas lidem com as expectativas, atitudes e percepções dos cidadãos locais. Tal estudo oferece *insights* e orientações para questões e gestão da reputação, estratégias de sustentabilidade e responsabilidade corporativa de planejamento e comunicação estratégica.

Ao emitir suas percepções sobre a gravidade de uma série de desafios presentes na sociedade atual, os mais de 24 mil cidadãos entrevistados pelo estudo revelam a existência de um forte sentimento de vulnerabilidade. Crime e violência são classificados como o desafio mais sério pelo público global, confirmando a interpretação do cotidiano como sendo volátil e materializando a sensação de fragilidade individual, tanto em relações pessoais como nas relações com a sociedade. A crise econômica global, que teve seu pico em 2009 em relação a problemas financeiros e desemprego, é outro fator que, apesar de ter diminuído em alguns países, assombra nações que ainda lutam para recuperar sua vitalidade produtiva e comercial. Nota-se que o desemprego, o aumento dos custos de alimentação/energia, problemas econômicos no geral e pobreza são desafios amplamente reconhecidos e que figuram entre as questões mundiais mais sérias, sugerindo que estes temas continuam a prevalecer na consciência e vivência pública (Gráfico 1).

Os desdobramentos da crise não param por aí: os dados coletados mostram que a gravidade do tema 'pobreza' cresceu significativamente para indivíduos dos Estados Unidos, Espanha, Alemanha, Turquia e Coreia do Sul, refletindo as persistentes dificuldades econômicas pós-recessão. Em contrapartida, a seriedade percebida pelos indivíduos quanto aos desafios vividos nas áreas de cuidados de saúde e educação diminuiu em muitos países, indicando que, além da população geral ter percebido melhorias nesses âmbitos, essas questões tornaram-se parcialmente secundárias diante do aperto financeiro e a incerteza ocupacional.

Os dados revelam que persiste uma forte presença pública de temas caros à agenda social da sustentabilidade, abordagem sistêmica para equacionar os diferentes problemas defrontados pela cidadania global. Mas, e a sensibilidade diante dos problemas do meio ambiente? Há, de fato, uma preocupação mundial com a sustentabilidade ambiental? A crise ambiental cai no radar das pessoas ou permanece sepultada pelas urgências do cotidiano? Segundo resultados do estudo, problemas como a poluição ambiental são escassamente percebidos como sérios em muitos países ao redor do mundo, espelhando uma apatia pública em torno desta questão que, em grande parte, resulta da baixa prioridade alocada pelos líderes governamentais.

Mesmo diante de evidências científicas crescentes e um cotidiano ambientalmente hostil, as alterações climáticas são recebidas como fenômeno de prioridade declinante, sendo que mais da metade dos países pesquisados reage diante do assunto como sendo cada vez menos importante. Pesquisas anteriores indicam que o nível das preocupações individuais referentes ao meio ambiente e às mudanças climáticas pode ser considerado constante ou elevado até 2011, quando a instabilidade se torna efetiva (Gráfico 2). Esse aparente descaço com as fortes oscilações climáticas experimentadas ano a ano levantam um amplo questionamento sobre as causas deste fenômeno, e apontam a necessidade de encontrar novas abordagens para envolver o público nas questões ambientais, especialmente no fenômeno de mudanças climáticas. Contudo, quais seriam as possibilidades e estratégias para promover tal envolvimento? Qual o melhor método de comunicação para a conscientização de uma crise ambiental? É possível assumir responsabilidades, mudar hábitos e transformar o cotidiano ampliando a sustentabilidade em sociedade?

Abraham Maslow (1908-1970), pesquisador, professor e psicólogo americano, em meados do século passado, apresentou uma teoria segundo a qual as necessidades humanas podem ser hierarquizadas<sup>2</sup>. A base da pirâmide constitui-se das chamadas necessidades primárias, como a satisfação de

*Mas, e a sensibilidade diante dos problemas do meio ambiente? Há, de fato, uma preocupação mundial com a sustentabilidade ambiental? A crise ambiental cai no radar das pessoas ou permanece sepultada pelas urgências do cotidiano*

necessidades fisiológicas básicas do corpo físico e indispensáveis à vida (respiração, comida, água etc.). Acima, as necessidades de segurança (da saúde, do emprego, da família etc.), de amor, relacionamentos e estima. No cume da pirâmide, ou seja, por último, vêm as necessidades de realização pessoal (moralidade, espontaneidade, criatividade etc.), chamadas necessidades secundárias.

Segundo Maslow, esses níveis devem ser preenchidos e, assim que estiverem satisfeitos em um grau considerado razoável pelo indivíduo, o esforço de motivação se disponibilizará para o nível superior, ou seja, o indivíduo precisa ter a sua necessidade de nível inferior satisfeita para sentir

## ÍNDICE DE PERCEÇÃO AMBIENTAL GLOBESCAN

Preocupação Ambiental\*  
Média de monitoramento de 10 países\*\*, 1998-2014.



\*Agregado de "Escassez de água doce", "Poluição do ar", "Mudanças Climáticas", "Esgotamento dos recursos naturais", "Perda de biodiversidade" e "Poluição da água".

\*\*Inclui China, França, Alemanha, Índia, Indonésia, México, Nigéria, Turquia, Reino Unido e Estados Unidos. Nem todas as questões foram aplicadas em todos os países durante estes anos.

<sup>2</sup>Fonte: MASLOW, A. H. A Theory of Human Motivation. 1943. Disponível em <http://psychclassics.yorku.ca/Maslow/motivation.htm>. Acesso em 02/01/2015.

*Aparentemente, a grande batalha da sobrevivência concentra-se em primeiramente superar os desafios da violência, desemprego e pobreza para, então, priorizar o meio ambiente, os direitos dos trabalhadores e as questões de gênero, por exemplo. Mas, não seria a preocupação com o meio ambiente uma possibilidade capaz de assegurar as necessidades primárias no futuro?*

a necessidade do nível superior. Isto é, cidadãos com necessidades e anseios de segurança não são motivados pela possibilidade de satisfação de suas necessidades secundárias, e não sentem necessidades sociais até então. Ao traçar um paralelo entre a teoria de Maslow e o estudo descrito, tem-se uma população preocupada e em falta com os aspectos básicos que compõem a qualidade de vida, desmotivada a ansiar por aspirações mais elevadas. Aparentemente, a grande batalha da sobrevivência concentra-se em primeiramente superar os desafios da violência, desemprego e pobreza para, então, priorizar o meio ambiente, os direitos dos trabalhadores e as questões de gênero, por exemplo. Mas, não seria a preocupação com o meio ambiente uma possibilidade capaz de assegurar as necessidades primárias no futuro?

#### **QUE CAMINHO AS EMPRESAS PODEM SEGUIR?**

O sentimento global se identifica, através de uma vulnerabilidade percebida especialmente em termos econômicos, com o nível de gravidade elevado apontado sobre o desemprego, o custo de vida e a pobreza, juntamente com uma sensação de vulnerabilidade pessoal frente aos sérios desafios de crime e violência. As empresas, ONGs e governos podem reconhecer as citadas preocupações da população mundial ressaltando sua contribuição para a recuperação e o crescimento econômico, especialmente na criação de oportunidades de emprego e capacitação, contribuindo, assim,

para uma sociedade mais harmoniosa e estável. As empresas devem também demonstrar uma gestão ambiental proativa, envolvendo consumidores e o público no cenário atual, dada a falta de liderança prevalecente. É possível ir além e abraçar a causa ao assumir um papel de liderança política de grande valia dentro da esfera ambiental, promovendo quadros políticos inteligentes através da luta a favor da transição para a chamada economia de baixo carbono, tencionando um crescimento econômico sustentável.

#### **DADOS DO BRASIL**

Afinal, o Brasil vive a mesma realidade desses dados globais? Passou-se um ano após acontecimentos significativos no país: Copa do Mundo e as eleições mais disputadas dos últimos 25 anos foram vividas em 2014; manifestações públicas políticas marcaram as ruas e a história da nação. Esses eventos influenciaram a economia e as relações entre os cidadãos, e trouxeram visibilidade para o Brasil, país que se tornou alvo de manchetes nos principais jornais e internet mundo afora. Temas envolvendo a vulnerabilidade de uma população angustiada com crimes, violência, segurança, aumento dos custos de alimentação/energia, problemas econômicos e preocupações com o meio ambiente foram expostos em abundância durante esse período de possíveis mudanças e eventos.

Crime e violência, com maior destaque entre os desafios percebidos, são também fatores de preocupação constante e atual, já que o Brasil ocupa o 16º lugar entre os países mais perigosos para se viver, segundo uma pesquisa realizada em 2014 sobre a percepção de segurança ao redor do mundo<sup>3</sup>, e se destaca entre os países com maiores taxas de homicídio do planeta<sup>4</sup>. Por outro lado, 2014 foi o ano em que o Brasil também consolidou a superação de uma das barreiras fundamentais à aspiração de ir além das necessidades básicas, ao sair do mapa da fome da FAO/ONU e ao conquistar uma redução drástica da pobreza extrema no país. Sendo assim, foi apontado como exemplo a ser seguido no tema<sup>5</sup>.

O caminho de satisfação das necessidades primárias ainda é muito extenso, e o cenário de possibilidades é precário. Porém, a carência de priorização do meio ambiente precisa ser tratada com cautela, mesmo que no contexto atual. A volatilidade percebida transmite um paradoxo de preocupação e alheamento antagônico às exigências atuais, em que a obrigatoriedade de ações concretas corre contra o tempo e o senso de individualidade; em que o espírito de comunidade como essência da sociedade parece ter sido desaprendido e secundarizado. 🌱

<sup>3</sup>Fonte: Gallup, Worldwide Research, Law and Order Index, 2014.

<sup>4</sup>Fonte: UNODC, Global Study on Homicide, 2013.

<sup>5</sup>Fonte: <http://www.brasil.gov.br>. Acesso em 02/01/2015.



Contribuir para a construção de um mundo mais justo e sustentável é **responsabilidade de todos.**

Prestar serviços com especialização, atualização e competência é **nosso compromisso.**



**Quality**  
**Associados**

Consultoria e assessoria **contábil, fiscal e trabalhista** para o **Terceiro Setor**

visite nosso site [www.qualityassociados.com.br](http://www.qualityassociados.com.br) ou ligue para (11) 3837-0000



## GESTORES DEVEM PRESTAR CONTAS DE INVESTIMENTOS FEITOS EM EDUCAÇÃO

Gestores distritais, estaduais e municipais já podem prestar contas dos investimentos feitos em educação no ano passado. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) disponibilizou a versão de 2014 do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope), para que os dados sejam enviados pela internet. O prazo final para a transmissão das informações é 30 de abril para os municípios e 31 de maio para os Estados e o Distrito Federal. Pela Constituição, os entes federativos devem investir no mínimo 25% do que arrecadam em educação. Quem não cumprir o prazo ou não conseguir comprovar o investimento mínimo fica inadimplente no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (Cauc), do governo federal. Com isso, deixa de receber recursos de transferências voluntárias da União e fica impossibilitado de firmar novos convênios com órgãos federais.

<http://www.fnde.gov.br>

## ESTÁ ABERTO EDITAL DO PROGRAMA NATURA CARBONO NEUTRO

A Natura abriu edital que seleciona projetos de compensação voluntária de carbono. O objetivo da iniciativa é reduzir e compensar de forma contínua e significativa as emissões de gases de efeito estufa realizadas pela empresa. A iniciativa se baseia em três pilares fundamentais: inventário, redução e compensação das emissões que não puderam ser evitadas. Para o pilar de compensação, a Natura realiza editais periódicos para a seleção de projetos que gerem créditos a serem comprados no mercado voluntário de carbono, e também proporcionem benefícios socioambientais para a região em que atuam. Podem ser inscritos projetos nos setores de energia, agricultura, florestal, usos alternativos do solo e manejo de dejetos animais. Os interessados podem se inscrever até 31 de março de 2015.

[www.editalnaturacarbononeutro.com.br](http://www.editalnaturacarbononeutro.com.br)



## ESTUDO DIVULGADO PELA OXFAM ALERTA PARA A CONCENTRAÇÃO DE RIQUEZAS NO MUNDO

**A** ONG britânica Oxfam divulgou um estudo que alerta para a concentração de riquezas na mão de poucas pessoas no mundo. De acordo com o estudo, em 2016 cerca de 1% da população mundial terá acumulado mais renda do que os outros 99% dos habitantes. O valor acumulado por esse 1% da população subiu de 44% do total de recursos mundiais, em 2009, para 48% em 2014, segundo o grupo. Em 2016, esse patamar pode superar 50%, se o ritmo atual de crescimento for mantido. A finalidade deste relatório é influenciar as próximas discussões sobre o assunto no Fórum Econômico Mundial (FEM). Este estudo baseou-se no relatório anual sobre a riqueza mundial que o banco Credit Suisse divulga anualmente.

[www.oxfam.org](http://www.oxfam.org)

## APLICATIVO DÁ ORIENTAÇÕES SOBRE CONSUMO DE ALIMENTOS



AGÊNCIA BRASIL

Desenvolvido pela FEBRABRAN e pelo Instituto Akatu, o aplicativo gratuito 'Nossa Alimentação' oferece ao consumidor dicas práticas para uma alimentação saudável, e ainda possibilita que o usuário crie uma lista de compras. A ideia é fazer com que o consumidor perceba o que realmente precisa comprar por mês com as quantidades devidas, além de citar os valores exatos dos itens pagos no supermercado. Quando o usuário clica em sua lista, pode verificar as informações nutricionais dos alimentos. Está disponível também um jogo 'Come Bem', no qual os participantes são estimulados a cortar os alimentos que são prejudiciais à saúde, como lanches e frituras, e manter no cardápio alimentos saudáveis, como frutas e legumes, por exemplo.

[www.akatu.org.br](http://www.akatu.org.br)

## CONTA VERDE ESTIMULA USUÁRIO A COMPENSAR EMISSÕES PELO CONSUMO DE ENERGIA

**P**rojeto inédito no país, criado pela Companhia Energética do Ceará (Coelce), do Grupo Enel, incentiva os clientes a buscarem uma forma de compensar as emissões de gás carbônico (CO<sub>2</sub>) pelo consumo de energia elétrica. O Conta Verde, como está sendo chamado, faz parte do programa Ecoelce, que estimula a troca de material reciclável por descontos nas contas de energia. O programa foi premiado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como um dos mais importantes para o alcance dos Objetivos do Milênio. O programa já beneficiou 430 mil clientes, arrecadou cerca de 18 mil toneladas de resíduos e concedeu R\$ 2,3 milhões em bônus nas contas de energia. Atualmente, o Ecoelce conta com 102 postos de recolhimento no Ceará, incluindo a capital, Fortaleza.

[www.ecoelce.com.br](http://www.ecoelce.com.br)



## SOS MATA ATLÂNTICA LANÇA APLICATIVO PARA CAUSAS AMBIENTAIS

**A**SOS Mata Atlântica lançou o aplicativo “Seja a raiz da nossa fundação”, com temática ambiental. O intuito é o de engajar a população na preservação e na recuperação das florestas e também alertá-la para o cuidado com os mares. O aplicativo é gratuito e pode ser acessado por meio do Facebook. Nele, o usuário encontra árvores nativas da mata atlântica, que é um dos ecossistemas mais ameaçados do Planeta. Acessando a plataforma, é possível assinar o nome completo nas raízes. Depois de assinar a plataforma, é possível compartilhar a iniciativa com outros usuários, potencializando a ação da campanha.

[www.sosma.org.br](http://www.sosma.org.br)

## PLATAFORMA DIGITAL TRAZ TEMAS SOBRE A PRIMEIRA INFÂNCIA

**D**isponível em português, espanhol, inglês e francês, a *Enciclopédia da Primeira Infância* traz artigos de 33 pesquisadores sobre temas relacionados ao desenvolvimento da criança, desde a concepção até os seis anos de idade. O lançamento é uma parceria da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV) e o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS). Ao acessar a plataforma, o usuário encontra um índice alfabético com vídeos curtos que orientam pais e educadores a lidarem com diversas situações como: agressividade, aleitamento materno, apego, autismo, cérebro, choro cultura, depressão materna, distúrbio de aprendizagem, nutrição infantil, obesidade infantil, resiliência, sono, entre tantos outros. O conteúdo disponível no site está dividido em grandes temas como: comportamento, educação e aprendizagem, saúde e nutrição, gestação, família e serviços e política.

[www.encyclopedia-crianca.com](http://www.encyclopedia-crianca.com)

## ONU LANÇA RELATÓRIO SOBRE OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, apresentou aos Estados-membros das Nações Unidas um relatório-síntese sobre o trabalho desenvolvido até agora para a definição e negociação da agenda pós-2015, que inclui os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que guiarão o desenvolvimento global depois do fim do prazo para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Intitulado *O caminho para a dignidade até 2030: acabando com a pobreza, transformando todas as vidas e protegendo o planeta*, o relatório aborda os desafios pós-2015 e pós-ODM e a construção da nova agenda de desenvolvimento a ser seguida pela ONU. Os ODS propostos estão sendo construídos sobre as bases estabelecidas pelos ODM, procurando completar o trabalho inacabado referente a eles e responder a novos desafios. No total, são 17 objetivos e 169 metas sobre questões de desenvolvimento sustentável apresentados no documento, que irão pautar a nova agenda de desenvolvimento das Nações Unidas.

<http://nacoesunidas.org>

## GIFE LANÇA BIBLIOTECA VIRTUAL COM CONTEÚDO SOBRE INVESTIMENTO SOCIAL

The screenshot shows the Sinapse website interface. At the top, there are logos for SINAPSE HUB DE CONTEÚDO, GIFE, and a 'Powered by FOUNDATION CENTER' logo. Below the logos is a search bar with the text 'BUSCA palavra-chave' and 'CATEGORIAS'. To the right of the search bar are three circular buttons labeled 'SINAPSE', 'GIFE', and 'sugerir conteúdo'. Below the search bar is a section titled 'sobre Sinapse' with a paragraph of text. At the bottom of the page, there are navigation buttons for 'página inicial' and 'contato', and a footer with contact information for SINAPSE and GIFE.

O que é o investimento social? Quais são os últimos estudos sobre avaliação de projetos? Como trabalhar a transparência? Quem procura respostas para essas e outras questões sobre investimento social poderá encontrá-las no Sinapse, primeira biblioteca virtual e gratuita do Terceiro Setor, fruto da parceria entre o Grupo de Institutos Fundações e Empresas (GIFE) e a organização americana Foundation Center. Graças à parceria com a Foundation Center, organização dos Estados Unidos que reúne o maior banco de dados global sobre filantropia, pelo Sinapse é possível acessar conteúdo do mundo todo. Ao reunir publicações relevantes em um único espaço, o GIFE busca facilitar o acesso ao material produzido pelo campo socioambiental a diversos atores da sociedade civil.

<http://gife.issuelab.org/about>



## PÊLO PRÓXIMO

A ONG **Pêlo Próximo** é uma associação sem fins lucrativos que realiza terapia, atividades e educação assistida por animais desde 2010. Atua em instituições, hospitais e centros de saúde na cidade do Rio de Janeiro, promovendo a interação entre seres humanos e animais com o objetivo de proporcionar benefícios terapêuticos para a saúde física, emocional e mental. Atualmente, é o único projeto de pet terapia no Rio de Janeiro que realiza visitas a hospitais públicos do município em parceria com a Secretaria Estadual de Saúde.

[www.peloproximo.com.br](http://www.peloproximo.com.br)

**1. Ecobag Cocker**

Valor: R\$ 25,00

**2. Camiseta I Love My Dogs**

Valor: R\$ 35,00



## ASSOCIAÇÃO GUARDIÕES DO CERRADO

A ONG **Associação Guardiões do Cerrado** é uma entidade sem fins lucrativos que se dedica às questões relacionadas ao meio ambiente. Realiza pesquisas e desenvolve projetos e ações ligadas à educação e à conscientização ambiental, ao desenvolvimento sustentável, à conservação da fauna e flora do cerrado, e à melhor ocupação do campo e utilização dos recursos naturais. A organização conta com uma equipe composta por profissionais de diversas áreas, como biólogos, engenheiros, fotógrafos, advogados, entre outros. Isso deu à organização uma atuação dinâmica e eficiente.

[www.agc.org.br](http://www.agc.org.br)

**1. Camiseta Projeto Amigo da Onça**

Valor: R\$ 35,00

**2. Camiseta Logo**

Valor: R\$ 35,00







## PROJETO TAMAR

O **Tamar** é uma organização ambiental voltada à proteção das tartarugas marinhas do Brasil. Investe recursos humanos e materiais para adquirir o maior conhecimento possível sobre a biologia desses animais, priorizando pesquisas aplicadas que resolvam aspectos práticos para sua conservação. Suas atividades são organizadas a partir de três linhas de ação: conservação e pesquisa aplicada, educação ambiental e desenvolvimento local sustentável. Desde o início, o projeto desenvolve técnicas pioneiras adequadas às realidades de cada uma das regiões onde mantém suas bases.

[www.tamar.org.br](http://www.tamar.org.br)

### 1. Caderno Projeto Tamar

Valor: R\$ 44,00

### 2. Sacola SOS Projeto Tamar

Valor: R\$ 35,00



## ASSOCIAÇÃO CAATINGA

A **Associação Caatinga** é uma instituição não governamental, sem fins lucrativos, fundada em 1998 na cidade de Fortaleza, no Ceará, reconhecida como organização da sociedade civil de interesse público (OSCIPI) e registrada no Cadastro Nacional de Entidades Ambientais (CNEA). Criada com o apoio do Fundo para Conservação da Caatinga, tem a missão de conservar a biodiversidade da caatinga e desenvolve projetos de conservação de áreas naturais, restauração florestal e recuperação de nascentes, disseminação de tecnologias sustentáveis, capacitação para o uso sustentável dos recursos da Caatinga, educação ambiental, apoio à pesquisa para a conservação da caatinga e articulação para a formulação de políticas públicas ambientais para o bioma.

[www.acaatinga.org.br](http://www.acaatinga.org.br)

### 1. Livro Rola Tatu-bola + camisa infantil

Valor: R\$ 45,00

### 2. Caneca Eu Protejo o Tatu-bola

Valor: R\$ 20,00





## PENALIDADE MÁXIMA

**E**u entrei naquele estádio pelo túnel que usualmente leva os jogadores ao campo. Mas não havia jogadores. Não havia ninguém, apenas um estreito fecho de luz que acertava meus olhos. Segui adiante. Subi as escadarias. Pisei no gramado. Já não via mais nenhum resquício de luz. Apenas escuridão. Senti a relva fofa sob os meus pés e segui caminhando. Uma mistura de sensações me visitou.

Pé ante pé, dentro das quatro linhas, senti que avançava em direção a uma das grandes áreas, cenário retangular das emoções mais agudas do principal esporte do meu país. Embora a referência fosse vaga pela falta de luz, senti que estava sobre uma marca de cal. Sob meus pés, o círculo que representava a penalidade máxima. Naquele instante – *fiat lux* – fez-se a luz!

Todo o estádio se iluminou. Dezenas de luzes revelaram a amplitude do cenário. Eu não estava sozinho. Aliás, quando é que estamos sozinhos de verdade? A solidão física é possível, mas mesmo esta é prova da existência de outros. Só somos frutos porque sementes anteriores brotaram. Não existe o eu sem o tu.

Quando tudo ficou às claras, meus olhos gritaram. Primeiro pelo impacto dos fortes raios de luz artificial. Fechei os olhos pela primeira vez, com toda a minha força. Aos poucos, fui me acostumando com a exposição à claridade. As pálpebras ganharam coragem e revelaram paulatinamente a completude do cenário. Girando em meu próprio eixo até completar 360 graus, percebi que estava acompanhado de outros 42 mil

seres humanos. Todos em pé, distribuídos de maneira uniforme pelos degraus da vasta arquibancada. Todos olhando para mim.

O silêncio era total. Incômodo, brutal. Como nada se movia, continuei observando. Angustiado, confuso, parti para uma análise mais minuciosa da situação. Pousei meus olhos em rostos diversos. Ali, acolá, mais além. Havia uma uniformidade na multidão: toda ela era formada por jovens, predominantemente homens, ou ainda, meninos pouco passados dos dez anos de vida, mas nenhum já chegado aos vinte. Onde estariam os adultos? Por que estavam ali sem os seus pais, tios, padrinhos ou coisa que o valha? Onde estavam os organizadores, seguranças, jornalistas? Onde estava o restante do espetáculo? Outra característica comum alimentou minha inquietação e fez disparar meus batimentos cardíacos: a expressão daquelas crianças era vazia. Miravam-me assertiva e impiedosamente. Faltava-lhes alma. Faltava-lhes ânimo. Sobrava-me pânico.

Sobre a marca da penalidade máxima, fechei novamente os olhos. Quando os abri novamente, estava em meu quarto, sobre a minha cama. Sonhara tudo aquilo. Ou ainda, fora visitado por uma espécie de pesadelo simbólico. Respirei fundo e, seguindo a recomendação do Pequeno Príncipe de Saint-Exupéry, fiz a minha higiene pessoal e, então, saí para fazer a higiene do meu planeta. Seria mais um dia de trabalho na organização social da qual faço parte há ininterruptos 12 anos, 5 meses e 11 dias. Horas depois, a mensagem noturna ganharia contornos compreensíveis.

Relendo as notícias do dia anterior, entendi (e aqui reproduzo as palavras do texto de Hanrrikson de Andrade, do UOL – Rio): um estudo divulgado pelo Índice de Homicídios na Adolescência (IHA) divulgado em 28 de janeiro de 2015, e produzido com base em dados de 2012, estima que mais de 42 mil adolescentes de 12 a 18 anos correm risco de serem assassinados nos municípios brasileiros com mais de cem mil habitantes. A projeção diz respeito ao período entre 2013 e 2019. O levantamento foi feito por meio de uma parceria entre a Unicef, a SDH (Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República), a ONG Observatório de Favelas e o LAV-Uerj (Laboratório de Análise da Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro).

Às vezes me pergunto por que continuo dedicando os meus dias aos programas sociais, mesmo em um contexto político capaz de revirar os estômagos mais viris. A resposta sempre vem temperada por um misto de esperança de valorização da vida e intolerância à cumplicidade covarde. Por isso penso que os protagonistas sociais têm o dever diário de regar de forma carinhosa e disciplinada as suas causas. Deixá-las visíveis, nítidas, ao alcance dos olhos e almas. Trabalhar na área social é uma forma de transformar em realidade os sonhos que sonho em se tratando de sociedade, de sementes e de frutos. Quanto mais gente sonhando junto os sonhos inadiáveis, maior a chance de noites bem dormidas, sem pesadelos que põem em cheque a condição humana. 🍷

••• **SIM!** •••

**O RÁDIO ESTÁ  
NA INTERNET**



A Rádio Tom Social é a primeira emissora online do Brasil com seguimento para área social com objetivo de democratizar a informação do terceiro setor.

**Transmissão 100%  
na internet**

**com o melhor da MPB, Rock Nacional  
além de informações sobre  
o Terceiro Setor.**

Um canal do



Produtora



**RÁDIO  
TOM SOCIAL**

**www.**

**radiotomsocial  
.org.br**

# Núcleo

PAULUS DE FORMAÇÃO,  
PESQUISA E DISSEMINAÇÃO SOCIAL



A PAULUS participa da implantação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, por meio do Assessoramento técnico às entidades socioassistenciais em todo o Brasil.



PAULUS



[paulus.com.br/assistencia-social](http://paulus.com.br/assistencia-social)

[nucleosocial@fapcom.edu.br](mailto:nucleosocial@fapcom.edu.br)